

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO (IFES/UFES)

SHEILA SIQUEIRA DA SILVA

**A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO E A
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (1909-1930)**

VITÓRIA – ES
2013

SHEILA SIQUEIRA DA SILVA

**A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO ESPÍRITO SANTO E A
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (1909-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa História, Sociedade e Políticas Educacionais.
Orientadora: Prof^a Dr^a Juçara Luzia Leite

VITÓRIA – ES
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial de Educação,
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S586e Silva, Sheila Siqueira da, 1978-
A Escola de Aprendizizes Artífices do Espírito Santo e a Rede
Federal de Educação profissional (1909-1930) / Sheila Siqueira
da Silva – 2013.
145 f. : il.

Orientadora: Juçara Luzia Leite.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação. 2. Ensino profissional - Espírito Santo (Estado)
- História. 3. Trabalho. I. Leite, Juçara Luzia, 1964-. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.
Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

SHEILA SIQUEIRA DA SILVA

***A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO
ESPÍRITO SANTO E A REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (1909-1930)***

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado
Interinstitucional em
Educação da Universidade
Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para
obtenção do Grau de Mestre
em Educação.

Aprovada em 24 de abril de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Juçara Luzia Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Gilda Cardoso de Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Rebeca Gontijo Teixeira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Aos amigos do Minter,
companheiros de uma jornada.

AGRADECIMENTOS

Diversas laudas seriam necessárias para nomear as pessoas que caminham conosco em uma jornada como essa. Caminhos se cruzam, descruzam e entrelaçam. Todos fazem parte da caminhada e têm sua importância no processo. Mas, tem aqueles que fazem dela possível, mesmo quando se duvide do contrário. Assim, meus agradecimentos são para duas Mulheres que caminharam comigo e que fizeram o diferencial nessa jornada:

Minha mãe, Maria da Glória Siqueira da Silva, pela sua impressionante capacidade de ensinar, aprender e viver.

Minha orientadora, Juçara Luzia Leite, por me proporcionar um crescimento intelectual que não imaginava ser capaz de alcançar numa orientação pautada no respeito e na liberdade.

A essas grandes Mulheres, meu **Muito Obrigada!**

RESUMO

A pesquisa objetivou investigar historicamente a Rede Federal de Educação Profissional, com foco na Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo (EAA-ES), entre os anos de 1909 a 1930, sua criação e manutenção, considerando as intencionalidades, funcionalidades e ações gestadas. Partimos do pressuposto de que essa Rede, tendo como representantes iniciais, as Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA's), criada em 1909 por meio do Decreto 7.566, de 23 de setembro, pelo Presidente Nilo Peçanha, foi um dentre outros projetos que estavam inseridos num propósito maior que era construir a nação brasileira a partir da ideia de modernidade corrente na época. Dessa forma, procuramos identificar quais *representações* de progresso, de trabalho e de educação foram *apropriadas* pela intelectualidade que defendeu a criação dessas escolas e quais ações (*práticas*) foram gestadas a partir dessas *representações apropriadas*. Para tanto, nos baseamos no pensamento de Roger Chartier e privilegiamos as seguintes fontes: legislação referente às EAA's; relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio; relatórios e mensagens dos Presidentes do Estado do Espírito Santo; e documentos produzidos pela EAA-ES. Concluimos que uma primeira geração da intelectualidade republicana idealizou a Rede Federal de Educação Profissional e pensou suas intencionalidades; que uma segunda geração criou as EAA's e definiu suas funcionalidades num momento de desencanto com os rumos que a jovem República estava tomando; e uma terceira geração, denominada modernista, remodelou as EAA's objetivando tornar o ensino profissional mais eficiente. Dessa forma, outras funcionalidades foram reveladas para as EAA's, ao longo de nossa pesquisa, que justificam sua distribuição em cidades que pouco ou nada haviam avançado em termos de industrialização, como era o caso de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, que também recebeu uma unidade dessa instituição. Isto é, mais do que preparar mão de obra para a indústria, as EAA's foram utilizadas para disseminação de uma nova ordem, onde o objetivo da instituição era adestrar uma massa de trabalhadores, moldá-los na perspectiva do trabalho disciplinado e da manutenção da ordem. Com relação à EAA-ES, observamos que, de maneira geral, apresentou as mesmas dificuldades na execução de suas funcionalidades que as suas congêneres: falta de pessoal capacitado para atuar nas oficinas, prédios inapropriados, grande evasão dos

aprendizes; e dificuldade de apropriação pela população dos benefícios da instituição. Ainda com relação à EAA-ES, observamos curiosa tentativa de “apagamento” dessa por parte do governo do estado do Espírito Santo.

Palavras Chaves: Rede Federal de Educação Profissional – Escolas de Aprendizes Artífices – História do Espírito Santo – Progresso, Educação e Trabalho – Educação Profissional.

ABSTRACT

This research aimed to historically investigate the Professional Education Federal Net, having as main focus the Artisan Apprentice Schools of Espírito Santo State (EAA-ES), between 1909 and 1930, its foundation and maintenance, regarding the proposals, functions and management actions. We start from the pretext that this Net, whose the initial representatives were the Artisan Apprentice Schools of Espírito Santo State (EAA-ES) founded in 1909 under the Decree 7.566, September 23rd, by President Nilo Peçanha, was one of the projects which were inserted in a greater proposal that was the construction of Brazilian nation from the idea of current modernity from that time. This way, we tried to identify which progress, work and educational representations were suitable by the intellectuality that defended the foundation of these schools and which actions (practices) were managed from this suitable representations. Thus, we based on Roger Chartier's thought and privileged the following sources: legislations related to the EAA's; reports from Business, Agriculture, Industry and Commerce State Department; reports and messages from the Presidents of Espírito Santo State; and documents issued by EAA-ES. We conclude that the first generation of republican intellectuality idealized the Professional Education Federal Net and forged its intentionality; a second generation created the EAA's and defined their functionality in a moment of disappointment about the direction the Young Republic was bound for; and a third generation, named modernist, remodeled the EAA's aiming to render the professional teaching more efficient. Then, throughout this research other functions for the EAA's were revealed which justify their distribution to cities that had advanced a little or did not advance anyway concerning industrialization, like Vitória, the capital of Espírito Santo State, that received a unit of this institution. More than qualifying labor force for the industry, the EAA's were employed to spread a new order, whose goal was to train a mass of workers, molded into the perspective of disciplined work and maintenance of the order. In reference to the EAA-ES, we can note that, in a general way, they presented the same difficulties to execute their functions as their congeners: lack of qualified staff to work in the workshops, inappropriate buildings, a high evasion of apprentices; and difficulty of the population in arrogating the benefits of the institution. Yet, it was possible to observe the curious attempt of "extinguishment" of the EAA-ES, by the government of Espírito Santo State.

Key words: Professional Education Federal Net – Artisan Apprentice Schools – History of Espírito Santo – Progress, Education and Work – Professional Education.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Documentos da EAA-ES.....	35
Fotografia 2 – Primeiro Prédio onde foi instalada a EAA-ES	106
Fotografia 3 – Segundo Prédio onde foi instalada a EAA-ES	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio consultados	31
Tabela 2 – Relatórios e mensagens apresentadas pelos Presidentes do Estado do Espírito Santo ao Congresso Legislativo consultados	32
Tabela 3 – Documentos da EAA-ES consultados	34
Tabela 4 – Número de estabelecimentos industriais e de operários no Distrito Federal e nos estados de São Paulo e Espírito Santo no ano de 1907	55
Tabela 5 – População das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória nos anos de 1872, 1890 e 1900	55
Tabela 6 – População da cidade de Vitória e do estado do Espírito Santo entre os anos de 1907 a 1912	55
Tabela 7 – Distribuição do número de estabelecimentos industriais (1907), de operários (1907) e de alunos nas EAA's (1911), segundo unidades da federação .	80
Tabela 8 – Número de oficinas nas EAA's, segundo especialidades nos anos de 1912, 1916, 1922 e 1926	83
Tabela 9 – Data de inauguração das EAA's, segundo unidades da federação	85
Tabela 10 – Taxa anual de evasão nas EAA's nos anos de 1913, 1914, 1916 e 1917	91
Tabela 11 – Taxa de conclusão de curso nas EAA's nos períodos 1913-1916, 1914-1917 e 1917-1920.....	91
Tabela 12 – Seções de trabalho oferecidas pelas EAA's após remodelação	97
Tabela 13 – Quantitativo de aulas semanais de acordo com as disciplinas para os quatro anos de curso	98
Tabela 14 – Quantitativo de aulas semanais de acordo com as disciplinas para os dois anos complementares	99
Tabela 15 – Número de aprendizes matriculados por ano nas oficinas da EAA-ES (1913-1920)	109
Tabela 16 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Carpintaria e Marcenaria da EAA-ES por ano de curso (1913-1920).....	110

Tabela 17 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Alfaiataria da EAA-ES por ano de curso (1913-1920).....	110
Tabela 18 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Ferraria e Fundição da EAA-ES por ano de curso (1913-1920)	111
Tabela 19 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Eletricidade da EAA-ES por ano de curso (1913-1920).....	111
Tabela 20 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Sapataria da EAA-ES por ano de curso (1913-1920)	112
Tabela 21 – Número de alunos por ano do curso matriculados no Curso Noturno de Aperfeiçoamento da EAA-ES (1918-1930)	112
Tabela 22 – Faixa etária dos alunos matriculados no Curso Noturno de Aperfeiçoamento da EAA-ES (1918-1930)	113
Tabela 23 – Número de alunos matriculados nas oficinas da EAA-ES que frequentavam os cursos primário e/ou desenho	114
Tabela 24 – Número de portarias internas emitidas pela EAA-ES durante o período de 1911 a 1930.....	115
Tabela 25 – Principais assuntos das portarias emitidas pela EAA-ES durante o período de 1911 a 1930	116

LISTA DE SIGLAS

APE – Arquivo Público Estadual

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

EAA – Escola de Aprendizizes Artífices

EAA-ES – Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo

IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

MINTER – Mestrado Interinstitucional

NEDDATE – Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

THESE – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Deu Samba, deu Pesquisa	15
CAPÍTULO 1 – Percursos Investigativos: revisão de literatura e formação do <i>corpus</i> documental	20
CAPÍTULO 2 – Progresso, Educação e Trabalho: contexto de idealização, criação e remodelação da Rede Federal de Educação Profissional	37
2.1 Elevação moral e racial: o perfil do brasileiro desejado	40
2.2 Mão de obra livre: imigrantes <i>versus</i> elemento nacional	45
2.3 Urbanização e industrialização: os perigos da cidade	50
2.4 Educação e trabalho: civilizar e moralizar	58
CAPÍTULO 3 – As Escolas de Aprendizizes Artífices relatada e a Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo “apagada”	70
3.1 Intencionalidades, funcionalidades e ações gestadas	71
3.1.1 Escola para que e para quem: um regimento específico para uma escola específica	75
3.1.2 Problemas recorrentes: dificuldades na formação da mão de obra nacional	86
3.1.3 Remodelação do ensino Profissional: perspectivas de formação geral do indivíduo	95
3.2 A Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo: tentativas de “apagamento”	101
CAPÍTULO 4 – A Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo por si própria	105
4.1 A Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo em matrículas	108
4.2 A Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo em portarias	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE	136

INTRODUÇÃO: Deu samba, deu pesquisa

“[...] Das mãos que forjaram o passado aos cérebros que pensam o futuro: Ifes – um século de excelência” (SAMBA..., 2009). Este é o título do samba enredo apresentado pela Escola de Samba Novo Império no carnaval 2010 de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Tal acontecimento foi um evento, dentre vários, ocorridos entre 23 de setembro de 2009 e 23 de setembro de 2010, em todo o Brasil, em comemoração ao centenário de implantação da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil: primeira iniciativa federal de implantação de uma rede de escolas voltadas para a educação profissional.

Foi por meio do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909a), que o então Presidente do Brasil, Nilo Peçanha, inaugurou a Rede Federal de Educação Profissional no Brasil, criando em 19 estados brasileiros, entre eles o Espírito Santo, as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA's).

Os diversos eventos que celebraram, há alguns anos, a iniciativa do Governo de Nilo Peçanha, procuraram revisitar a história da instituição no Espírito Santo, bem como em outros estados brasileiros, apresentando sua trajetória histórica até os dias atuais, atraindo-nos para a possibilidade de compreender melhor a instituição. Tal atração tornou-se um desafio ao ingressarmos no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no Mestrado Interinstitucional (MINTER), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Onde propusemos a pesquisa que agora se delineia nas páginas sobre a Rede Federal de Educação Profissional, com foco na Escola de Aprendizes Artífices no Espírito Santo (EAA-ES), entre os anos de 1909 a 1930.

Apesar de a instituição ter funcionado sobre a denominação de Escola de Aprendizes Artífices até o ano de 1941, optamos por limitar nossa pesquisa até o ano de 1930, pois, na Era Vargas, muitas transformações ocorreram na educação profissional distanciando-a, gradativamente, do caráter inicial proposto para a instituição.

Atentamo-nos para o fato de que, apesar da ideia de continuidade apresentada no título do Samba Enredo, bem como em outros eventos comemorativos, para nossa pesquisa, não é possível adotar uma perspectiva meramente evolucionista na tentativa de representação da memória da instituição. Essa, ao longo dos anos, passou não só por várias denominações, como também sofreu mudanças em sua organização e em seus propósitos. Dizer que o hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) é a mesma instituição criada por Nilo Peçanha em 1909 (EAA's) significa simplificar mais de cem anos de História e um período esse de acontecimentos de grandes proporções. Assim, a Rede Federal de Educação Profissional, vem guardando um significativo legado histórico de acúmulos e rupturas em torno de seu projeto educacional. Esse legado tem importância não somente para compreendermos o percurso histórico de um segmento da educação brasileira, mas para estudos de ordem política, econômica e social.

Dessa forma, o presente trabalho tem por finalidade investigar historicamente a Rede Federal de Educação Profissional, privilegiando a EAA-ES, entre os anos de 1909 a 1930, sua criação e manutenção, considerando-se as intencionalidades, as funcionalidades e as ações gestadas, descortinando suas consonâncias com o pensamento corrente na época. Partimos do pressuposto de que as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA's) foram um projeto, dentre outros, que fazia parte de um projeto maior que era a construção da nação a partir das ideias de modernidade correntes na época.

Para tanto, nos baseamos no pensamento de Roger Chartier (2002, 2010, 2011a, 2011b, 2011c), especificamente em seu esquema conceitual. Procuramos identificar quais *representações* de nação, de trabalho e de educação foram *apropriadas* pela intelectualidade que defendeu a criação da EAA's e quais ações (*práticas*) foram gestadas a partir dessas *representações apropriadas*.

Não somos os primeiros a nos interessar pelas EAA's. Sendo elas as principais representantes do ensino profissional no início da República, foram alvo de interesse de dois grandes pesquisadores desse ramo de ensino: Celso Suckow da Fonseca (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010) e Luiz Antônio Cunha (2000a; 2000b). Recentemente, e tendo como um dos motivos a atenção que o ensino profissional

tem recebido do Governo Federal nos últimos anos, os interesses pelo assunto têm crescido e abarcado número crescente de pesquisadores.

Especificamente sobre as EAA's, reunimos número considerável de trabalhos que procuraram relatar especificidades destas instituições nos diferentes estados em que foram instaladas. Dentre esses, destacamos aqueles que, como nós, ativeram-se à EAA-ES. Assim, obras como a organizada pela professora Isaltina Paulielo (ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 1979), as de Lima (2004; 2011), e a de Sueth e outros (2009) contribuíram de forma significativa para a reconstrução histórica desta instituição. Considerando que, apesar desses estudos já produzidos, a instituição pesquisada ainda tem histórias a ser reveladas, atentamos para o fato de que nossa pesquisa apresenta o diferencial de não apenas percorrer a história institucional, mas também compreendê-la à luz dos debates intelectuais que, ao pensarem, e repensarem, a República, procuraram elevar o país ao seletorol das nações modernas, revelando, dessa forma, principalmente, a educação e o trabalho como estratégias de indução do progresso do país. Apresentamos também, como diferencial às pesquisas já empreendidas sobre a EAA-ES, o recorte temporal reduzido (1909-1930), possibilitando-nos, dessa forma, um maior aprofundamento do período escolhido.

Dessa forma, procurando quebrar certezas e problematizar a História que nos tem sido dada como pronta e acabada, buscamos investigar a Rede Federal de Educação Profissional, tendo como foco a EAA-ES, considerando suas especificidades e exceções em busca de novas histórias. Para tanto, recorreremos às seguintes fontes: a legislação referente às EAA's, os relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, os relatórios e mensagens dos Presidentes do Estado do Espírito Santo e os documentos produzidos pela EAA-ES.

Além do esquema conceitual de Chartier (2002, 2010, 2011a, 2011b, 2011c), outros autores nos serviram de referência para análise dos dados e composição de nossa pesquisa. Dessa forma, procuramos dialogar, principalmente, com os seguintes autores: Sirinelli (1996), Prado (2011a), Leite (2003) e Luca (1999), sobre a definição e caracterização da intelectualidade brasileira; Lobo (2008), Mota (2003), Ortiz (2006) e Gondra (2010), sobre as teorias adotadas por essa intelectualidade; Chalhoub (2012), Kowarick (1994) e Nunes (2010), sobre a formação da mão de

obra livre no Brasil e o processo de urbanização e industrialização de algumas cidades, bem como das questões surgidas a partir desses fenômenos; Lopes, Faria Filho e Veiga (2010) e Carvalho (2003), sobre a História da Educação no Brasil; os já citados Fonseca (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010) e Cunha (2000a; 2000b), sobre a História da Educação Profissional no Brasil; e, Isaltina Paulielo (ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 1979), Lima (2004; 2011) e Sueth e outros (2009), sobre a EAA-ES.

Assim, estruturamos nossa dissertação em 4 capítulos. No primeiro capítulo, priorizamos os percursos investigativos por meio de uma revisão de literatura e explicação sobre a formação de nosso *corpus* documental, revelando as contribuições dos diversos autores que nos serviram de referência.

Por sua vez, o segundo capítulo se debruça sobre o contexto histórico de idealização, criação e remodelação da Rede Federal de Educação Profissional. Aqui, considerando que a instituição não pode ser compreendida fora de suas relações com a sociedade em que está inserida, bem como com seu tempo histórico, buscamos apresentar as especificidades de sua época – os anos iniciais da República brasileira – tanto no cenário nacional, como no espírito-santense, procurando identificar as representações apropriadas pela intelectualidade para as categorias progresso, educação e trabalho, e, dessa forma, compreender a nação que se pretendia construir.

No terceiro capítulo intitulado As Escolas de Aprendizizes Artífices relatada e a Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo “apagada”, procuramos resgatar as intencionalidades e funcionalidades dessa instituição, bem como, as ações gestadas durante seu percurso histórico, por meio do discurso oficial, além de observar algumas tentativas de “apagamento” da EAA-ES nos relatos oficiais do governo do estado do Espírito Santo.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos a Escola de Aprendizizes Artífices no Espírito Santo (EAA-ES) por si própria, buscando suas especificidades a partir do que ela produziu para se registrar.

Concluimos que nosso estudo aponta para novas formas de compreensão histórica da Rede Federal de Educação Profissional e da EAA-ES, considerando diferentes

sujeitos envolvidos nos debates de sua idealização, criação e manutenção, e os embates intelectuais, mas sempre políticos, pelas representações de progresso, educação e trabalho.

CAPÍTULO 1 – Percursos investigativos: revisão de literatura e formação do corpus documental

Em nossa pesquisa bibliográfica, observamos denúncias frequentes do pouco interesse que a História da Educação Profissional tem despertado nos pesquisadores brasileiros. Essas denúncias relatam uma suposta preferência dos pesquisadores pela história da educação regular. Cunha (2000b), por exemplo, diz que a História da Educação Profissional, quando comparada com outros temas, é “[...] definido mais pela omissão do que pelo conhecimento produzido a seu respeito” (p. 89), revelando uma preferência dos pesquisadores com o ensino que, na sua concepção, se destina às elites, deixando em segundo plano aquele destinado à formação para o trabalho manual. Veiga (2011) também denuncia essa lacuna na historiografia da educação brasileira, ao apontar que, no Brasil, tem-se priorizado os estudos sobre a história da educação regular e não se problematizam a coexistência de escolas com funções diferenciadas.

Apesar dessas denúncias, observamos que, nos últimos anos, este campo de pesquisa tem envolvido diversos interessados. É o que constatamos com o número de trabalhos que se ocuparam de reconstruir historicamente as EAA's. Isto é, tendo sido criadas em 19 estados da nação, as EAA's têm despertado interesse em pesquisadores que procuraram apresentar as especificidades de outras unidades estaduais desta instituição. E dessas 19 EAA's criadas, encontramos trabalhos específicos sobre 16 delas.

Esse interesse recente pela História da Educação Profissional pode ser explicado, de certa forma, pelo destaque que este ramo de ensino tem tido no Governo Federal do Brasil na última década. A Rede Federal de Educação Profissional, que hoje é representada, principalmente, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), está presente em todo o território nacional com centenas de *campi* e em processo de expansão. Esse destaque dado à educação profissional pode ser considerado como um incentivo aos pesquisadores em melhor conhecer as instituições consideradas precursoras desta Rede.

Assim, ao decidir que teríamos como objeto de pesquisa a EAA-ES, partimos em busca de estudos que tivessem abordado essa instituição, ou suas congêneres, em outros estados. Algumas dessas pesquisas estão disponibilizadas na internet, outras, no entanto, foi necessário entrar em contato via e-mail com seus autores, que, de modo cordial e solícito, nos enviaram via postal cópia de seus trabalhos. Tal empreitada se revelou como um incentivo a mais na pesquisa, pois todos com quem entramos em contato se disponibilizaram para contribuir o trabalho, relatando as dificuldades e as benesses de tal empreendimento, enfim, dividindo conosco suas experiências em trabalhos similares a este.

Dessa forma, sobre as pesquisas que vêm se ocupando das EAA's no Brasil, e que se encaixam nas balizas cronológicas aqui propostas, tivemos acesso as de Souza (2002), sobre a EAA do Amazonas; Madeira (1999), do Ceará; Kunze (2005), de Mato Grosso; Pereira (2008), de Minas Gerais; Bastos (1980), do Pará; Ferreira (2002), da Paraíba; Pandini (2006), do Paraná; Gomes (2004), do Rio de Janeiro; Gurgel (2007), do Rio Grande do Norte; D'Angelo (2000), de São Paulo; e Patrício (2003), de Sergipe. A esse primeiro grupo, somam-se as pesquisas que, com delimitação cronológica mais ampla, abordam também o período de criação das EAA's: Lessa (2002), da Bahia, e Rodrigues e outros (2002), do Piauí, além das já mencionadas, CEFETES (1979), Lima (2004; 2011), e Sueth e outros (2009) do Espírito Santo.

No primeiro grupo de trabalhos, estão aqueles que mais se aproximam de nossa proposta em termos de período histórico, pois todos estão inseridos entre 1909 e 1942. O segundo grupo tem um recorte histórico mais amplo e propõe uma análise histórica desde a fundação da EAA, em 1909, chegando até o final do século XX ou mesmo aos primeiros anos do século XXI. São trabalhos que, devido ao extenso período histórico proposto, não possibilitou uma análise mais aprofundada dos anos iniciais da instituição. Ainda assim, nos deram importantes indícios de caminhos a seguir na nossa proposta.

Nesse segundo grupo estão situadas, portanto, as pesquisas que abordam a EAA-ES. Lima (2004), em sua tese de doutorado, procura reconstruir o processo histórico de constituição da educação profissional no Brasil, desde as EAA's até a constituição dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), propondo

uma reflexão sobre as relações entre trabalho e educação. Numa perspectiva marxista e baseando-se no trajeto histórico nacional desta instituição, o pesquisador busca contextualizá-la em nível local (o estado do Espírito Santo), trazendo breve histórico da EAA-ES. Durante sua pesquisa, Lima (2004) reuniu, segundo ele, as principais fontes historiográficas da instituição e que posteriormente foram compiladas em um CD-ROM lançado pelo autor (LIMA, 2011).

No que se refere às fontes historiográficas referentes ao período de 1909 a 1930, período em que está delimitada nossa pesquisa, utilizamos Lima (2011) que traz a transcrição do Livro de Matrícula nos Cursos Noturnos de Aperfeiçoamento (1918 a 1930) e do Livro de Atas e Exames da EAA-ES (1910 a 1917)¹. Além destas fontes organizadas pelo autor, acrescentamos para efeitos de nossa investigação outros documentos, os quais tivemos acesso na Biblioteca do Ifes (*campus* Vitória) e que estão listados na Tabela 3, página 34 deste trabalho.

Sueth e outros (2009) também pesquisaram a EAA-ES para a obra comemorativa dos 100 anos da Rede Federal de Educação Profissional no Espírito Santo. Estes pesquisadores também tratam de maneira breve os anos iniciais da instituição, apesar disso, algumas personagens e fatos históricos citados nos auxiliaram a aprofundar o conhecimento sobre a história da EAA-ES. Nisso também contribuiu a publicação organizada pela professora Isaltina Paulielo em comemoração aos 70 anos da Rede (ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 1979). Essas duas últimas publicações citadas não trazem discussão aprofundada sobre a instituição, elas se limitam a apresentar a evolução histórica a partir da citação de eventos e personagens históricos, sem uma preocupação maior com o questionamento e a compreensão dos fenômenos pesquisados.

Estando nossa pesquisa inserida no campo da História da Educação Profissional no Brasil, fez-se necessário buscar os caminhos já percorridos no que diz respeito a essa temática, para que pudéssemos inserir nosso objeto numa perspectiva mais ampla. Dois autores se revelaram como essenciais para a construção histórica da Educação Profissional no Brasil: Celso Suckow da Fonseca (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010) e Luiz Antônio Cunha (2000a, 2000b). Quanto ao primeiro, a busca

¹ LIMA (2011) se refere a essas fontes como transcritas, entretanto, observamos que as mesmas estão registradas no CD com atualização ortográfica.

pela sua obra foi a única grande dificuldade que tivemos em nosso percurso referente à coleta de materiais. Procuramos em livrarias, sebos e bibliotecas de todo país, e só foi possível localizá-lo na Biblioteca da Universidade de São Paulo (USP), mas não conseguimos ter acesso à obra. Dessa forma, não foi surpresa a declaração de Ciavatta e Silveira (2010), em obra dedicada a este engenheiro, historiador e educador, sobre as dificuldades de acesso ao seu livro que teve sua segunda e última edição publicada em 1986.

Assim, publicada primeiramente em dois volumes, nos anos de 1961 e 1962, e, posteriormente, republicada em 1986 em cinco volumes, a *História do Ensino Industrial no Brasil* é um clássico da Historiografia brasileira no campo da formação profissional (RODRIGUES, 2002). Por meio de leis e documentos, Celso Suckow da Fonseca apresenta a evolução histórica do ensino profissional no Brasil desde os tempos coloniais até a década de 1960, expondo seus obstáculos e conquistas, e nos apresentando informações valiosas em termos de pareceres, leis e outros documentos. Buscando em nossas pesquisas outros trabalhos que abordem o tema que propomos observamos que, em sua grande maioria, esta obra aparece listada nos referenciais bibliográficos.

Procuramos, por meio da leitura de outros pesquisadores, compreender a contribuição de Celso Suckow da Fonseca para a Educação Profissional, pois muito tem sido publicado sobre ele. Entre tantos, destacamos Ciavatta e Silveira (2010), que, além de trazerem uma contextualização interessante sobre o autor e sua obra, trazem vários textos de sua obra transcritos. Entre eles estão os que mais nos interessam, onde é abordado a Educação Profissional na Primeira República, inclusive as EAA's, e o texto em que Celso Suckow da Fonseca apresenta a evolução do que ele chama de “filosofia do ensino industrial”.

A obra publicada por Ciavatta e Silveira (2010) faz parte da *Coleção Educadores* lançada pelo Ministério da Educação em 2010 em parceria com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*² (UNESCO), que procurou organizar livros sobre educação e pensadores da educação. Tal coleção objetivou disponibilizar para professores e dirigentes educacionais conhecimentos na área, que, de acordo com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, constituiu-se

² Em Português: Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura.

como um passo importante, uma vez que, tal iniciativa, associada a debates públicos, possibilitaria “[...] o amadurecimento de ideias e de alternativas com vistas ao objetivo republicano de melhorar a qualidade das escolas e da prática pedagógica em nosso país” (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010, p. 7).

A escolha de Ciavatta e Silveira para resgatar Celso Suckow da Fonseca não foi por acaso, ambas têm extensa produção sobre a educação profissional. Ciavatta³ atua como Coordenadora do Grupo de Pesquisa Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE), e Silveira⁴ é Membro Permanente do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Quanto a Luiz Antônio Cunha (2000a, 2000b), é possível encontrar alguns de seus artigos na internet, mas quanto as suas obras, apesar de estarem disponíveis na biblioteca do Ifes, optamos por adquiri-las em um sebo online, pois é nossa intenção continuar pesquisando sobre o assunto, por serem obras primordiais para nosso acervo pessoal. O autor apresenta um panorama histórico da educação profissional no Brasil, desde o período escravocrata até o final do século XX, compondo uma trilogia com as seguintes obras: *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*; *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*; e *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. Dessas três obras, a segunda, *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*, é a mais importante para a nossa pesquisa, pois, ela incorpora parte dos resultados da pesquisa coordenada pelo autor no Instituto de Estudos Avançados em Educação Getúlio Vargas, na qual, são estudadas as EAA's.

Dessa forma, Fonseca (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010) e Cunha (2000a, 2000b) nos ajudaram a compreender como se deu o processo de idealização, implantação e desenvolvimento do Ensino Profissional no Brasil. Buscamos neles aspectos gerais desse processo histórico procurando, dessa forma, situar nosso objeto de pesquisa, qual seja a Rede Federal de Educação Profissional com foco na EAA-ES, dentro de um ideário mais amplo de educação profissional.

³ Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5368554854684382>

⁴ Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8037763146233564>

Ao propormos compreender nosso objeto de estudo a partir da perspectiva da intelectualidade da época, revelando suas intencionalidades, funcionalidades e ações gestadas no que se refere à Rede Federal de Educação Profissional, e mais especificamente da EAA-ES, nos atentamos para a necessidade de definir o que entendemos por intelectualidade no cenário estudado. Para tanto, recorreremos à Sirinelli (1996), Prado (2011a), Leite (2003) e Luca (1999).

Considerando que os intelectuais são atores do político, Sirinelli (1996) pondera, em estudo sobre a História Intelectual Francesa, que é preciso entender como, em uma determinada data, os intelectuais tiveram influência, ou não, nos acontecimentos políticos. Tal ponderação se deve ao fato de que nem sempre a cultura política, na França, esteve de acordo com as ideias dos intelectuais, e dessa forma, apenas parte da cultura política foi elaborada pelo meio intelectual.

No Brasil, diversos estudos têm se ocupado de compreender como se deram as relações entre as teorias elaboradas no meio intelectual e a cultura política nos anos iniciais da República. Prado (2011a), em livro organizado objetivando compreender como se deram estas relações entre os anos de 1823 a 1930, destaca uma “[...] preocupação em se realizarem diagnósticos da realidade brasileira e se apresentarem propostas destinadas à superação de áreas ou questões consideradas problemáticas” (p. 9).

Particularmente em nossa pesquisa, percebemos uma estreita relação entre o pensamento intelectual e a cultura política nos anos iniciais da República brasileira. Tal constatação significa dizer que houve ideias que se tornaram hegemônicas e que tiveram papel decisivo na cultura política brasileira, mas que também havia dissensos. Como sugere Leite (2003), o Brasil foi pensado pela intelectualidade nos anos iniciais da República de maneira “ecclética”. Na perspectiva dessa pesquisadora, vários “brasis” permearam o imaginário intelectual do período, assim, houve aqueles que viram o país como um lugar maravilhoso que ainda não havia despertado para o progresso, e aqueles que acreditavam que o país não tinha solução a partir da percepção de que tudo estava errado no Brasil. Entre aqueles mais otimistas e esses extremamente pessimistas, encontrava-se um grupo que, a meio termo, via o país apenas desajustado, revelando a necessidade de uma organização “paternal”, como sugere a pesquisadora.

Concluimos, tomando por base Leite (2003), Prado (2011a) e Luca (1999), que prevaleceu o Brasil “desajustado”, representado por uma intelectualidade que buscou diagnosticar a sociedade brasileira, e, a partir desse diagnóstico que se tornou hegemônico, criaram estratégias para prevenir ou corrigir o que consideravam estar “desajustado”, e, desse modo, guiar o país no rumo do progresso. Assim, ao nos referimos à intelectualidade brasileira, estamos nos remetendo a esse grupo, que em nossa percepção foi hegemônico, e que, na defesa de suas ideias, tiveram grande atuação política, tornando-se assim, como diz Sirinelli (1996), atores do político.

Desse modo, interessou-nos compreender os ideais de *progresso* defendidos por essa intelectualidade, identificando como foi apropriado esse conceito, bem como, o de *trabalho* e *educação*, por consideramos que tais categorias foram usadas como estratégia de consolidação da ordem que se pretendia instituir. Assim, ao propor como categoria de análise as ideias de progresso, trabalho e educação, procuramos dar uma “arrumação”, como sugere Buffa (2005), no campo investigado, até mesmo por entendermos que “[...] as mesmas palavras, podem ser empregadas por diferentes grupos, diferentes meios, sem que tenham um mesmo sentido” (BORDIEU apud BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 23), revelando assim, a necessidade de compreendê-las a partir das apropriações da intelectualidade e de seu tempo histórico.

Como nossa investigação se insere no contexto da chamada Primeira República, compreendemos que essa foi uma época de grandes mudanças em que se afirmava a ordem capitalista no país, e percebemos que a intelectualidade, que procurou diagnosticar e propor ações para o que consideravam serem os problemas do Brasil sentiu os efeitos desse momento, e viu, por algumas vezes, a necessidade de repensar suas estratégias a partir dos acontecimentos que foram se desenrolando durante esse período. Com essa concepção em mente, dialogamos com Luca (1999), quando nos revela três gerações de intelectuais atuantes durante esse período, que apresentam em comum o fato de se autodenominarem qualificadas para propor políticas de ação com o objetivo de incluir o Brasil no rol das sociedades modernas.

Assim, compreendemos que, desde os anos finais do período imperial brasileiro, a intelectualidade vinha se ocupando de pensar o Brasil. De acordo com Luca (1999), pretendiam “[...] revelar a verdadeira face da nação e de traçar as suas linhas de força para o futuro” (p. 19). Desse modo, ao tomarmos como parâmetro os critérios geracionais de Luca (1999), percebemos que as ideias de progresso, trabalho e educação vão se constituindo na medida em que a República é pensada, e repensada, no seio dessas três gerações da intelectualidade.

Sirinelli (1996) observa que os processos de transmissão cultural entre as gerações de intelectuais revelam sempre referências explícitas ou implícitas ao patrimônio das gerações anteriores. Quer seja nas rupturas ou nas continuidades, o “patrimônio dos mais velhos”, como sugere Sirinelli (1996), é sempre considerado entre as gerações que se seguem. É o que observamos nas gerações propostas por Luca (1999) as quais consideramos para esta pesquisa.

Assim, Luca (1999) propõe: a) a geração de 1870 que, ao denunciar o atraso econômico do país, a escravidão e o imobilismo do império, lançou a campanha republicana, na qual obtiveram sucesso; b) a geração pós-denominada pré-moderna dos anos iniciais do século XX, que, em um momento de desilusão com a jovem República brasileira, objetivou colocar o Brasil nos “trilhos”; e c) a última geração da primeira República, a de 1922, denominada modernista, que, tendo vivenciado e protagonizado diversos eventos de grande peso simbólico, evidenciou o seu papel modernizador ao se autoconsiderar mais “evoluída” que a geração anterior, que, de acordo com estes, era superficial e vulgar. Luca (1999) se detém sobre a segunda geração, que, de acordo com ela, foi equivocadamente desprestigiada pelos modernistas, e também tem sido pelos historiadores.

De nossa perspectiva, nos ativemos às três gerações, uma vez que compreendemos que as intencionalidades da Rede Federal de Educação Profissional foram pensadas pela primeira geração de intelectuais, teve suas funcionalidades definidas pela segunda que criaram as EAA's, e repensada pela terceira que influenciou a remodelação dessas escolas.

Assim, pensamos que, de maneira comum às três gerações, a intelectualidade tinha como objetivo entender os problemas, apontar soluções e formular projetos de futuro para o Brasil. Nesse sentido, o objetivo primeiro era o progresso do país, tendo o

trabalho e a educação como estratégias para elevação do Brasil à categoria de nação moderna, bem como, de instituição e manutenção da ordem pretendida.

Atentamos para o fato de que a intelectualidade à qual nos referimos foi constituída nos grandes centros urbanos e/ou econômicos, que se apropriaram de ideias que circulavam, principalmente, na Europa, e buscaram implantá-las no Brasil. Os estados de menor projeção política e/ou econômica, como é o caso do Espírito Santo, não tiveram participação efetiva na constituição desse ideário de nação, ao menos até onde pudemos compreender. No entanto, as ideias e modelos difundidos por essa intelectualidade foram apropriados pelos políticos dos estados ditos periféricos, como foi possível perceber no caso do Espírito Santo. Nesse sentido, observamos que, enquanto a intelectualidade buscou na Europa um modelo de modernidade a ser implantado no país, os políticos do Espírito Santo pautaram suas ações, de modo geral, nos modelos instituídos nos grandes centros nacionais.

Assim, para compreender o cenário de idealização, criação e manutenção da Rede Federal de Ensino Profissional, buscamos autores que vem se dedicando ao estudo das questões referentes ao progresso, à educação e ao trabalho. No caso da EAA-ES, para compreensão do seu cenário específico, buscamos no discurso dos políticos espírito-santenses, as apropriações dessas categorias e suas relações com o cenário nacional.

Desse modo, no que tange à apropriação pela intelectualidade da categoria progresso, a pesquisadora já citada, Luca (1999), nos ajudou a compreender o processo que levou a intelectualidade a se autodenominar qualificada para tornar o país uma nação moderna. No que se refere às teorias adotadas por essa intelectualidade para o diagnóstico da sociedade brasileira, buscamos em Lobo (2008), Mota (2003), Ortiz (2006) e Gondra (2010) as perspectivas adotadas para compreender o perfil do brasileiro, bem como as ações gestadas no sentido de “melhorar” a sociedade. Lobo (2008), ao revelar a história dos “invisíveis” (pobres, escravos e deficientes no Brasil), traz minucioso estudo sobre as principais teorias que foram discutidas pela intelectualidade nos anos finais da monarquia e iniciais da República. Já Mota (2003), se deteve em apreender os princípios da eugenia e do sanitarianismo nos discursos e práticas correntes no mesmo período. Ortiz (2006), em obra dedicada à cultura brasileira, traz a influência das teorias evolucionistas na

representação do elemento nacional apropriada pela intelectualidade no início da República. E Gondra (2010) revisita as relações entre medicina, educação e sociedade no início da República, nos trazendo as ações da medicina social em prol da construção da nação desejada.

Esse movimento de pensar e repensar a República brasileira entre as gerações da intelectualidade esteve associado às questões que a nova ordem que estava se instituindo revelou. Dentre essas questões, destacamos a formação da mão de obra livre e o processo de urbanização e industrialização de algumas cidades brasileiras. Para compreendê-las, buscamos como referência as considerações de Chalhoub (2012), Kowarick (1994) e Nunes (2010). Assim, Chalhoub (2012) ao apresentar a realidade da cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais da República, nos revela a maneira como os ideais de modernidade defendidos pela intelectualidade interferiram no cotidiano das cidades, e das pessoas, penetrando, dessa forma, em todos os âmbitos da vida urbana. Já Kowarick (1994), tendo como objeto de estudo o estado de São Paulo, buscou entender o processo de formação da mão de obra livre no Brasil, que, em sua perspectiva, foi um caminho “longo e tortuoso” (p. 12). Voltando à cidade do Rio de Janeiro, trazemos Nunes (2010) que ao revelar os encantos e desencantos da modernidade pedagógica, traz essa cidade como cenário para suas discussões, revelando assim, as fragmentações sociais da capital da República.

Do mesmo modo que a República, a educação, bem como suas intencionalidades e funcionalidades, também foi pensada e repensada pelas gerações da intelectualidade. Para apreender esse movimento, trazemos Carvalho (2003) que busca compreender a educação, a partir do estado de São Paulo, revelando três momentos distintos: a) o primeiro momento tem como marco inicial a implantação da Escola Graduada e dos Grupos Escolares e a perspectiva de que a escola seria a responsável pela ruptura com o passado “obscuro”; b) o segundo momento é caracterizado pela crise do modelo implantado anteriormente, e na denúncia do analfabetismo como principal empecilho para o progresso do país; c) e, por fim, o terceiro momento é marcado pela crítica à alfabetização pura e simples e pela defesa da educação integral do indivíduo. Percebemos em nossas pesquisas, que esses momentos apresentados por Carvalho (2003), de modo geral, revelam interessante relação com as três gerações de intelectuais apresentadas por Luca

(1999), bem como, com o desenrolar histórico da Rede Federal de Educação Profissional: a difusão da necessidade de fomento ao ensino profissional, a criação das EAA's e sua remodelação na década de 20.

Além de Carvalho (2003), no que se refere à educação no Brasil da Primeira República, trazemos a obra organizada por Lopes, Faria Filho e Veiga (2010), que traz uma coletânea de textos sobre a educação, revelando-se como uma importante referência para nossa pesquisa, uma vez que traz uma variedade de temas sobre a educação e suas conexões com outras dimensões da vida social.

Após o estudo e organização da bibliografia selecionada, fomos em busca das fontes que poderiam delinear nossa pesquisa. As primeiras fontes a que tivemos acesso foram os Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Estes foram microfilmados e disponibilizados para consulta *online* pela Universidade de Chicago⁵. São documentos datilografados, em sua maior parte muito bem conservados, e de fácil leitura. Quando da falta de uma página ou volume, isto é informado pelo site, mas de forma geral estas faltas não comprometeram nossa pesquisa.

Estando as EAA's vinculadas ao Ministério citado, nos relatórios enviados pelo Ministro ao Presidente da República consta capítulo referente a esta instituição. Nele é relatado o desenvolvimento desta instituição, bem como, suas necessidades e transformações. Tivemos acesso a todos os relatórios emitidos durante o período em que está situada a nossa pesquisa. Na Tabela 1, que segue na próxima página, apresentamos os relatórios consultados com os respectivos Ministros responsáveis e o endereço eletrônico em que podem ser consultados. Apesar de não constar relatório para os anos de 1915, 1921 e 1930, percebemos na leitura dos demais que eles não foram emitidos.

⁵Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>

Tabela 1 – Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio consultados.

Ano	Ministro	Endereço Eletrônico
1909-1910	Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2000/000001.html
1910-1911	Pedro Toledo	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2001/000001.html
1911-1912	Pedro Toledo	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2002/000001.html
1912-1913	Pedro Toledo	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000001.html
1913	Manoel Edwiges de Queiroz Vieira	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2005/000001.html
1914	José Rufino Beserra Cavalcanti	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2006/000001.html
1916	José Rufino Beserra Cavalcanti	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2007/000001.html
1917	José Rufino Beserra Cavalcanti	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2009/000001.html
1918	João Gonçalves Pereira Lima	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2010/000001.html
1919	Idefonso Simões Lopes	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2016/000001.html
1920	Idefonso Simões Lopes	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2017/000001.html
1922	Miguel Calmon Du Pin e Almeida	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000001.html
1923	Miguel Calmon Du Pin e Almeida	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2019/000001.html
1924	Miguel Calmon Du Pin e Almeida	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2020/000001.html
1925	Miguel Calmon Du Pin e Almeida	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2021/000001.html
1926	Geminiano Lyra Castro	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2022/000001.html
1927	Geminiano Lyra Castro	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000001.html
1928	Geminiano Lyra Castro	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/000001.html
1929	Geminiano Lyra Castro	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2025/000001.html

Fonte: Relatórios dos Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio (1909-1929)

Nota: dados adaptados pela autora

Por estar nosso objeto situado no estado do Espírito Santo, procuramos identificar suas especificidades em relação ao cenário nacional na construção histórica das categorias de análise que nos orientam. Apesar de recorrermos à bibliografia já produzida sobre o estado, procuramos nos apoiar, majoritariamente, em fontes primárias. Privilegiamos os relatórios e mensagens dos Presidentes do Estado do Espírito Santo, sendo que esses estão disponíveis para consulta no site da já citada universidade norte americana e/ou no site do Arquivo Público do Estado (APE)⁶. Similar à situação dos Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, essas fontes (microfilmadas) são datilografadas e de fácil leitura.

Estas mensagens e relatórios são apresentados pelos Presidentes do Estado ao Congresso legislativo, sob determinação da Constituição do Estado, e apresentam a

⁶<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>

situação financeira do mesmo, bem como trazem informações gerais sobre todas as suas repartições, sendo que, as mensagens devem ser enviadas anualmente, enquanto os relatórios ao final do governo. Na tabela 2, que segue na próxima página, apresentamos os documentos consultados, o ano de apresentação, seguidos do respectivo Presidente, tipo de documento e o endereço eletrônico onde podem ser consultados.

Tabela 2 – Relatórios e mensagens apresentadas pelos Presidentes do Estado do Espírito Santo ao Congresso Legislativo consultados em nossa pesquisa

Ano	Presidente	Tipo de Documento	Endereço Eletrônico
1892	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1892_jose_de_mello_carvalho_muniz_freire.pdf
1893	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1893_set_16_jose_de_mello_carvalho_muniz_freire.pdf
1894	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1894_Jose_de_Mello_Carvalho_Muniz_Freire.pdf
1895	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1895_set_17_Jose_de_Mello_Carvalho_Muniz_Freire.pdf
1896	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Relatório Final	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u156/
1896	Graciano dos Santos Neves	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1896_set_22_Graciano_Santos_Neves.pdf
1897	Graciano dos Santos Neves	Relatório Final	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1897_set_15_Graciano_Santos_Neves.pdf
1898	José Marcellino P. de Vasconcellos	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1898_set_07_Jose_Marcelino_Vasconcelos.pdf
1900	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1900_set_13_Jose_de_Mello_Carvalho_Muniz_Freire.pdf
1901	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1901_set_28_Jose_de_Mello_Carvalho_Muniz_Freire.pdf
1902	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1902_out_02_Jose_de_Mello_Carvalho_Muniz_Freire.pdf
1903	José de Mello Carvalho Muniz Freire	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1903_set_22_Jose_de_Mello_Carvalho_Muniz_Freire.pdf
1904	Henrique da Silva Coutinho	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1904_set_07_Henrique_Silva_Coutinho.pdf
1905	Henrique da Silva Coutinho	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1905_set_11_Henrique_Silva_Coutinho.pdf
1906	Henrique da Silva Coutinho	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1906_out_16_Henrique_Silva_Coutinho.pdf
1907	Henrique da Silva Coutinho	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1907_set_07_Henrique_Silva_Coutinho.pdf
1908	Jeronymo de Souza Monteiro	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1908_set_24_Jeronymo_Souza_Monteiro.pdf
1909	Jeronymo de Souza Monteiro	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1909_set_14_Jeronymo_Souza_Monteiro.pdf
1910	Jeronymo de Souza Monteiro	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1910_set_23_Jeronymo_Souza_Monteiro.pdf
1911	Jeronymo de Souza Monteiro	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1911_out_11_Jeronymo_Souza_Monteiro.pdf
1912	Jeronymo de Souza Monteiro	Relatório Final	Parte 1: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1913_Jeronymo_Souza_Monteiro.pdf Parte 2: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1913_Jeronymo_Souza_Monteiro_anexos.pdf
1913	Marcondes Alves de Souza	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1913_out_22_Marcondes_Alves_Souza.pdf
1914	Marcondes Alves de Souza	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1914_out_15_Marcondes_Alves_Souza.pdf
1915	Marcondes Alves de Souza	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1915_set_08_Marcondes_Alves_Souza.pdf
1915	Marcondes Alves de Souza	Mensagem Especial	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1915_set_18_Marcondes_Alves_Souza.pdf
1916	Marcondes Alves de Souza	Relatório Final	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u161/
1916	Bernardino de Souza Monteiro	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1916_out_12_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf
1917	Bernardino de Souza Monteiro	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1917_set_13_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf
1918	Bernardino de Souza Monteiro	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1918_out_16_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf
1919	Bernardino de Souza Monteiro	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1919_out_12_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf
1920	Bernardino de Souza Monteiro	Relatório Final	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u163/
1920	Nestor Gomes	Mensagem	http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u164/index.html
1921	Nestor Gomes	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1921_out_21_Nestor_Gomes.pdf
1922	Nestor Gomes	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1922_set_07_Nestor_Gomes.pdf
1923	Nestor Gomes	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1923_mai_03_Nestor_Gomes.pdf
1924	Nestor Gomes	Relatório Final	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1924_mai_23_Nestor_Gomes.pdf
1925	Florentino Avidos	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1925_mai_04_Florentino_Avidos.pdf
1926	Florentino Avidos	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1926_abr_15_Florentino_Avidos.pdf

Continua

				Continuação
1927	Florentino Avidos	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1927_abr_30_Florentino_Avidos.pdf	
1928	Florentino Avidos	Relatório Final	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1928_jun_15_Florentino_Avidos.pdf	
1928	Aristeu Borges Aguiar	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1928_set_01_Aristeu_Borges_Aguiar.pdf	
1929	Aristeu Borges Aguiar	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1929_set_07_Aristeu_Borges_Aguiar.pdf	
1930	Aristeu Borges Aguiar	Mensagem	http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1930_set_22_Aristeu_Borges_Aguiar.pdf	

Fonte: Relatórios e Mensagens dos Presidentes do Estado do Espírito Santo

Nota: dados adaptados pela autora

Quanto às fontes específicas da EAA-ES, elas foram encontradas na biblioteca do IFES do *campus* Vitória⁷. O acesso a elas foi relativamente fácil, após um primeiro contato telefônico com a bibliotecária responsável, estivemos no arquivo pela primeira vez em abril de 2012. A sala em que se encontram os documentos não tem a climatização necessária. Existe uma tentativa de organização dos documentos, principalmente por ano, mas isso só acontece com documentos a partir dos anos 30. Os documentos referentes aos anos em que se situa nossa pesquisa (1909-1930) estão dispersos, tendo sido necessário abrir diversas caixas de documentos para encontra-los, já que ainda não tinha se iniciado o seu processo de organização. A bibliotecária responsável mencionou a necessidade de profissionais capacitados para que os documentos fossem tratados, arquivados e catalogados, e que já estava em processo executar tal tarefa, porém, durante o tempo em que estivemos envolvidos com esta documentação (abril de 2012 a janeiro de 2013), tal empreitada não se efetivou. Nossa contribuição no sentido de organizar essas fontes se limitou a separar os documentos referentes aos anos de 1909 a 1930, colocando-os em gaveta separada dos demais, onde permaneceram durante o período de nossa pesquisa.

Durante nosso percurso, foi comum encontrar relatos de descaso com as fontes históricas, e essa situação parece ser geral no Brasil. Bacellar (2011) denuncia que são poucos os arquivos públicos no Brasil, e ainda menores são os números daqueles que mantêm os documentos em condições adequadas, e completa “[...] aventurar-se pelos arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados” (p. 49). Apesar disso, mesmo não estando devidamente organizados e acondicionados, os documentos da EAA-ES foram preservados sem grandes avarias, com exceção à poeira e prováveis fungos e ácaros. Na Tabela 3, na

⁷Biblioteca Nilo Peçanha, situada na Avenida Vitória, 1729, Jucutuquara – Vitória/ES

próxima página, apresentamos os documentos a que tivemos acesso e que balizaram nossa pesquisa, bem como, a descrição desses.

Tabela 3 – Documentos da EAA-ES consultados em nossa pesquisa

Documento	Descrição
Livro: Ata da Inauguração da EAA-ES ⁸	Apesar de em seu Termo de Abertura constar que neste livro seria registrada apenas a Ata da Inauguração da EAA-ES (1910), também foram registrados, além dessa ata, outros documentos. São eles: Ata da visita do Presidente da República Nilo Peçanha (1910); Relatório de Vitoria (1910); Ata de encerramento das aulas e oficinas e inauguração de exposição de artefatos (1910); Termo de visita do Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca (1911); Ata de encerramento das aulas e oficinas e inauguração de exposição de artefatos (1911); Ata de encerramento das aulas e oficinas e inauguração de exposição de artefatos (1913); Ata de encerramento das aulas e oficinas (1914); Ata da inauguração de exposição de artefatos (1914); e a Ata de comemoração ao feriado de 2 de julho de 1923 (Centenário do fim da luta pela independência do Estado da Bahia).
Livro de Registro de Portarias (1911 a 1931)	Portarias internas emitidas pelo Diretor da Escola de Aprendizes Artífices durante o período de 1911 a 1931.
Livro de Matrículas nas Oficinas (1913 a 1920)	Registro dos alunos matriculados nas oficinas no período de 1913 a 1920, onde constam os seguintes dados: nome do aprendiz, idade, filiação, naturalidade (estado ou país), se frequenta o curso primário e/ou de desenho, ano do curso (1º, 2º, 3º ou 4º), data da matrícula e observações.
Livro de Matrícula nos Cursos Noturnos de Aperfeiçoamento (1918 a 1930) ⁹	Registro dos alunos matriculados nos Cursos Noturnos de Aperfeiçoamento no período de 1918 a 1930, onde constam os seguintes dados: nome do aprendiz, idade, filiação, naturalidade (estado ou país), ano do curso (1º, 2º, 3º ou 4º), data da matrícula e observações.
Livro de Exames ¹⁰ (1910 a 1917)	Atas dos exames finais dos alunos e classificação desses de acordo com o rendimento
Livro de Exames (1918 a 1924)	Atas dos exames finais dos alunos e classificação desses de acordo com o rendimento
Correspondências do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio destinadas ao Diretor da EAA-ES (1918)	Ofício n.º 1, da seção de Indústria, de 9 de janeiro, referente a solicitação do Ministro de economia no uso do telégrafo; Ofício n.º 308, da Diretoria do Serviço de Povoamento, de 21 de janeiro, referente solicitação ao Diretor da EAA-ES para que remetesse a essa diretoria informações acerca de terrenos públicos e particulares postos a venda no Espírito Santo, detalhando suas condições; Ofício n.º 1, da seção de Comércio, de 21 de fevereiro, referente a solicitação de envio de informações dos trabalhos referentes à agricultura; Ofício n.º 300, da seção de Comércio, de 16 de março, referente a tributação dos produtos das EAA-ES; Ofício n.º 523, da seção de comércio, referente a solicitação de envio de recibo de material encaminhado; Ofício n.º 270, da seção de Indústria, de 15 de julho, referente resposta negativa à solicitação do Diretor da EAA-ES de desmembramento da Oficina de Marcenaria e Carpintaria; Ofício n.º 308, da seção de Indústria, de 31 de julho, referente a determinação para que o Diretor não elimine 12 alunos que tiveram mais de 30 faltas no ano, esses alunos apenas perdem o ano; Ofício n.º 344, da seção de Indústria, de 26 de agosto de 1918, referente a informação de recebimento de cópia do livro de visitantes enviado pelo Diretor; Circular n.º 227, da seção de Comércio, de 12 de dezembro, referente ao envio de modelo de livros e talões para escrituração das EAA's; Ofício n.º 1104, da seção de Comércio, de 19 de dezembro, referente ao envio dos livros necessários à escrituração da EAA-ES; Ofício n.º 1107, da seção de Comércio, de 20 de dezembro, referente a solicitação de envio da relação de pessoal da EAA-ES; Circular n.º 3, da seção de Indústria, de 30 de dezembro, referente a solicitação do Ministro, para que sejam rigorosamente observadas as disposições regulamentares sobre o início e fim dos trabalhos.

Fonte: Arquivo do IFES *Campus* Vitória

Nota: dados adaptados pela autora

Diferentemente dos documentos do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e das mensagens e relatórios do governo do Espírito Santo, as fontes da EAA-ES são manuscritas, o que significou um pouco mais de dificuldade na sua interpretação. Em geral, a caligrafia se apresenta legível (Fotografia 1), mas, em alguns textos, não foi possível decifrar algumas palavras, o que demandava conhecimentos mais apurados de paleografia de que não dispomos, porém, tais lacunas, não comprometeram o entendimento do texto.

⁸ Transcrito por nós e disponibilizados no apêndice deste trabalho (página 136).

⁹ Transcrito por Lima (2011)

¹⁰ Transcrito por Lima (2011).



Fotografia 1: Documentos da EAA-ES

Nota: Fotografia da autora a partir do Arquivo do IFES Campus Vitória.

Outra forma de descaso com as fontes é revelada nos documentos que se perdem. Esta situação não é rara, muito pelo contrário, e os motivos são os mais variados: documentos que são descartados sem a avaliação de profissionais que pudessem atestar a importância de sua preservação; outros também descartados numa ação consciente de eliminação de provas documentais; outros tantos se deterioram por não terem sido armazenados de forma adequada; também inundações e incêndios fizeram sua parte na destruição de documentos importantes; e para nós, um dos piores motivos, a usurpação de documentos por pesquisadores que negam aos colegas a oportunidade de se “alimentarem” da mesma fonte que ele, ao subtraí-los de arquivos para coleção particular.

No nosso caso, em nossas pesquisas iniciais, tivemos indícios de documentos que deveriam ter sido produzidos pela EAA-ES, e que, no entanto, não encontramos. São registros que as regulamentações das EAA's determinavam como obrigatórios.

Fica a dúvida se estes documentos se perderam ou, se na verdade, nunca foram produzidos. Como sugere Bacellar (2011), nem sempre é possível atestar se as obrigações determinadas são fielmente cumpridas, assim, apenas hipoteticamente, podemos dizer que estes documentos foram produzidos.

Como já atestado por Ciavatta (2007), os registros históricos das escolas em geral, na maioria das vezes, limitam-se a dados quantitativos como matrícula, frequência e aproveitamento. Na EAA-ES não é diferente, o que dificulta um pouco na reconstrução da memória da mesma, mas, não impede de buscarmos em outros locais a, como diz a pesquisadora, “[...] memória negada mas não apagada” (p.1). Dessa forma, os tipos de comemorações, o modo como os alunos são classificados, as visões pessoais expressas nas atas, entre outros indícios nos ajudam a resgatar a historicidade da EAA-ES.

A dificuldade no acesso aos documentos tem sido relatada nas pesquisas sobre as EAA's em geral. No entanto, não impediram que suas memórias fossem exploradas na busca de reconstruir historicamente estas instituições que são celebradas atualmente como as precursoras da Rede Federal de Educação Profissional. Tais empreitadas resultaram na construção de histórias, no rol das quais, pretendemos incluir a que agora produzimos e que iniciamos, no próximo capítulo, procurando compreender o seu contexto.

CAPÍTULO 2 – Progresso, Educação e Trabalho: contexto de idealização, criação e remodelação da Rede Federal de Educação Profissional

Os anos finais da monarquia brasileira inauguraram um período de grandes transformações na sociedade brasileira que permaneceu por toda a denominada Primeira República. Foi uma época em que se procurava romper com um passado marcado pela escravidão e pela colonização europeia, e instituir uma nova ordem que poderia levar o país ao rol do seleto grupo de países desenvolvidos. Tal missão foi apropriada pela intelectualidade brasileira que buscou forjar uma representação do mundo social ao construir estratégias e propor práticas, a partir de diagnósticos apreendidos, buscando superar a situação de atraso, que segundo eles, encontrava-se o Brasil em relação às nações europeias. Nesse sentido, o que estava em questão era a constituição do país como nação moderna, a partir dos ideais de modernidade “importados”, principalmente, da Europa, revelando a educação e o trabalho como principais elementos para o progresso.

Na busca desse rompimento com o passado monárquico, as ações gestadas pela intelectualidade marcaram profundamente os eventos e as experiências que aconteceriam a partir de então no país. Luca (1999), usando de interessante metáfora, discorre sobre como a intelectualidade brasileira refletiu sobre o país, e dessa forma, procurou diagnosticar seus problemas, apontou soluções e imaginou projetos para o futuro. Comparando o Brasil a um “trem”, a pesquisadora aponta que esses intelectuais se colocaram no lugar de “condutores” qualificados para colocar esse “trem” nos trilhos. Tal metáfora não foi uma invenção da pesquisadora, em sua leitura de ensaios da época, ela percebeu a grande incidência do uso desta, revelando consonância com um dos principais símbolos de modernidade no Brasil da época.

[...] Trem, velocidade, trilhos – potentes símbolos da modernidade, do progresso e da racionalidade burguesa – foram mobilizados, especialmente no início do século XX, não em sua positividade, mas enquanto imagem do que nos faltava (p. 19).

Nesse sentido, percebemos que em seus diagnósticos, a intelectualidade viu a necessidade de intervir no país, buscando “conduzir” o Brasil nos rumos do progresso. É importante destacar que os discursos intelectuais não são neutros, mas

sim escolhas intencionadas, que, tendo como objetivo a construção do mundo social, produzem estratégias e práticas “[...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Assim, sendo esse período caracterizado, principalmente, pela constituição do capitalismo no Brasil, e, de acordo com Chalhoub (2012), as transformações socioeconômicas estavam associadas “[...] à transição de relações sociais do tipo senhorial-escravista para relações sociais do tipo burguês-capitalista” (p. 45), o que se buscava, além da renovação material, era a renovação moral do brasileiro, que forjado como homem livre, aparecia nesse novo cenário como figura essencial do mercado de trabalho capitalista. Nesse sentido, “[...] delineia-se uma política clara de condicionar esta transição a um projeto mais amplo de continuação da dominação social dos proprietários dos meios de produção” (p. 46).

Nesse sentido, procurava-se forjar uma mudança de representações: de país atrasado para um país moderno; de um país exportador de matéria prima, para um país produtor de bens industriais; de um país que forjou o trabalho manual como uma atividade aviltante, para trabalho manual como uma atividade moralizante; e assim por diante. Mas, tudo isso, sem que a ordem hierárquica da sociedade fosse abalada. E para isso, era necessário criar meios para que a população se apropriasse dos ideais daqueles que se propunham pensar e mudar o país, sem que oferecessem resistência à ordem que se pretendia instituir.

Assim, durante esse período, os diagnósticos da sociedade brasileira apreendidos pela intelectualidade, bem como as suas estratégias e práticas, foram sofrendo transformações que revelaram algumas mudanças de concepções, influenciando, dessa forma, nos caminhos percorridos para legitimação da ordem que se pretendia instituir. As diferentes gerações da intelectualidade apontadas por Luca (1999), e abordadas no capítulo anterior, na intenção de legitimação de seus ideais, buscaram construir representações para as categorias progresso, educação e trabalho, revelando rupturas e continuidades em suas apropriações. Essas rupturas e continuidades são reveladas no exercício, entre as gerações da intelectualidade, de

pensar e repensar a República desejada, bem como nas estratégias adotadas para alcance dos fins pretendidos.

Estando nosso objeto de estudo inserido no estado do Espírito Santo, observamos que no meio dessa intelectualidade nenhum nome espírito-santense teve papel de destaque na construção das ideias que vigoravam na época. Tal situação é lamentada pelo primeiro Presidente do estado, Moniz Freire, que ao reclamar da reputação de atraso relegada ao estado, denuncia o fato de nenhum conterrâneo ter grande prestígio na política nacional (ESPÍRITO SANTO, 1896).

De acordo com Azevedo (2011), os membros da intelectualidade brasileira eram, principalmente, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Recife. Desse modo, em nossas pesquisas, percebemos que enquanto essa intelectualidade buscava na Europa o modelo de modernidade a seguir, os políticos espírito-santenses, por diversas vezes, buscaram seus modelos nas cidades mais desenvolvidas, como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente.

Assim, nesse capítulo, considerando que a Rede Federal de Educação Profissional foi idealizada pela primeira geração de intelectuais, executada pela segunda e remodelada pela terceira, buscamos compreender as questões referentes ao período estudado que levaram à mudança de concepções entre as gerações da intelectualidade brasileira, revelando as especificidades do estado do Espírito Santo, e dessa forma, procuramos compreender o cenário, nacional e espírito-santense, de idealização, criação e remodelação dessa Rede.

Para tanto, elegemos como questões fundamentais, para fins dessa pesquisa, que ocuparam a intelectualidade em suas diferentes gerações para fazer do país uma nação moderna, os seguintes pontos: a) a elevação moral e racial do elemento nacional na constituição do perfil do brasileiro desejado (LOBO, 2008; ORTIZ, 2006; MOTA, 2003; GONDRA, 2010); b) a formação da mão de obra livre (LOBO, 2008; CHALHOUB, 2012; KOWARICK, 1994); c) a resolução dos problemas derivados dos fenômenos de urbanização e industrialização (MOTA, 2009; LOBO, 2008; CHALHOUB, 2012; KOWARICK, 1994; SANTOS, 2009; NUNES, 2010; VEIGA, 2010); d) e a “moralização” da população tendo como estratégia a educação (LOPES, FARIA FILHO, VEIGA, 2010; CARVALHO, 2003). Tais questões serão trabalhadas, respectivamente, nos tópicos que se seguem.

2.1 Elevação moral e racial: o perfil do brasileiro desejado

Ansiosos por incluir o Brasil no rol das sociedades modernas, a intelectualidade brasileira tinha como dilema constituir o país como uma nação. Considerando que tal empreitada exigia a definição da identidade do brasileiro, esses “condutores” do país, que se autodenominaram responsáveis e capacitados por colocar o Brasil nos “trilhos”, como bem colocou Luca (1999), lançaram-se num exercício de investigação, para então, a partir do diagnóstico apreendido, propor medidas de prevenção ou correção dos rumos.

Esse exercício de investigação revelou a necessidade de adaptar os propósitos modernistas à realidade brasileira. Tal situação pode ser bem exemplificada com o fato de a intelectualidade brasileira, na condição de importadora e absorvedora das ideias estrangeiras, apresentar as teorias raciais como hegemônica no país, no momento em que elas estavam em declínio na Europa. Segundo Ortiz (2006), essa defasagem entre o momento em que o conhecimento é produzido na Europa, e o momento em que é consumido no Brasil, não pode ser explicado simplesmente pelo tempo que se levava para que as ideias atravessassem o Atlântico. Muito pelo contrário, os intelectuais brasileiros estavam atentos com as produções europeias praticamente, e na medida do possível, em tempo real. Dessa forma, esse consumo não ocorreu de forma passiva, mas sim a partir das necessidades que foram constatadas na sociedade brasileira.

[...] Pode-se dizer que a lógica que preside o pensamento de nossos intelectuais se decompõe em dois momentos: 1) escolhe-se entre os diferentes objetos a serem sincretizados, isto é, as teorias disponíveis, algumas dentre elas; 2) no interior dessas teorias selecionam-se os elementos considerados pertinentes pelo sistema-partida, no caso a problemática nacional (ORTIZ, 2006, p.33).

Assim, nessa investigação, a principal questão que se colocou, para a intelectualidade brasileira, foi a diversidade racial da população brasileira. Para Ortiz (2006), tal situação se revelou como problema, pois, ao importar as teorias evolucionistas¹¹, esses pensadores da nação brasileira tiveram que admitir que o Brasil estivesse num estágio “inferior” com relação às nações europeias. Dessa

¹¹ Para Ortiz (2006), o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer, entre outras, eram teorias distintas, mas que em comum tinham a ideia da evolução histórica dos povos.

forma, tornou-se necessário entender o porquê desse atraso e identificar as soluções para superá-lo.

Compreendemos, assim como Ortiz (2006) e Lobo (2008), entre outros autores, que foram nas teorias raciais que a intelectualidade do período encontrou os conceitos chave para explicar as especificidades brasileiras. Não era possível negar que de fato o Brasil era um país mestiço, resultado do encontro de brancos, negros e índios. Sendo os brancos considerados como uma raça superior, segundo Lobo (2008), restavam aos propagadores das teorias raciais dois caminhos: “[...] ou profetizar uma evolução da raça brasileira pelo embranquecimento progressivo (e daí o incentivo à imigração branca), ou a defesa da superioridade do tipo híbrido, justificado por pesquisas em plantas e animais” (p. 143).

Com relação ao primeiro caminho apontado por Lobo (2008), o imigrante europeu foi, na perspectiva da época, o elemento primordial para o “melhoramento” da sociedade brasileira. Acreditando-se num embranquecimento progressivo da população brasileira e em sua regeneração moral, uma vez que os europeus eram vistos como uma raça superior, e, portanto, mais civilizada, não foram poupados esforços para que, durante anos e anos, desde o Segundo Reinado, desembarcassem no país milhares de imigrantes. Vinham para atender demandas da lavoura, mas, também, com o intuito de elevar moralmente a sociedade brasileira, uma vez que, acreditava-se, o contato do elemento nacional, considerado atrasado e indolente, com o imigrante disciplinado, possibilitaria aos primeiros sair do estado de apatia em que se encontravam.

Por outro lado, e em referência ao segundo caminho apontado (LOBO, 2008), a mestiçagem, característica primeira da sociedade brasileira, é vista como uma adequação da civilização europeia ao clima tropical do país. Dessa forma, segundo Ortiz (2006), o mestiço, numa perspectiva nacionalista, aparece ligado simbolicamente à construção da nação brasileira que se pretendia.

De um modo ou de outro, o que percebemos é a defesa da raça branca para o aperfeiçoamento do elemento nacional, e que, nessa perspectiva, a nação brasileira ainda não seria uma realidade concreta, mas sim, segundo Ortiz (2006), um ideal a ser realizado no futuro, ou seja, “[...] no processo de branqueamento da sociedade brasileira (...), [a possibilidade da] construção de um Estado nacional como meta e

não como realidade presente” (p. 21). Estava em pauta, portanto, a expectativa na construção de um determinado perfil do brasileiro, considerado majoritariamente, segundo Mota (2003), como um homem em processo de formação.

Tais teorias que propunham o embranquecimento da população brasileira foram aos poucos abandonadas, na medida em que entrou em cena, principalmente nos anos iniciais do século XX, o pensamento sanitário e eugênico. É interessante lembrar que foi também nesse período que se formava uma nova geração de intelectuais. Essa segunda geração, desencantada com a jovem República, buscava novos caminhos para constituir o país como nação, diante das novas questões que se apresentava como um “problema” para a sociedade brasileira.

De acordo com Lobo (2008), para os que adotaram a perspectiva eugênica, a miscigenação já não era mais a solução para o melhoramento da sociedade brasileira e tinham como proposta o aperfeiçoamento da espécie humana:

[...] solução para a degeneração que atingia todas as raças, principalmente os não-brancos e em especial os negros. Essa purificação não se caracterizava somente por evitar os cruzamentos raciais, mas por eliminar, pela profilaxia dos casamentos e das procriações, os indivíduos que poderiam trazer a marca da degenerescência da espécie (p. 118).

Percebemos, nessa nova perspectiva, que os “não-brancos” continuam a sofrer forte preconceito, porém, nesse momento, toda a sociedade devia ser regenerada. De acordo com Mota (2003) “[...] a eugenia vinha afirmar a normatividade da higiene para ajustar a vida social das populações urbanas, alargando consideravelmente aquele [seu] campo de ação” (p. 16).

As populações urbanas foram consideradas, de acordo com Lobo (2008), como um lugar estratégico de defesa, regeneração e controle. O crescente número de habitantes, que buscavam novas oportunidades nos centros urbanos, revelou a falta de infraestrutura das cidades para comportar um grande aglomerado populacional. Marcadas principalmente pela pobreza e insalubridade¹², as cidades permearam as preocupações da intelectualidade da época, revelando uma grande preocupação com a criação de sanatórios, asilos, prisões, escolas e hospitais, entre outros, que pudessem “tratar” os males da pobreza.

¹² Ver tópico 2.3

Nesse sentido, a medicina teve forte atuação, pois com os avanços conquistados na época, entra em cena para “medicar” uma sociedade “doente”, e para que fosse “curada”, era necessário um “tratamento” adequado. Reservando um lugar especial para os problemas da sociedade, a medicina da época interferiu de maneira sistemática, segundo Gondra (2010), na formação das novas gerações, principalmente no que se refere à educação. A adoção de medidas médicas-higiênicas, tanto no campo público como no privado, era justificada pela “verdade” médica que deveria ser ensinada não apenas à população, mas também aos governantes.

Desse modo, não apenas o corpo humano era possível de ser tratado e medicado: a sociedade, também vista como um corpo, era objeto do olhar da medicina. E, sob o manto da Higiene e na perspectiva de construção de uma sociedade civilizada nos trópicos, de acordo com Gondra (2010),

[...] construíram uma sociedade científica, facultades, fundaram e dirigiram periódicos, participaram de sociedades literárias, foram escritores, discorreram sobre o quartel, sobre as febres e a nosografia tropical, tematizaram a loucura e o destino dos cadáveres bem como as práticas de infanticídio, o tabagismo, o alcoolismo, a poluição, as águas, os ares, a topografia, o clima, a geografia, a química, a fisiologia e a higiene; dentre outros (p. 543/544).

No entanto, é preciso considerar o momento histórico em que essas representações foram apropriadas. De certa forma, era um momento em que as ciências sociais se formavam e evoluíam nas tentativas de compreender a realidade da época. Ao trazerem para si a responsabilidade de diagnosticar e apontar caminhos, esses pensadores estavam certos da importância de suas descobertas, e suas apropriações se fizeram no seio do lugar social que ocupavam e de acordo com interesses específicos. Considerando que, naquele momento, o acesso à educação e à cultura escrita era possível a um número bastante restrito de pessoas, somos levados a crer que tais pensadores faziam parte da diminuta parcela brasileira que tinha poder aquisitivo para tal.

Por outro lado, poderíamos nos questionar sobre como a população em geral recebeu e se apropriou desse discurso. De acordo com Chartier (2011c), a apropriação de um determinado discurso depende das condições econômicas e sociais em que estão inseridos os indivíduos. Dessa forma, existe liberdade de

apropriação que não depende do locutor, mas sim, da associação desse discurso com os recursos que cada um tem a sua disposição.

No nosso caso, é preciso considerar que tais discussões, em torno da formação do perfil do brasileiro, se deram num ambiente muito restrito. A maior parte da população estava alheia às produções científicas da época. O que não significa dizer que não sofreram as consequências de tais conclusões. Por exemplo, é o que podemos perceber nos casos de relação paternalista entre os patrões e seus empregados que, de acordo com Chalhoub (2012), foi veiculada, principalmente pelas classes dominantes, durante a Primeira República. Nesse sentido,

[...] o patrão era uma espécie de “juiz doméstico” que procurava guiar e aconselhar o trabalhador, que, em troca, devia realizar suas tarefas com dedicação e respeitar o patrão. Esta imagem ideal da relação patrão-empregado tem um objetivo óbvio de controle social, procurando esvaziar o potencial de conflito inerente a uma relação baseada fundamentalmente na desigualdade entre os indivíduos que dela participam (p. 114).

Desse modo, percebemos que, de acordo com o lugar social ocupado pelo indivíduo, a apropriação de determinada representação se dá de uma forma ou de outra. No exemplo citado, o patrão ao ocupar o lugar de aconselhador e protetor do trabalhador, se via no direito de esperar desse, dedicação e fidelidade. Ao mesmo tempo, o trabalhador se sentia em dívida com o patrão, e por isso realizava suas atividades sem resistências. Tal qual pai e filho.

Essa foi uma das estratégias utilizadas pelas elites do período, quando a finalidade de suas práticas era mascarada em ações em prol daqueles de quem se pretendia ter o controle. Tais práticas foram largamente utilizadas pela intelectualidade no intento de implantar a nação desejada sem que a ordem hierárquica fosse abalada, mas, não sem alguma resistência.

2.2 Mão de obra livre: imigrantes *versus* elemento nacional

As relações entre os trabalhadores imigrantes e os nacionais, durante o período de nosso recorte cronológico, podem ser divididas em dois momentos distintos. O primeiro está relacionado às ideias difundidas desde os fins do império até os anos iniciais da República, quando o trabalhador nacional, considerado pela primeira geração da intelectualidade republicana brasileira como indolente e incapacitado para o trabalho profícuo, era desvalorizado frente ao imigrante europeu, considerado como exemplo de virtudes (Kowarick, 1994; Chalhoub, 2012; Lobo, 2008). Num segundo momento, esse discurso é revertido, e a intelectualidade da segunda geração passou a adotar estratégias para recuperação da mão de obra nacional. Tal mudança de foco se deveu, principalmente, e inicialmente, pelas muitas greves vivenciadas nas principais cidades brasileiras na primeira década do século XX. A partir de então, o imigrante europeu passou a ser visto como uma influência negativa ao trabalhador nacional, pois eram os principais líderes dos movimentos operários e difusores de ideias “exóticas” (CUNHA, 2000a). Também contribuiu para essa mudança de foco, a Primeira Guerra Mundial, uma vez que houve a diminuição significativa no fluxo de imigrantes europeus para o Brasil.

Desse modo, tornou-se imperioso, como sugere Kowarick (1994), regenerar a mão de obra nacional:

[...] tradicionalmente estigmatizado de apático, preguiçoso ou vagabundo, o braço pátrio poderia e deveria ser regenerado, pois sua indolência era consequência do abandono a que fora relegado (...). Sua desambição passa a ser encarada com parcimônia de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil e, sobretudo, não reivindica; a inconstância traduz-se enquanto versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas, e o espírito de indisciplina metamorfoseia-se em brio e dignidade (p. 112).

Tal mudança de concepção tem grande importância para nossa pesquisa, pois teve reflexos nas diretrizes da educação no Brasil, bem como nas EAA's. Essas questões serão vistas mais adiante, por hora, nos detemos em analisar como se deram essas relações entre o trabalhador imigrante e o nacional.

Introduzido no Brasil com o objetivo de “melhorar” a sociedade brasileira por meio do branqueamento da população¹³ e para substituir a mão de obra nas lavouras do país, os imigrantes europeus chegaram aos milhões e se instalaram em partes diversas do Brasil. De acordo com Cunha (2000a), entre os anos de 1887 e 1930, chegaram ao país cerca de 3,8 milhões de estrangeiros.

Ainda no período imperial, começou a se formular o movimento abolicionista, que com o passar dos anos, tornou-se um processo irreversível. Desse modo, governo e proprietários de terra, de acordo com Kowarick (1994), foram atrás de meios para que a lavoura não ficasse desprovida de braços. Assim, numa confluência de interesses, os imigrantes europeus foram a melhor solução encontrada para resolução dessa questão: para os intelectuais, a introdução de imigrantes no país possibilitaria o “melhoramento” da sociedade brasileira por meio do embranquecimento da população (Lobo, 2008; Mota, 2003; Ortiz, 2006); no caso dos políticos, era interessante a introdução desses elementos, uma vez que, sendo considerados exemplos de virtude e de progresso, característica essencial de um povo que se pretendia formar como nação (Kowarick, 1994; Lobo, 2008), serviriam para elevar moralmente o perfil do brasileiro; aos fazendeiros, os imigrantes atenderiam a carência de mão de obra que se anunciava com o fim da escravidão, considerando que, para eles, a mão de obra nacional não estava preparada para o trabalho assalariado (Kowarick, 1994); e por fim, aos imigrantes, a vinda para a América, significou a possibilidade de uma nova vida com melhores condições, longe das guerras e da fome que assolava a Europa (Kowarick, 1994; Cunha, 2000a).

O estado do Espírito Santo também recebeu número considerável de imigrantes europeus. Iniciado em número reduzido ainda no período imperial, o fluxo de europeus aumentou consideravelmente após a abolição. Tendo recebido principalmente italianos, os imigrantes europeus vieram para o estado especialmente para colonização agrícola. Além dos italianos, também entraram no estado alemães, suíços, holandeses, portugueses e outros. Nesse sentido, diversas colônias estrangeiras foram formadas no Espírito Santo (Fonte: APE).

¹³ Ver tópico 2.1 deste trabalho.

As vantagens e a necessidade da adoção da mão de obra imigrante foram largamente defendidas pelos Presidentes do Espírito Santo. Referindo-se à instalação de europeus como o único legado positivo do período imperial no estado, Moniz Freire investiu recursos públicos elevados para a “importação” dessa mão de obra. Diferentemente do que ocorreu em outros estados, a maioria dos imigrantes veio para colonizar as terras espírito-santenses, além disso, tinham suas passagens custeadas pelo estado e recebiam um lote para cultivar, em contrapartida deveriam abrir estradas nas áreas destinadas à povoação (ESPÍRITO SANTO, 1896).

Nesse sentido, o imigrante europeu teve papel central na formação da mão de obra livre no Brasil. Ainda no período imperial, ganhou força o movimento abolicionista, que reuniu figuras políticas, intelectuais notáveis, escravizados e libertos. Porém, ansiosos pela conquista da liberdade, de acordo com Lobo (2008), os interesses em torno de medidas que pudessem melhorar as condições de vida dos libertos não se converteram, de modo geral, em ações efetivas.

[...] Se de um lado os senhores se viam assombrados com os efeitos tenebrosos da Abolição, de outro, entre os abolicionistas, poucos se lembraram de lutar efetivamente por reformas que deveriam acompanhar a libertação para melhorar as condições de vida da maioria da população, como o sistema de propriedade e distribuição de terras, a construção de uma rede de educação popular, a ampliação da representação e da participação política do povo e dispositivos que garantissem condições de trabalho, em especial para os libertos (p. 129).

Enquanto os abolicionistas se abstiveram, de maneira geral, de lutar por medidas efetivas que pudessem inserir o liberto na sociedade que se formava, os proprietários de terra, de acordo com Kowarick (1994), auxiliados pelo Estado, encontraram na imigração europeia a solução para suprir as necessidade de mão de obra que, eminentemente, ficaria desprovida do braço escravo devido às pressões internacionais para o fim da escravatura.

E assim, os trabalhadores nacionais, considerados pelas elites da época como vadios e imprestáveis para o trabalho disciplinado e regular, foram relegados, de acordo com Kowarick (1994), a atividades mais degradantes que exigisse força física, ou então, no caso de São Paulo, foram mais utilizados nas áreas de economia estagnada, onde um número reduzido, ou mesmo nulo, de imigrantes foram instalados.

No que diz respeito à indústria, Kowarick (1994), revela que, enquanto em São Paulo, os trabalhadores nacionais permaneceram quase que em sua totalidade à margem do processo fabril, no Rio de Janeiro, a mão de obra nacional foi bastante utilizada desde os primórdios da indústria, mas, ainda assim, em número bastante inferior ao de imigrantes. São Paulo, nesse caso representada principalmente pelos grandes proprietários da fazenda cafeeira, foi a cidade que mais resistiu no emprego da mão de obra escrava, e que, após a abolição, mais se absteve de inserir o homem livre nas suas atividades econômicas.

No caso do Espírito Santo, apesar de o imigrante europeu ter sido inserido em escalas consideráveis, o elemento nacional não foi relegado. Inclusive, a migração nacional foi por diversas vezes defendida. O Presidente do Estado Moniz Freire, por exemplo, foi buscar mão de obra no norte do país, principalmente na Bahia e no Recife, e comemorou o fato de que, após suspensa a iniciativa oficial, estabeleceu-se uma corrente espontânea desses dois estados para o Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 1896a). Outro Presidente do Estado, Santos Neves (ESPÍRITO SANTO, 1896b), chega a condenar, de certa forma, o fluxo de imigração europeia:

[...] concordo que a importação systematica de immigrantes europeus tem dado rapidos e brilhantes resultados financeiros; mas guardarme-hei quanto possivel de pratical-a, porque, além de outras desvantagens numerosas, ella tem enorme inconveniente moral de enfraquecer os nossos laços de unificação nacional, tão preciosos no periodo historico que atravessamos (p. 11).

Vemos nesse discurso de Santos Neves (1896b), a anúncio de uma representação em torno da noção de unificação nacional, sobre a qual também se apoiou, posteriormente, a intelectualidade da segunda geração, devido às manifestações que implicavam a classe trabalhadora a partir de meados da primeira década do século XX.

O ano de 1906, de acordo com Cunha (2000a), vivenciou um número expressivo de movimentos grevistas, que revelou uma grande articulação, na medida em que categorias diversas se paralisavam em solidariedade umas às outras. Nos anos seguintes, tais movimentos foram crescendo e se multiplicando. Entre os anos de 1917 e 1920, as greves desencadeadas tinham grandes proporções e abalaram São Paulo e o Rio de Janeiro, por exemplo. Nesse período, foram mais de cem greves em São Paulo, e mais de sessenta no Rio de Janeiro.

[...] A greve geral de 1917, em São Paulo, foi a que teve maior impacto e dramaticidade, quando atingiu praticamente toda a classe operária da cidade, cerca de 50.000 pessoas. Os principais bairros operários foram tomados pelos grevistas, contra quem o governo mobilizou tropas e deslocou navios de guerra. Depois da mediação de um comitê de jornalistas, o movimento conseguiu aumento de salários, logo anulado pela inflação, e vagas promessas de atendimento das demais reivindicações (p. 13).

Aos olhos da intelectualidade brasileira, a crescente organização dos trabalhadores, de acordo com Cunha (2000a), era vista de maneira peculiar:

[...] os trabalhadores imigrantes eram apontados como responsáveis pela “inoculação de idéias exóticas” nos trabalhadores brasileiros, cujo passado como escravos não permitia prever seu envolvimento espontâneo em sindicatos e partidos operários, nem sua adesão ao socialismo e ao anarquismo (p. 14).

Dessa forma, esses movimentos foram energicamente reprimidos e seus principais líderes expulsos do país. Nesse sentido, o fluxo migratório, que já havia diminuído muito com a Primeira Guerra Mundial, é contido. Porém, outra questão se colocava: quem iria substituir a mão de obra imigrante? De acordo com Kowarick (1994), “[...] tratava-se de reativar o mercado de trabalho a fim de continuar dispendo de braços” (p. 113). E assim, o trabalhador nacional, que era visto pela primeira geração de intelectuais como inferior ao imigrante, caía nas graças da intelectualidade da segunda geração, e, na comparação com o estrangeiro, nessa nova situação, saía vitorioso: “[...] reconstrói-se a imagem do trabalhador nacional, que, à diferença do estrangeiro, trabalha a preços módicos, aceita qualquer tarefa sem reclamar ou lançar mão de paralizações” (p. 113).

Nesse sentido, a suposta apatia do brasileiro que antes era vista, pelos intelectuais e políticos, como um problema para o desenvolvimento da nação, após a decepção com o imigrante, passa a ser uma virtude, pois tal aspecto era garantia para que a ordem instituída não fosse alterada.

2.3 Urbanização e industrialização: os perigos da cidade

Algumas cidades brasileiras, nos anos iniciais da República, exerceram grande atração sobre as classes menos favorecidas que não encontravam meios de sobrevivência no campo. De acordo com Moura (2009),

[...] em relação ao trabalho no campo, os salários eram nominalmente mais significativos – ainda que irrisórios – e a cidade oferecia um leque maior de oportunidades, atraindo assim famílias inteiras com a possibilidade de empregar seus filhos (p. 274).

Nesse sentido, algumas cidades vivenciaram um crescimento populacional em proporção maior a de sua capacidade para atender às demandas de emprego e moradia. Tal questão não foi discutida nos anos iniciais da República, pois, seus idealizadores, ansiosos por construir uma nação moderna, não se atentaram para a necessidade de infraestrutura das cidades.

De certo modo, até contribuíram para o “caos” em que se tornariam os centros urbanos nos anos iniciais do século XX. Com a valorização da mão de obra imigrante frente ao elemento nacional, esses últimos viram escassear as possibilidades de sobrevivência no campo, e foram buscar na cidade outras oportunidades – que não se apresentaram muito melhores que as que tinham no campo.

Atraídos pelo crescente número de fábricas que algumas cidades vivenciavam, o elemento nacional, quando chegou nesses centros urbanos, conviveu com o mesmo preconceito a que estavam sujeitos no campo. É o que observa Kowarick (1994), ao revelar que os trabalhadores nacionais ficaram à margem do processo fabril em quase toda sua totalidade no oeste paulista.

Ainda assim, as cidades tinham mais oportunidades que no campo, uma vez que, mesmo não estando empregados nas fábricas, encontravam outros meios de sobrevivência de que não dispunham na zona rural. Assim, como relata Moura (2009), viviam de atividades informais como o biscate. A criminalidade também foi uma forma de lutar pela sobrevivência. Santos (2009), ao discorrer sobre a criança e a criminalidade em São Paulo do início da República, relata que as atividades ilegais eram constantes entre os menores das hostilizadas classes populares: “[...] o roubo,

o furto, a prostituição e a mendicância tornaram-se instrumentos pelos quais estes menores proviam a própria subsistência e a de suas famílias” (p. 218).

De acordo com Chalhoub (2012), existia certa facilidade para sobreviver no Brasil, pois,

[...] nosso solo é rico, o nosso clima é ameno e a abundância se nota em toda parte. Sendo assim, a nossa população não precisa ter hábitos ativos de trabalho, pois tem facilidade em obter a carne, o peixe, o fruto, e, além disso, a amenidade do clima permite ao brasileiro passar perfeitamente ao relento, sem cobrir o corpo com vestes pesadas e caras (p. 74).

Todavia, tal “tentação” à ociosidade não combinava com os propósitos da intelectualidade que forjava uma nova realidade para o país. E a ociosidade associada à pobreza era considerada, na perspectiva intelectual, deturpadora do homem, afetando sua moral e o encaminhando para o mundo do crime. E é abertamente, segundo Chalhoub (2012), que os políticos reconhecem a necessidade de reprimir esses miseráveis, que passam a constituir o que chamam de “classes perigosas”.

Esse termo, “classes perigosas”, de acordo com Chalhoub (2012), é importado pelos parlamentares brasileiros de países europeus, porém, ao se apropriarem do termo no Brasil, seu raio de alcance é alargado consideravelmente. Por exemplo, no caso da Inglaterra, o termo era usado para se referir a pessoas que se mantinham por meio do crime. Já no Brasil, ele foi usado como sinônimo de classes pobres, e dessa forma, ser pobre significava automaticamente ser visto como um perigo para a sociedade. “[...] Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’” (p. 76).

Assim, insalubridade, criminalidade e desordem eram as características das grandes cidades que vivenciavam um rápido crescimento populacional. Desse modo, percebemos que a primeira geração da intelectualidade republicana, apontada por Luca (1999) não previu tais questões, e dessa forma, não criou estratégias para evitá-las. Assim, a segunda geração apontada por essa pesquisadora nasceu no seio desses problemas, e, dessa forma, viu-se “obrigada” a dar novo rumo a nação.

Essa questão dos problemas vivenciados pelas cidades devido ao grande aumento populacional, principalmente nos anos iniciais do século XX, elencou os motivos que

levou aos desencantos com a República. Assim, para colocar, como sugere Luca (1999), o Brasil nos “trilhos”, a segunda geração da intelectualidade pregou a necessidade de medidas enérgicas para resolver as questões que se apresentavam nas grandes cidades.

Essas medidas enérgicas tornaram-se urgentes a partir do momento que os movimentos grevistas começaram a explodir nas principais cidades brasileiras¹⁴. Insatisfeitos com as péssimas condições de trabalho nas fábricas e com os baixos salários, os operários se uniam em busca de melhores condições e, dessa forma, abalaram a “ordem” defendida pela intelectualidade. De acordo com Menezes (2011), “[...] a defesa da ordem colocou-se acima da defesa da legalidade, desdobrando-se na adoção de diferentes práticas repressivas” (p. 211).

Assim, houve uma reação aos males dos grandes aglomerados populacionais com o controle repressivo sobre os pobres, repercutindo em todo país. Fazia-se necessário controlar e organizar as condições de vida dos indivíduos e das populações, interferindo tanto na vida pública como na privada. Segundo Nunes (2010), na conjuntura de organização e correção dos rumos da sociedade brasileira, a intelectualidade interferiu no cenário urbano imbuídos de sua vocação dirigente, e assim,

[...] as cidade mudavam: o alargamento das ruas, a construção das avenidas, os bondes elétricos e os automóveis substituindo os bondes puxados a burros, as estradas de ferro e a aviação, os teatros, as confeitarias, a fotografia e os cinemas, mas também resistiam com seus focos de insalubridade, vadiagem e criminalidade (p. 374).

E na mesma medida em que a urbanização crescia, também crescia a pobreza, e grande parte da população via suas condições de vida se deteriorar ainda mais. De acordo com Nunes (2010), nesse novo modelo de cidade que se pretendia construir, se confirma na fragmentação social da mesma. No exemplo do Rio de Janeiro, e que também pode ser observado em outras cidades, a hierarquização social perpassa vários campos da vida dos indivíduos, e assim, essa cidade,

[...] atravessa os diferentes tipos de moradia (as habitações arejadas e confortáveis de centro de terreno; as casas mais pobres, isoladas ou localizadas em vilas; as casas de cômodos geralmente localizadas no sobrado das lojas comerciais); a escola (as isoladas,

¹⁴ Ver tópico 2.2 desse trabalho

as reunidas, as graduadas); de transporte e lazer. No caso do transporte, o uso diferenciado pela sua destinação em classes (o popular taioba era o bonde de segunda classe). No caso do lazer, os locais frequentados variavam para os ricos e os pobres (os ricos, por exemplo, iam à praia de Copacabana e frequentavam certos clubes como o Carioca; os pobres iam à praia do Caju e faziam suas domingueiras dançantes no Musical, conhecido ponto de encontro dos operários moradores do Jardim Botânico) (p. 379).

Nesse sentido, imbuídos dos preceitos da medicina social, a intelectualidade da segunda geração tratou de regular também a vida privada das pessoas, fazendo recomendações, principalmente às classes mais abastadas procurando europeizar seus costumes. De acordo com Lobo (2008), era recomendado pelos médicos, “[...] o arejamento dos cômodos, os passeios ao sol e ao ar livre para as mulheres, os exercícios físicos de ginástica para os rapazes” (p. 308). Quanto às classes pobres, no que se refere às suas habitações e seu modo de vida, eram vistas pelo poder médico como foco de muitas doenças, por seus hábitos pouco higiênicos e por sua moral deficiente. Dessa forma, a limpeza das cidades envolvia além da desordem das ruas, também os focos de doença. E procurando deixar a cidade mais asseada, construíram esgotos, esvaziaram valas, escondendo segundo Lobo (2008), os problemas no subsolo. E assim, interferiram “[...] do bordel à fábrica” (p. 321).

Lobo (2008) classifica tal interferência na vida da população como um ato arbitrário do Estado, que por meio de um mecanismo repressivo, porém engenhoso, rompe com as fronteiras entre o privado e o público, produzindo dessa forma,

[...] a culpabilização do pobre pela exclusão a que estava sujeito, por sua miséria moral e material, por sua resistência ao progresso, pelo atraso da nação, além de ser o foco de todas as moléstias, de todos os males que enfeavam e contagiavam a sociedade (p. 321).

É importante destacar que o crescimento das cidades, bem como o desenvolvimento da industrialização, ocorreu de forma diversa e em momentos diferentes nas cidades brasileiras. Por exemplo, em uma comparação entre as maiores cidades brasileiras da época, Rio de Janeiro e São Paulo, percebemos que a primeira, por volta de 1890, já contava com certo desenvolvimento industrial e comercial, enquanto isso, a segunda era uma cidade até então com características provincianas e estava iniciando suas atividades nesses ramos. Com relação à população, de acordo com Chalhoub (2012), o Rio de Janeiro, em 1872, tinha 274.972 habitantes, em 1890 passa para 522.651, e em 1906 conta com 811.443, figurando como a única cidade

brasileira com mais de 500.000 habitantes, seguida por São Paulo e Salvador que tinham pouco mais de 200.000 habitantes cada. Já São Paulo, mesmo considerando que sua população era em número bastante inferior ao da capital da República, é interessante notar, de acordo com Santos (2009), o surpreendente crescimento populacional vivenciado entre os anos de 1870 e 1907, que passou de 30.000 para 286.000 habitantes.

Tais diferenças entre essas duas cidades podem ser compreendidas no fato de que o Rio de Janeiro, ainda no período colonial, recebeu a Família Real, o que possibilitou um maior dinamismo e a diversificação em suas atividades. Enquanto isso, em São Paulo, de acordo com Kowarick (1994), os grandes proprietários da lavoura de café enriqueciam com a exportação desse produto, o que além de proporcionar-lhes grandes influências políticas, ainda permitia que participassem de outros empreendimentos econômicos. Dessa forma, estiveram presentes “[...] no sistema bancário nas ferrovias e em outras múltiplas atividades urbanas” (p. 53), e foi por meio dos financiamentos desses proprietários que a cidade tornou-se um grande atrativo, a partir de 1890, recebendo um número cada vez maior de habitantes.

Procuramos apresentar as especificidades dessas duas cidades por considerarmos que a intelectualidade que procurou pensar o Brasil nesse período, estava, principalmente, nelas instaladas. Assim, foi a partir do crescimento dessas, de maneira intimamente ligada ao desenvolvimento das atividades fabris, que surgiram as necessidades de intervenção no cenário urbano, a fim de adequá-las a sua nova realidade.

Porém, de forma curiosa, percebemos que, na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, as preocupações e algumas interferências no espaço urbano antecederam tanto o seu desenvolvimento industrial (ver Tabela 4), bem como o inchamento das cidades (ver Tabela 5). Diferentemente do que ocorria com as duas maiores cidades brasileiras, Vitória, em determinado momento, vivenciou uma redução de sua população. Assim, enquanto em 1890 a população somava 16.887 habitantes, em 1900 esse número cai para 11.850, sendo que apenas a partir de 1907 os números se aproximaram ao de 1890 (ver Tabela 6) (IBGE). Desse modo, além da cidade de Vitória, bem como todo o estado do Espírito Santo, não terem o

atrativo do desenvolvimento industrial, no início da República a lavoura cafeeira espírito-santense vivenciava, de acordo com Pires (2006), grande valorização. Tal situação pode explicar a diminuição da população da capital que, num movimento inverso ao que acontecia no Rio de Janeiro e São Paulo, procurou nas zonas rurais os meios para garantir a sobrevivência.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos industriais e de operários no Distrito Federal e nos estados de São Paulo e Espírito Santo, no ano de 1907

Unidade da Federação	N.º de Estabelecimentos	Nº de Operários
Distrito Federal	670	35.243
Espírito Santo	4	90
São Paulo	326	24.186

Fonte: IBGE

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 5 – População das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória, nos anos de 1872, 1890, 1900

Cidade	Ano		
	1872	1890	1900
Rio de Janeiro	274.972	522.651	691.565
São Paulo	31.385	64.934	239.820
Vitória	16.157	16.887	11.850

Fonte: IBGE

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 6 – População da cidade de Vitória e do estado do Espírito Santo entre os anos de 1907 a 1912

	Ano					
	1907	1908	1909	1910	1911	1912
Espírito Santo	311.237	320.734	330.587	340.805	351.404	362.409
Vitória	16.107	16.829	17.583	18.371	19.194	20.054

Fonte: IBGE

Nota: dados adaptados pela autora

Tal panorama não impediu que os primeiros Presidentes do estado no período republicano tomassem certas iniciativas, na medida do possível, para embelezamento e saneamento da cidade de Vitória, e no investimento na infraestrutura necessária ao desenvolvimento do estado em geral. Essa situação reforça a ideia de que enquanto a intelectualidade das grandes cidades brasileiras buscou na Europa os modelos de modernidade, os políticos espírito-santenses, bem como os de outras cidades de pequeno porte, encontraram nessas primeiras a

inspiração para suas ações, até onde foi possível perceber. Assim, tendo como justificativa o futuro glorioso reservado ao Espírito Santo, investiram todos seus recursos, e outros tomados de empréstimos em bancos nacionais e estrangeiros, na preparação do estado para os novos tempos.

Nessa perspectiva, os governantes do estado investiram no embelezamento da cidade de Vitória, buscando prepará-la para o recebimento dos novos tempos que se anunciavam, a fim de transformá-la, a exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo, em um grande centro comercial. Assim, medidas de grandes proporções foram tomadas nos governos de Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1896), de Jeronymo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1913) e de Florentino Avidos (ESPÍRITO SANTO, 1924).

A intenção era romper com o passado monárquico e melhorar a reputação do estado no cenário nacional que, segundo eles, era visto como um estado sem importância e com poucas perspectivas de futuro. De maneira similar ao da intelectualidade do período, os Presidentes do Espírito Santo tomaram para si a responsabilidade de colocar o estado nos “trilhos”. Assim, percebemos no discurso de Moniz Freire, a importância dada às suas ações no intuito de elevar material e moralmente o estado do Espírito Santo:

[...] éramos considerados um Estado de quarta ordem, apontado nas estatísticas oficiais, e na opinião generalizada de todos os homens públicos eminentes, como um dos que mal suportariam sem o auxílio central a nova vida federativa: hoje somos invocados como um testemunho das excellencias do regime, como um argumento pela Republica, como um exemplo de esforço e trabalho, e o nome do Espirito Santo fulgura na primeira plaina entre os Estados do Brazil fadados a mais altos destinos (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 160).

A busca de exemplos nas grandes cidades, também pode ser observada na preocupação com a salubridade de Vitória, bem como a do estado em geral. É preciso considerar que o estado, por diversas vezes, sofreu os revezes de epidemias que vitimavam grande número de pessoas. Mas, além dessas preocupações, percebemos que a cidade saneada, na perspectiva dos governantes, “atestaria” a civilidade da população espírito-santense, não sendo possível medir esforços para o alcance de tal objetivo. De acordo com Jeronymo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1913),

[...] o saneamento e os melhoramentos da nossa capital, presos naturalmente às suas condições higienicas, reclamam providencias inadiaveis, urgentes, ainda que atravez de grandes sacrificios. Não se póde conceber uma cidade de população relativamente densa, desprovida, por completo, dos elementos mais precisos á commodidade e á vida de seus habitantes, Estes serviços são difficeis e sobremodo dispendiosos, mas se impõem, mesmo com os maiores ônus” (p. 5/6).

Diferente do que ocorria nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, não percebemos nos relatórios e mensagens dos Presidentes do Espírito Santo uma grande preocupação com o que se convencionou chamar pela intelectualidade do período de “classes perigosas”. Classificados sempre, pelos seus governantes, como um povo “ordeiro”, os espírito-santenses não ofereceram grandes preocupações aos Presidentes do Estado. Porém, na perspectiva do crescimento do estado, as preocupações como o aumento da força policial foram constantes. Tal era a preocupação do Presidente do estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho (ESPÍRITO SANTO, 1907):

[...] o Estado progride; novas estradas vão ser construidas; a colonização ha de ser iniciada e, portanto, o augmento da população ha de começar brevemente. E, quanto maior a população, quanto maior o movimento commercial, agricola e industrial de um povo, maior a necessidade de garantir os bons contra os maus (p. 7).

E, a exemplo das grandes cidades, as poucas perturbações da ordem pretendida, foram reprimidas. Encontramos quatro referências à greve nos relatórios e mensagens dos Presidentes do estado. A primeira data de 1909, em Cachoeiro de Itapemirim, quando operários da Companhia Leopoldina paralisaram suas atividades (ESPÍRITO SANTO, 1909); a segunda ocorreu em 1919, na capital, quando os operários em geral paralisaram suas atividades por oito dias (ESPÍRITO SANTO, 1919); e as duas últimas foram no ano de 1925, ambas na capital, quando houve uma paralização geral dos operários e outra dos empregados dos Serviços Reunidos (água, esgoto, bondes, eletricidade e telefone) (ESPÍRITO SANTO, 1925).

Ainda assim, os espírito-santenses continuaram a ser denominados pelos Presidentes do estado como um povo ordeiro e civilizado, e as pequenas perturbações da ordem eram atribuídas a elementos “estranhos” ao cenário espírito-santense (ESPÍRITO SANTO, 1925):

[...] não obstante a affluencia em massa de elementos estranhos aqui, vindos em busca de trabalho e no meio dos quaes ha tambem

perturbadores, graças á indole pacifica dos espirito-santenses e á acção efficaz da justiça e da policia, a ordem publica não tem sofrido alteração (p. 17).

Não foi possível aferir sobre a nacionalidade desses elementos “estranhos”, mas, é interessante lembrar, que em São Paulo e no Rio de Janeiro, esses elementos eram os imigrantes que, de acordo com Menezes (2011), eram acusados de “plantar ideias exóticas” nos nacionais. De qualquer maneira, vemos a tendência de “culpabilizar” aqueles que não fazem parte da nação ou do estado.

2.4 Educação e trabalho: civilizar e moralizar

Considerando que a nova ordem que se buscava estabelecer com o advento da República no Brasil estava pautada na construção de uma identidade nacional em consonância com os ideais de modernidade vigentes na época, percebemos em nossas pesquisas que a escola, nesse contexto, teve um papel essencial. Tendo a intelectualidade brasileira como desafio e/ou determinação elevar o país ao rol das sociedades modernas, de acordo Carvalho (2003), “[...] a escola foi marco a sinalizar a ruptura que se pretendia instaurar entre o passado de obscurantismo e um futuro luminoso” (p. 69).

Dessa forma, a escola foi lugar de estratégia de criação e divulgação das tradições republicanas desenhadas pela intelectualidade que buscou pensar (e repensar) o país. Nessa busca pela superação do passado, as ações gestadas na escola acompanharam o movimento de pensar e repensar a República entre as gerações da intelectualidade apontadas por Luca (1999), e por nós apropriadas.

Buscando em Carvalho (2003) a compreensão desse processo vivido no campo educacional durante a dita Primeira República, observamos que essa pesquisadora aponta três momentos diversos nessa área que, a nosso ver, apresenta certa sincronicidade com as ideias defendidas pelas três gerações da intelectualidade com as quais trabalhamos. Assim, Carvalho (2003) aponta os seguintes momentos: a) a implantação do grupo escolar como modelo para os novos tempos anunciados com

a República, sendo implantada primeiramente em São Paulo ainda no período monárquico, e, posteriormente, adotada em outros estados nos anos iniciais do período republicano; b) o momento em que esse modelo, no final da década de 1910, começou a entrar em crise, e assim, iniciou-se um debate em que o analfabetismo, que a escola proposta pela geração anterior não conseguiu “combater”, aparece como principal empecilho para o progresso do país; c) por fim, o terceiro momento, que, ao criticar a escola alfabetizadora defendida pela geração anterior, propõe a educação integral do indivíduo.

Dessa forma, percebemos que, assim como a primeira geração da intelectualidade procurou um rompimento com o modelo de escola do período monárquico, as gerações que se seguiram a essa primeira encontraram num passado mais recente questões a serem superadas. No entanto, na busca de se enfatizar supostas rupturas, as reformas empreendidas traziam muitas continuidades, é o que observam Schueler e Magaldi (2009) ao revelarem a permanência de outras práticas de ensino, que não aquelas idealizadas pela intelectualidade:

[...] no primeiro período republicano, *antigas* formas e práticas de escolarização, herdadas dos *oitocentos*, como escolas isoladas e multisseriadas, e a educação familiar e doméstica, mantiveram-se como presença incômoda, mas funcional e majoritária, em várias localidades do país (p. 45/46) (grifos das autoras).

Além disso, é preciso considerar que os três momentos apresentados por Carvalho (2003), são referentes, principalmente, à realidade do estado de São Paulo. Considerando que desde o período monárquico as responsabilidades referentes à educação foram passadas às províncias por meio do Ato Adicional de 1834, o desenvolvimento educacional no Brasil foi diverso, revelando, de acordo com Faria Filho (2010), a incapacidade das províncias de levar a instrução para a população. Assim, segundo esse autor, de acordo com a capacidade de cada província, foram se formando uma multiplicidade de modelos de escolarização, revelando, segundo ele, o descaso do poder imperial na construção de um sistema único de educação para o Brasil.

Essa descentralização do ensino continuou na República, não havendo esforços para reversão desse quadro. Desse modo, ao nos apropriarmos da divisão proposta por Carvalho (2003), estamos cientes de que se trata de um universo bastante restrito, mas, ao mesmo tempo, entendemos que as representações apropriadas de

trabalho e educação nesses diferentes períodos, principalmente no meio paulista, revelam os ideais da intelectualidade que buscou pensar a nação a partir dos princípios da modernidade.

Dessa forma, foram a partir dos grandes centros, como São Paulo, que os políticos dos estados ditos periféricos, como o Espírito Santo, encontraram as inspirações para suas ações políticas locais. Porém, diante da realidade financeira do estado do Espírito Santo e de outras prioridades dos Presidentes desse estado, tais inspirações não foram apropriadas no mesmo momento em que ocorreram em São Paulo.

É o que observamos com relação aos Grupos Escolares. No momento próximo em que esse modelo de escola é implantado no Espírito Santo, no governo de Jeronymo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1908), ele começa a entrar em decadência em São Paulo, de acordo com Carvalho (2003).

Antes da reforma executada no ensino no governo de Jeronymo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1908), a escola pública, durante os primeiros anos da República, não sofreu grandes alterações no Espírito Santo em relação ao período monárquico, com destaque apenas para a criação da Escola Normal e organização do ensino primário, no governo de Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1896), mas que, de acordo com Salim (2011), não tiveram resultados significativos. Apesar de sempre aparecer nos discursos dos presidentes como elemento essencial para o progresso, essas escolas não foram alvo de grandes investimentos por parte do governo. Outras questões tiveram prioridade, como a imigração e a construção de linhas férreas, a ponto de, em alguns momentos de crise, os já poucos recursos investidos sofrerem cortes (ESPÍRITO SANTO, 1900).

De qualquer modo, precisamos compreender as intencionalidades dessa escola e suas consonâncias com o pensamento da primeira geração de intelectuais republicanos apontadas por Luca (1999). Implantada em São Paulo em 1893, assim, ainda no período monárquico, a intelectualidade do período, de acordo com Souza (2006), almejava, por meio dela “[...] modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos” (p. 35). Desse modo, buscava-se a universalização da educação popular, apresentando-se tal modelo como adequado à escolarização em massa.

Esse interesse pela educação da população em geral estava vinculado, de acordo com Souza (2006), a ideia corrente de que a educação era um importante meio para moralizar e civilizar o povo e, assim, consolidar a ordem social pretendida. É interessante recordar, que nesse momento estava em questão a formação do perfil do brasileiro. Considerando que a intelectualidade “diagnosticou” o nacional como apático e indolente, a escola seria um interessante meio de “civilizar” seus costumes, de acordo com os preceitos defendidos.

No entanto, a escola não conseguiu cumprir seu projeto civilizador, uma vez que as classes populares, em sua maioria, ficaram de fora dessa escola. Assim, de acordo com Souza (2006), “[...] a ineficácia da educação popular cujos altos índices de seletividade revelaram a face obscura da exclusão escolar e a impossibilidade de a escola pública cumprir os ideais de democratização do ensino” (p. 80).

Tal ineficácia da escola pública é evidenciada no momento em que os rumos que a República vinha tomando decepcionavam a intelectualidade brasileira. Tal decepção é claramente evidenciada por Alberto Torres¹⁵ (apud PRADO, 2011b):

[...] é evidente que a nossa organização política e jurídica encobre a realidade de uma profunda desorganização social e econômica. Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos (p. 197).

Foi por essa ótica que a intelectualidade da segunda geração apontada por Luca (1999) viu a situação brasileira. Nesse sentido, fazia-se necessário buscar estratégias para que tal situação fosse revertida e o Brasil entrasse nos “trilhos” (LUCA, 1999). Recordamos que esse momento é marcado pela ideia de que a sociedade brasileira precisava ser regenerada, pela decepção da intelectualidade com o imigrante europeu e pela crescente urbanização, bem como das mazelas que atingiam os grandes aglomerados populacionais. Assim, essas questões levaram à constatação, pela intelectualidade da época, de acordo com Carvalho (2003), de que as populações, que durante os primeiros anos da República ficaram de fora da escola, precisavam ser incorporadas a essas. Assim, “[...] a escola começa a se impor, no horizonte político das elites paulistas, como recurso efetivo de

¹⁵ Intelectual brasileiro que fez um caminho inverso ao da maioria: era político e, após aposentar-se, se tornou escritor. Foi Deputado pelo estado do Rio de Janeiro, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Presidente do estado do Rio de Janeiro e Ministro do Supremo Tribunal Federal (PRADO, 2011b).

incorporação generalizada das populações à ordem política, social e econômica” (p. 146).

Desse modo, na urgência de mudar os rumos do país, frente aos acontecimentos que a assombravam, a intelectualidade pautou suas ações na defesa da alfabetização em massa da população. De acordo, com Carvalho (2003), diante da ameaça que o imigrante europeu passou a representar, era preciso reafirmar o caráter nacional, uma vez que temiam a dominação do país por esses estrangeiros.

Assim, as escolas étnicas que até então eram toleradas, e até estimuladas, de acordo com Kreutz (2010), passaram a ser vistas como uma ameaça à nação, uma vez que, ao invés de contribuir para a constituição da nação brasileira, procuravam manter as tradições de seu país de origem. No Espírito Santo, os governantes também viram essas escolas como uma ameaça e, assim, buscaram meios para que se valorizassem a cultura interna. Dessa forma, Jeronymo Monteiro relata a importância do ensino da língua portuguesa e da história e geografia do Espírito Santo e da nação (ESPÍRITO SANTO, 1911):

[...] temos empregado constantes esforços por obter que nos diversos collegios particulares se leccionem a língua vernacula, a historia patria, a geografia e historia do Espírito Santo (...). Esta pratica (...) é necessaria para despertar nos alunnos o sentimento cívico, o conhecimento das nossas tradições e o amor á nossa patria (p. 24/25).

Dessa forma, a intelectualidade da segunda geração buscou, por meio da educação, a formação da mão de obra nacional que elevaria o país à condição de nação civilizada, de acordo com suas expectativas. É necessário observar que o que se pretendia era formar o cidadão apto a seguir a nova ordem proposta, de maneira a não oferecer resistência, mantendo, dessa forma, a ordem hierárquica. De acordo com Lobo (2008), o objetivo era levar a população a trabalhar mais e mais, gerando um excedente que contribuísse para a acumulação de capital dos proprietários, acreditando que seu esforço seria fundamental para o progresso da nação, sem que isso lhes acendesse a ambição de um dia tornar-se também proprietária, e que dessa forma, estariam fazendo um bem a si mesmo e à sociedade como um todo.

Observamos assim, que a educação assumia um caráter conformador, na medida em que se esperava que a população se apropriasse dos ideais de progresso, e assim se assumisse como parte desse contexto e se empenhasse para o alcance

das metas estabelecidas pela intelectualidade. Tal questão, no estado do Espírito Santo, é facilmente observada no discurso de Jerônimo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1912):

[...] nas sociedades democratas é indispensavel ampliar tanto quanto possivel os elementos de cultura geral, alargando os programmas de estabelecimentos de instrucção, onde o povo possa aprender e preparar-se para exercer com capacidade e criterio os direitos que a Republica lhe concede (p. 61).

E também no parecer do Inspetor Geral de Ensino, Gomes Cardim¹⁶, transcrito por esse Presidente do estado: “[...] é mais facil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nitida a compreensão dos seus deveres, que um povo ignorante, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso” (p. 61).

Assim, a República é apresentada pela intelectualidade como um bem para a população em geral, e essa, em troca dos direitos recebidos, deveria estar ciente de seus deveres e exercê-los de maneira a contribuir para o progresso da nação. Para tanto, a educação serviu de estratégia para educar a população de acordo com a nova ordem a ser instituída. No entanto, percebemos que ao apresentar a funcionalidade da educação como promotora do progresso na medida em que proporcionaria a elevação cultural da população, a intencionalidade, na verdade, era adestrar o povo de modo a não oferecer resistência frente ao modelo de sociedade que estava em processo de constituição. Assim, para Carvalho (2003), ao expandir a escola, a intenção era “nacionalizar” e incorporar “[...] as populações operárias rebeldes à ordem republicana instaurada” (p. 146).

Com essa perspectiva, ações foram gestadas no campo educacional no intuito de elevar o país à categoria de nação civilizada, e tendo como alvo principal o combate ao analfabetismo, considerado como um entrave ao progresso. Dentre essas ações, Carvalho (2003) destaca a Reforma Educacional realizada por Sampaio Dória no estado de São Paulo, então diretor da Instrução Pública nesse estado. Tendo como bandeira política a alfabetização em massa, essa Reforma reduziu de quatro para dois anos a escolaridade primária obrigatória. De acordo com Carvalho (2003), diante das dificuldades de toda ordem no ramo educacional, como a falta de recursos e a elevada taxa de analfabetismo, Sampaio Dória tinha a convicção de

¹⁶ Educador paulista contratado no Governo Jerônimo Monteiro para realizar a reforma no ensino espírito-santense (ESPÍRITO SANTO, 2012).

que “[...] o modelo escolar proposto seria capaz de condensar, em dois anos de escolarização básica, a formação necessária ao exercício da cidadania e de generalizá-la a toda a população” (p. 149).

Para Carvalho (2003) é com essa perspectiva que a escola começa a se impor no estado de São Paulo sendo utilizada como estratégia de “[...] incorporação generalizada das populações à ordem política, social e econômica” (p. 146). No entanto, ainda que a preocupação com a escolarização da população se generalizasse no meio da intelectualidade, a realidade demonstrava que seu alcance era bastante limitado, revelando assim, de acordo com essa pesquisadora, a inadequação do modelo escolar republicano.

Na década de 20 a escola que buscava a alfabetização em massa foi alvo de muitas críticas. Mais uma vez, a questão que se colocava era os rumos que a República brasileira estava tomando, que, de acordo com a intelectualidade da terceira geração, na voz de Lourenço Filho (apud CARVALHO, 2003), afirmava que a campanha lançada em prol da regeneração da sociedade brasileira pela intelectualidade da geração anterior não teve sucesso devido à mentalidade das elites. Vemos aí uma reversão no alvo para culpabilização pelo atraso do país.

Tal perspectiva apontada acima é a adotada pela Associação Brasileira de Educação (ABE) que faz oposição à escola alfabetizante e defende a escola de educação integral. Assim, para Lourenço Filho (apud CARVALHO, 2003), bem como para os demais idealizadores da ABE, o problema do Brasil era muito mais complexo que a simples alfabetização das massas. De acordo com esse educador:

[...] a essa população disseminada em pequenos focos dispersos, sem relação direta com o progresso do litoral, ao sertanejo atual, enfim, de pouco valerá saber ler, apenas. Mais valerá, para cada mil cabeças, cem cabeças bem formadas, adaptadas às necessidades e ao desenvolvimento da região, apetrechados para lutar, vencer e impor-se aos demais como exemplo e guia. Que valerá saber ler sem hábitos de observação e de trabalho, sem energias para pronta reação de adaptação ao meio? (p. 154).

Assim, os objetivos da escola são revistos, tendo como função nesse momento, como sugere Lourenço Filho (apud CARVALHO, 2003), a “grande reforma dos costumes”. Para Carvalho (2003), as reformas apreendidas nesse contexto buscaram instituir um conjunto de dispositivos escolares e para-escolares que

pretendia a disciplinarização das populações, correspondendo, dessa forma, aos intentos de educação integral dos indivíduos.

De acordo com Vidal (2010), o discurso reformador desse período esteve ligado aos ideais do escolanovismo, que, na sua concepção, ao propor uma “Escola Nova”, apenas ressignificaram materiais e métodos já presentes no campo educacional desde o fim do século XIX. Assim, para essa pesquisadora,

[...] era pela diferença quanto às práticas e saberes escolares anteriores que se construía a representação do ‘novo’ nessa formação discursiva. Operavam-se, no entanto, apropriações do modelo escolar negado, ressignificando seus materiais e métodos (p. 497).

Desse modo, essa “Nova Escola”,

[...] serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão ‘científica’ do humano, tomado na dimensão individual (p. 498).

Em interessante colocação, Vidal (2010) revela que, nesse momento, “[...] educar o Brasil significava, para além de nacionalizar o estrangeiro, ‘abrasileirar o brasileiro’” (p. 514). Nesse sentido, estava em questão, mais uma vez, a formação da identidade nacional, sendo que, dessa vez, como observa Carvalho (2003), a centralidade com relação aos dispositivos necessários para a regeneração da sociedade passa para as questões da educação e da saúde, em detrimento das teorias raciais que permearam o imaginário da intelectualidade dos anos iniciais da República.

Assim, em nossas pesquisas sobre a Rede Federal de Educação Profissional, observamos que a idealização, criação e remodelação das EAA's guardam significativa correspondência com os três momentos educacionais apontados por Carvalho (2003), bem como, com as três gerações da intelectualidade reveladas por Luca (1999).

Nesse sentido, a primeira geração da intelectualidade, que se formou ainda no período imperial, determinada a romper com o passado monárquico, elegeu como um dos fatores para o progresso do país a introdução do imigrante estrangeiro que,

além de ser a mão de obra ideal para o trabalho livre, possibilitaria o “embranquecimento” da população brasileira por meio da mestiçagem. Outra questão que permeou os ideais dessa geração foi o modelo de escola a ser adotado que estivesse em consonância com os novos tempos anunciados com a República. Assim, o grupo escolar foi o modelo de educação moderna a sinalizar a ruptura com o período monárquico, adotado, nessa perspectiva, como um dos símbolos do progresso. Além disso, essa geração, otimista com os novos tempos, ao procurar se desvencilhar do passado agroexportador, procurou adotar medidas para incentivo ao processo de industrialização que timidamente se iniciava no país. Dentre essas medidas, destacamos a intenção de criação escolas profissionais no âmbito federal para atender à mão de obra que iria mover a indústria nascente e influenciar no seu desenvolvimento.

Desse modo, percebemos que a primeira geração da intelectualidade, de modo geral, adotou como elementos para o progresso a educação, enquanto difusora de uma nova ordem, e o trabalho livre, principalmente dos imigrantes europeus, enquanto modelo de disciplina. Na associação desses dois elementos essenciais para o progresso, essa geração pensou uma escola de Educação Profissional que, atuando na formação da mão de obra especializada para a indústria, seria um dos caminhos a serem seguidos na busca de incluir o país no rol das nações modernas.

No entanto, algumas questões revelaram a ineficiência das ações gestadas por essa intelectualidade da primeira geração. Assim, o imigrante europeu, considerado por essa intelectualidade como exemplo de virtudes, se revelou uma influência negativa ao trabalhador nacional quando foi acusado de ser o principal incitador dos movimentos grevistas que se avolumaram no final da década de 1910. Os grupos escolares tiveram seu raio de alcance muito limitado, uma vez que, na maior parte do país, prevalecia a continuação de modelos do período monárquico, além do que, grande parte da população permanecia longe dos bancos escolares.

Tais situações, dentre outras, levaram ao desencanto da intelectualidade com relação aos caminhos que a jovem República estava tomando. Era necessário rever as ações gestadas, a fim de colocar o país nos rumos do progresso. Entra em cena a segunda geração de intelectuais que repensou a República, buscando colocá-la nos “trilhos”. Assim, essa nova geração pautou suas ações, principalmente, na

recuperação da mão de obra nacional, na alfabetização em massa e na regeneração da população, principalmente urbana, adotando os princípios da medicina social. Desse modo, o elemento nacional passou a ser visto, em sua suposta apatia, como a mão de obra livre ideal para que a ordem instituída não fosse alterada. E, para que pudesse atender às necessidades do progresso, era necessário “civilizá-lo” de acordo com as prerrogativas da sociedade burguesa. Assim, a alfabetização em massa foi utilizada como estratégia de conformação da população à nova ordem que se pretendia instituir e sem oferecer resistência.

E, no seio dessa intelectualidade da segunda geração, a Rede Federal de Educação Profissional, foi inaugurada com a criação de 19 EAA's nos diversos estados da federação. Assim, enquanto a primeira geração idealizou uma escola com a intencionalidade de formar a formação de mão de obra para a indústria nascente, a segunda geração, ao se apropriar dessa ideia de escola, criaram as EAA's com outras funcionalidades, revelando reflexos dos desencantos da segunda intelectualidade com os rumos que a República estava tomando. Assim, as EAA's, mais do que preparar mão de obra para a indústria, foram utilizadas para disseminação de uma nova ordem, cujo objetivo da instituição era adestrar uma massa de trabalhadores, moldados na perspectiva do trabalho disciplinado e da manutenção da ordem. Dessa forma, o progresso pretendido pela intelectualidade da segunda geração estava pautado na relação entre trabalho e educação numa perspectiva moralizadora, civilizadora e conformadora, em que a formação de uma mão de obra nesses preceitos, não ofereceria resistência à manutenção da ordem capitalista.

No entanto, as ações gestadas pela intelectualidade da segunda geração foram fortemente criticadas pela terceira geração, formada na década de 1920, que, tendo vivenciado e protagonizado diversos eventos de grande peso simbólico, evidenciou o seu papel modernizador ao se autoconsiderar mais “evoluída” que a geração anterior, a qual foi intitulada, posteriormente, por aqueles, como pré-moderna, de acordo com Luca (1999), “[...] numa assunção explícita de incapacidade de atribuir essência própria ao período” (p. 22).

Nesse sentido, a intelectualidade da terceira geração, de acordo com Luca (1999), passou a utilizar termos desqualificadores para a caracterização da segunda

geração: “[...] estagnação, esterilidade, superficialidade, vulgaridade, frivolidade, esgotamento” (p. 23), foram utilizados para caracterizar o ambiente intelectual da segunda geração. Observamos desse modo, que, ao contrário das gerações anteriores que viu na suposta indolência e ociosidade da população brasileira a razão para o atraso do país, essa geração buscou, de modo geral, culpabilizar a intelectualidade por esse atraso.

No campo educacional, tal culpabilização pode ser observada na forte crítica à escola alfabetizadora proposta pela intelectualidade da segunda geração, que foi vista pela terceira como incapaz de cultivar a inteligência dos indivíduos, como sugere Carvalho (2003). Em oposição a essa escola alfabetizadora, a terceira geração traz como proposta a escola que seria capaz de formar o indivíduo integralmente. Assim, de acordo com Carvalho (2003), “técnicos” do campo educacional são chamados a reformar os sistemas públicos de ensino a partir dessa nova concepção.

Nessa perspectiva, as EAA's também são reformadas, tendo como “técnico” o engenheiro João Luderitz, que, já tendo viajado aos Estados Unidos e à Europa para visitar instituições congêneres a essa instituição, foi convidado, de acordo com Ribeiro (2005) para presidir a organização dessas escolas, onde procurou implantar uma formação geral para os aprendizes.

Assim, mais uma vez os caminhos da República foram revistos e novas “tradições” inventadas pela terceira geração da intelectualidade da chamada Primeira República. Nesse movimento de pensar e repensar o Brasil entre as gerações da intelectualidade, observamos que ao buscar o rompimento como o passado, algumas vezes recente, o que era chamado de “novo” guardava significativas continuidades. Como observa Sirinelli (1996),

[...] um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita” (p. 254/255).

Desse modo, a Rede Federal de Educação Profissional, ao ser idealizada pela primeira geração da intelectualidade, criada pela segunda e remodelada pela terceira, guarda em sua trajetória histórica continuidades e rupturas que revelam

consonâncias com o período da Primeira República. Assim, além de ter importância para compreensão de um segmento da educação brasileira, também oferece “caminhos” para estudos de ordem política, econômica e social. Dessa forma, no próximo capítulo, procuramos resgatar as intencionalidades e funcionalidades das EAA's, bem como, as ações gestadas durante seu percurso histórico, por meio do discurso oficial.

CAPÍTULO 3 – As Escolas de Aprendizes Artífices relatada e a Escola de Aprendizes Artífices no Espírito Santo “apagada”

Diante do contexto apresentado, e partindo do pressuposto de que as EAA's foram um projeto, dentre outros, de construção da nação a partir dos ideais de modernidade apropriados pela intelectualidade republicana, buscamos nesse capítulo apresentar a associação do pensamento corrente com o percurso histórico da Rede Federal de Educação Profissional, durante a chamada Primeira República.

Dessa forma, procuramos resgatar as intencionalidades e funcionalidades das EAA's, bem como, as ações gestadas, por meio do discurso oficial, com foco na EAA-ES. Para tanto, privilegamos os relatórios produzidos pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, a legislação que regulamentou o funcionamento das EAA's, os relatórios e mensagens dos Presidentes do estado do Espírito Santo e alguns dos documentos produzidos pela EAA-ES. Desse modo, buscamos nesses documentos, compreender as consonâncias e as dissonâncias entre o momento histórico em que a instituição está inserida e as ações gestadas durante o período estudado. Consideramos que o contexto apresentado no capítulo 2 desse trabalho revelou que a idealização, criação e remodelação da Rede Federal de Educação Profissional acompanhou o desenvolvimento histórico da chamada Primeira República.

Observamos que, já no Decreto de criação das EAA's (BRASIL, 1909a) ficou revelada uma dissonância entre o discurso que antecedeu a criação dessas instituições, principalmente difundido no ano de 1906, e as considerações que levaram o então Presidente da República, Nilo Peçanha, a criar em 1909 a Rede Federal de Educação Profissional. Desse modo, diferentemente da ideia de que a criação de instituições de ensino profissional tinha como principal objetivo a formação de mão de obra qualificada para a indústria, a criação das EAA's revelou uma preocupação muito mais social, desconsiderando, de certa forma, o caráter econômico discutido antes de sua criação.

Nessa perspectiva, outras questões, observadas nos documentos oficiais referentes às EAA's, revelaram funcionalidades diversas das intencionalidades de formação de uma mão de obra para a indústria, nos permitindo concluir que, por trás de um

discurso de fomento ao ensino profissional como fator desenvolvimento industrial, o objetivo das EAA's era adestrar as classes populares moldadas na perspectiva do trabalho disciplinado e na manutenção da ordem hierárquica da sociedade brasileira. Assim, tais questões serão abordadas na primeira parte desse capítulo, que está dividido em duas, sendo que, na segunda parte, de maneira propositalmente contraditória ao título desse capítulo, trazemos a EAA-ES “não relatada”, ao revelarmos as tentativas de “apagamento” dessa instituição pelo governo do estado do Espírito Santo.

3.1 Intencionalidades, funcionalidades e ações gestadas

Destacamos o ano de 1906, pela sucessão de eventos ocorridos, como um marco na História da Educação Profissional, quando é possível perceber, nos discursos e práticas, as intencionalidades de fomento à educação profissional. Nesse ano, esse ramo de ensino que até então vinha recebendo mais atenção dos governos estaduais, passou a permear as preocupações dos políticos do âmbito federal, e desse modo, Afonso Pena, já em seu discurso de posse como Presidente da República, em 1906, defendeu que, “[...] a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito pode contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”.

Nessa perspectiva, no final desse ano, o Congresso de Instrução realizado no Rio de Janeiro em suas considerações, de acordo com Cunha (2000a), destacou a importância da promoção do ensino industrial, agrícola e comercial pela União, em parceria com os estados, em todo território nacional. Essas conclusões constituíram-se num anteprojeto de lei apresentado no Congresso Nacional, que para a efetivação das intenções apresentadas, de acordo com Cunha (2000a),

[...] seriam criados campos e oficinas escolares, assim como institutos profissionais. Os primeiros estariam sediados em cada município, em número correspondente à população. Os cursos, diurnos e noturnos, seriam bastante variados, como se depreende da lista seguinte: ensino prático elementar de comércio e indústria; ensino prático e elementar de agricultura; serviço doméstico;

internato de ensino prático industrial e agrícola para “menores desamparados e viciosos”; campos de experiência e demonstração; cursos industriais agrícolas e comerciais; cursos de aprendizagem de ofícios nos quartéis e nos navios de guerra; cursos de aprendizagem agrícola para os praças de pré (p. 64).

Esse anteprojeto de lei não foi discutido no Congresso, porém, como veremos mais adiante, algumas de suas propostas serão consideradas na criação das EAA's em 1909. Antes disso, também no ano de 1906, destacamos a criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinha como uma de suas atribuições os assuntos referentes à educação profissional. Criado por meio do Decreto n. 1.606 de 29 de dezembro de 1906, este Ministério tinha sob sua tutela o ensino agrícola, as escolas de minas e o ensino profissional (BRASIL, 1906):

[...]

Art. 2º Este Ministerio terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assumptos relativos:

1º A' agricultura e á industria animal:

- a) *ensino agrícola*, estações agronomicas, mecanica agricola, campos de experimentação e institutos de biologia agricola;

(...)

2º A' industria:

- a) mineração e legislação respectiva, explorações e serviço geologico, estabelecimentos metallurgicos e *escolas de minas*;

(...)

3º Ao commercio:

(...)

- d) *ensino profissional*, academias de commercio e museu commercial. (grifo nosso)

É interessante observar que, neste momento, os assuntos referentes à educação geral estavam vinculados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Essa separação entre as tipologias de ensino nos remete à denúncia de alguns autores, como Aranha (2006), Veiga (2007) e Cordeiro e Costa (2006), de que desde os tempos coloniais as relações entre trabalho e educação vêm se delineando de maneira dicotômica: trabalho manual/ensino de ofícios/pobres e trabalho intelectual/ensino propedêutico/classes proprietárias. Assim, Aranha (2006) revela que nos tempos coloniais já era possível perceber uma separação quanto ao tipo de educação dispensada aos indígenas e aos filhos dos colonos. Aos primeiros a ação se resumia à cristianização e à pacificação, tornando-os dóceis para o trabalho nas aldeias, e, aos segundos, a educação poderia incluir além da escola elementar de ler e escrever, o estudo de filosofia, ciência e teologia. E, para essa autora, no período monárquico, essa dicotomia se manteve, sendo que para a elite burguesa

destinou-se a formação clássica e propedêutica, enquanto que para o trabalhador foi reservada a instrução técnica.

Desse modo, para Brandão (1999), ficando o ensino profissional vinculado a um ministério diverso ao da educação geral, revela o tipo de educação a que estava proposto. Assim, mais do que educar, a intenção era “adestrar” para técnicas manuais ou mecânicas. Para formar a mão de obra com essa qualificação não eram necessários estudos com base teórico-científica, bastava uma formação de nível primário. Desse modo, de acordo com Brandão (1999):

[...] podemos perceber nas idéias que vigoravam uma desvinculação entre formação profissional e educação, entre trabalho e educação; separação reforçada na relação que estes assuntos tinham com a máquina burocrática do governo federal – assuntos diferentes, ministérios diferentes. Educação era aquela de base teórica, porém intelectualista, voltada para a formação das classes dirigentes, daqueles que iriam ocupar os cargos de comando, ou burocráticos, na sociedade; formação profissional era aquela de base prática, voltada para as classes populares, que iriam ocupar os postos de trabalho produtivo da sociedade ou, nas palavras da época, era voltada para os “desfavorecidos da fortuna” (p. 19).

Não podemos desconsiderar que as questões colocadas por esses autores têm sua pertinência na medida em que o preconceito com relação às atividades manuais no Brasil é uma questão histórica, e que vem permeando as relações entre trabalho e educação, tendo reflexos ainda no cenário atual. Porém, especificamente no momento em que o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio é criado, acreditamos que a vinculação do ensino profissional à pasta ministerial diversa daquela em que estavam lotados os assuntos referentes à educação em geral deve-se, principalmente, à expectativa da intelectualidade brasileira do período de que essa tipologia de ensino, ao formar a mão de obra nacional, seria capaz de impulsionar o país nos rumos do progresso. Dessa forma, seria mais natural ele estar vinculado ao Ministério responsável pelo desenvolvimento econômico do país. Assim, consideramos que a vinculação do ensino profissional ao Ministério recém-criado não foi reflexo da dicotomia denunciada entre as tipologias de ensino e seu público alvo, mesmo porque, quando em 1931, por meio do Decreto n.º 19.402 de 14 de novembro, é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde que concentrou todas as tipologias de ensino, tal dicotomia não foi superada.

Retornando aos eventos que aconteceram no ano de 1906, e que, a nosso ver, já revelavam a intencionalidade de fomento ao ensino profissional, destacamos, agora no âmbito estadual, a iniciativa de Nilo Peçanha, então Presidente do estado do Rio de Janeiro, que, por meio do Decreto n. 787 de 11 de setembro de 1906, criou quatro escolas profissionais nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. De acordo com Cunha (2000a), Nilo Peçanha se identificava com a plataforma industrialista, e durante o período em que governou o estado do Rio de Janeiro, além da criação das escolas profissionais, tomou várias outras medidas coerentes com esse ideário.

Atentamo-nos para o fato de que o desenvolvimento industrial, nessa época, era visto como fator primordial para o progresso, e que o Brasil ainda estava num patamar muito inferior ao das nações europeias vistas como modelo de nação a seguir. Nessa perspectiva, duas questões permeavam o pensamento da intelectualidade do período: a industrialização do país e a formação da mão de obra para essa indústria. Era um momento em que a intelectualidade brasileira buscava desvincular o país do passado essencialmente agrário e elevá-lo à categoria de país industrializado, para tanto, era necessária uma mão de obra especializada que fosse capaz de fazer mover os estabelecimentos industriais que começavam a surgir no país.

Dessa forma, observamos que nos anos que antecederam a criação das EAA's o pensamento com relação à Educação Profissional estava permeado pelos ideais da primeira geração da intelectualidade apontada por Luca (1999). Nesse sentido, essa primeira geração pensou uma escola capaz de formar a mão de obra necessária para a indústria e, assim, incrementar o tímido desenvolvimento industrial vivido pelo país. Dessa forma, em suas intencionalidades, essa escola foi um projeto para a modernidade na medida em que, contribuindo para o desenvolvimento industrial do país, configurariam como um dos caminhos a serem seguidos na busca de incluir o país no rol das nações modernas.

No entanto, o momento em que era pensada uma escola capaz de contribuir para o desenvolvimento industrial do país também foi marcado por desilusões com a jovem República. Assim, de acordo com Luca (1999), uma segunda geração da intelectualidade surge disposta a colocar o Brasil nos “trilhos”. Segundo essa

pesquisadora, os projetos da primeira geração não significaram a “redenção” pretendida e imaginada para o país, e, dessa forma, a segunda geração surge propondo repensar a República.

Assim, quando as EAA's são criadas, percebemos que outras preocupações permearam a sua funcionalidade que não somente a formação de mão de obra para a indústria. Desse modo, a ideia de escola pensada pela primeira geração foi apropriada pela segunda que, considerando as desilusões vividas com os rumos da República, procurou pautar as funcionalidades das EAA's na formação das classes populares numa perspectiva moralizadora, civilizadora e conformadora. Assim, nos tópicos que seguem, respectivamente, buscamos: desvendar as relações entre as funcionalidades definidas para as EAA's com as ideias defendidas pela segunda geração da intelectualidade; compreender os problemas recorrentes vividos por essas escolas que revelarem dificuldades na execução de suas finalidades; e, por fim, nos atentando para um novo momento de desilusão com os rumos que a República tomava, procuramos identificar as influências dos ideais da terceira geração da intelectualidade com a remodelação da Rede Federal de Educação Profissional.

3.1.1 Escola para que e para quem: um regimento específico para uma escola específica

As discussões em torno da Educação Profissional que antecederam a criação da EAA's, de certo modo, foram apropriadas pela geração que as criou. Fonseca (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010) se ateve a esse desenrolar, e percebeu a criação de tais instituições como o resultado de discussões que vinham se desenvolvendo anteriormente, para ele, além dos fatores econômicos que exerciam pressão no sentido de que mão de obra fosse melhorada, o fomento ao ensino profissional foi também anseio de vários setores da vida nacional, desse modo,

[...] partindo de diferentes direções, uma aspiração comum, um desejo coletivo, uma vontade generalizada convergindo para um mesmo ideal de estabelecer, em nosso País, o ensino que permitisse um melhor desenvolvimento da indústria. Era a preparação

psicológica à cristalização da ideia, que estava em franca evolução (p. 89).

Nesse sentido, percebemos que Fonseca (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010) avalia positivamente as transformações que vinha sofrendo o ensino profissionalizante. Assim, esse período em que começaram as discussões no âmbito federal, principalmente o ano de 1906, é o que ele chama de “preparação psicológica”, enquanto que a “cristalização da ideia” é o momento de criação da Rede Federal de Educação Profissional por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909 do agora Presidente da República, Nilo Peçanha. Tal questão é evidenciada no modo como Fonseca (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010) avalia a ação do Presidente, considerado por ele o “fundador do ensino profissional no Brasil”: “[...] com aquele gesto [criação das EAA's], que haveria de ficar histórico e merecer a gratidão das gerações posteriores, Nilo Peçanha provava uma lúcida percepção das necessidades nacionais e uma clara visão de estadista” (p. 91).

Assim, considerando os fatores até aqui apresentados, concordamos com Fonseca (apud CIAVATTA; SILVEIRA, 2010) que as discussões que antecederam a criação das EAA's foram pautadas, principalmente, nos fatores econômicos, uma vez que o fomento à indústria era uma das principais questões que justificavam o desenvolvimento do ensino profissionalizante. No entanto, o que percebemos em nossas pesquisas é que a dimensão econômica, pelo menos em primeiro plano, não foi considerada no Decreto de criação das EAA's. Desse modo, discordamos desse educador, na medida em que não vemos a “cristalização das ideias” que antecederam a criação da Rede Federal de Educação Profissional nas funcionalidades expressas no Decreto de criação das EAA's e nem nas ações gestadas durante o período estudado. O que não significa dizer que essas escolas não foram um projeto para a modernidade. De fato, na nossa percepção, as EAA's foram um projeto de construção da nação a partir das ideias de modernidade, porém, suas funcionalidades procuravam resolver outras questões consideradas pela intelectualidade como fatores de progresso do país, revelando uma face muito mais social do que econômica.

Necessário ressaltar que, a nosso ver, as dimensões econômica e social não são excludentes. O que pretendemos revelar é que o social, naquele momento, teve maior ênfase que o econômico, sem que um excluísse o outro.

Dessa forma, destacamos entre as determinações do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909a), que criaram as EAA's, as seguintes questões: a) as vagas para as oficinas nessas escolas seriam destinadas, preferencialmente, aos filhos dos “desfavorecidos da fortuna”, que, obrigatoriamente, tivessem idade entre 10 e 13 anos e não sofressem de nenhuma doença infectocontagiosa; b) as escolas seriam instaladas em cada uma das capitais dos estados brasileiros e seriam mantidas pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio; c) cada escola teria um curso primário e outro de desenho, ambos noturnos, sendo o primeiro obrigatório para os alunos que não soubessem ler, e o segundo obrigatório para os alunos com dificuldades nessa disciplina; d) cada escola teria até o número de cinco oficinas de trabalho manual e mecânico, de forma a atender as especificidades dos estados em que foram instaladas.

Assim, já em suas considerações, o decreto de criação revela claramente a face majoritariamente social dada às EAA's (BRASIL, 1909a):

[...]

Considerando:

que o aumento constante da população exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-lo adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação.

Percebemos assim, que a questão relativa à necessidade de mão de obra qualificada para a indústria, que esteve presente nas discussões nos anos anteriores, ficou fora das considerações que justificaram a criação das escolas. Tal dissonância entre o discurso e a prática, ou, dito de outra forma, entre o discurso de 1906 e a ação de 1909, a nosso ver, revela o momento histórico em que a República vivia. Como já abordado nesse trabalho, nos anos iniciais do século XX vemos surgir uma segunda geração de intelectuais que, desiludidos com os rumos que a República vinha tomando, reservaram para si a missão de colocar o Brasil nos “trilhos”. Desse modo, podemos pressupor que a mudança de perspectiva entre o discurso e a prática, num curto intervalo de tempo, estaria relacionada às questões

que passaram a permear as preocupações dessa intelectualidade, no sentido de encontrar soluções para garantir o progresso da nação.

Desse modo, recordamos uma das preocupações do momento, entre outras questões, era a crescente urbanização das principais cidades brasileiras, que traziam consigo os males dos grandes aglomerados populacionais, e com a formação da mão de obra nacional, uma vez que o imigrante europeu havia se revelado uma ameaça à ordem nacional devido às diversas greves ocorridas no período, ficando, por isso, visto como principal incitador desses movimentos. Tais questões, num olhar mais atento, ou não, podem ser percebidas nas considerações do decreto de criação das EAA's, que além de considerar o crescimento populacional, revela a intencionalidade de afastar os filhos dos “desfavorecidos da fortuna” da “ociosidade”, por meio do “trabalho profícuo”, e assim possibilitar a formação de “cidadãos úteis à nação”.

Dessa forma, considerando que na visão da intelectualidade do período, as classes pobres, ou “os desfavorecidos da fortuna”, eram sinônimos de “classes perigosas” (CHALHOUB, 2012), e assim, automaticamente representavam uma ameaça ao progresso da nação, exigia-se que medidas fossem tomadas no sentido de prevenir que os filhos daqueles que já eram uma ameaça, se tornassem, no futuro, “cidadãos úteis à nação”. Para tanto, era necessário que esses adquirissem hábitos de “trabalho profícuo”, pois eram pobres e assim apresentavam maior tendência à ociosidade, o que os levaria facilmente ao mundo do crime e dos vícios (CHALHOUB, 2012). Desse modo, fica revelado o caráter regenerador e civilizador dado ao trabalho na época, que viu no ensino profissionalizante destinado aos filhos dos “desfavorecidos da fortuna” a possibilidade de evitar, no futuro, as resistências que no momento dificultavam a implantação da ordem pretendida.

A nosso ver e de acordo com nossas pesquisas, o “cidadão útil à nação” na perspectiva da intelectualidade era aquele que, tendo hábitos de “trabalho profícuo”, estaria afastado do crime e do vício e, com isso, contribuiria para o progresso da nação, aceitando a ordem instituída. Dessa forma, faria um bem a si mesmo e à sociedade como um todo.

Assim, num momento em que o ensino primário regular estava descentralizado, sendo de competência dos estados da federação a sua organização e fomento, é

criada a Rede Federal de Ensino Profissional como primeiro sistema educacional de abrangência nacional. Dessa forma, sob uma mesma legislação que regulava suas atividades administrativas e pedagógicas, as EAA's foram criadas em 19 estados do país, com exceção do Rio Grande do Sul, que, de acordo com Cunha (2000b), já tinha uma instituição nos mesmos moldes das EAA's.

Outra questão que vem chamando a atenção dos pesquisadores que se interessaram pelas EAA's, é a maneira como elas foram distribuídas no território nacional. No Decreto de criação dessas instituições, ficou determinado que,

[...] em cada uma das capitães dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito (BRASIL, 1909a).

Tal questão, mais uma vez, revela que essas escolas tiveram funcionalidades outras, que não a formação de mão de obra qualificada para a indústria, uma vez que, na maioria dos estados brasileiros, o desenvolvimento industrial ainda não havia chegado. Na Tabela 7, podemos observar que, pouco tempo antes da criação das EAA's, os estabelecimentos industriais concentravam-se principalmente no Distrito Federal, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Desse modo, se a funcionalidade da instituição fosse realmente atender a mão de obra para a indústria, não se justificaria a sua implantação em estados como o Espírito Santo. Esse estado, onde está localizado nosso objeto de estudo, amargava o penúltimo lugar em número de estabelecimentos, e o último em número de operários. Contraditoriamente, e curiosamente, era o terceiro em número de alunos matriculados.

Tabela 7 – Distribuição do número de estabelecimentos industriais (1907), de operários (1907) e de alunos nas EAA's (1911), segundo unidades da Federação.

Unidade da Federação	N.º de Estabelecimentos	Nº de Operários	Nº de Alunos EAA
Alagoas	45	3.775	151
Amazonas	92	1.167	70
Bahia	78	9.964	70
Ceará	18	1.207	100
Distrito Federal	670	35.243	-
Espírito Santo	4	90	166
Goiás	135	868	93
Maranhão	18	4.545	104
Mato Grosso	15	3.870	108
Minas Gerais	531	9.555	61
Pará	54	2.539	95
Paraíba	42	1.461	134
Paraná	297	4.724	293
Pernambuco	118	12.042	125
Piauí	3	355	85
Rio de Janeiro	207	13.632	282
Rio Grande do Norte	15	2.062	83
Rio Grande do Sul	314	15.426	-
Santa Catarina	173	2.102	130
São Paulo	326	24.186	121
Sergipe	103	3.027	120
Brasil	3.258	151.840	2.391

Fonte: Cunha (2000a)

Nota: grifo nosso

De todo modo, o desenvolvimento das indústrias não foi considerado e, dessa forma, foram criadas 19 EAA's, localizadas nas capitais dos estados, com exceção do Rio de Janeiro – onde ficou instalada na cidade de Campos, pois no Distrito Federal já existia o Instituto Profissional Masculino –, e do Rio Grande do Sul – que contava com o Instituto Parobé, unidade da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Segundo Cunha (2000b), ambas instituições possuíam propósitos e organização semelhantes ao das EAA's.

Para Cunha (2000b), tal situação demonstra uma preocupação muito mais política do que econômica. Na época, a população brasileira estava distribuída

desigualmente pelo território nacional, bem como as atividades manufatureiras. Além disso, deu-se preferência aos centros políticos em detrimento de cidades do interior mesmo quando alguma dentre estas últimas concentrava as atividades manufatureiras. Essa situação revela para Cunha (2000b) que as escolas constituíram uma presença do governo federal nos estados, podendo ofertar cargos para os indicados pelos políticos locais e, em contrapartida, o governo federal esperava receber apoio político.

[...] Enquanto as escolas de aprendizes artífices obedeceram a um movimento centrífugo, pois foram instaladas de modo disperso, uma em cada estado, mesmo nos menores, o processo de industrialização apresentava uma tendência centrípeta. Não só as novas fábricas tendiam a se localizar no centro-sul, principalmente em São Paulo, como, também, para lá se transferiam atividades manufatureiras antes desenvolvidas em outras regiões do país (p. 95).

Concordamos com Cunha (2000b) sobre o caráter político da iniciativa do governo nacional, porém, percebemos que as funcionalidades iam um pouco além da busca de apoio político. Considerando que as EAA's eram um projeto para a construção da nação de acordo com as ideais de modernidade, e considerando que as dimensões continentais do país dificultavam a circulação de ideias, bem como sua apropriação, entendemos que a instituição foi utilizada como um instrumento para difundir uma nova ordem que se pretendia implantar. Desse modo, compreendemos melhor a distribuição geográfica das EAA's, que ao serem estabelecidas em todos os estados da nação, com exceção do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul, poderiam fazer chegar de maneira mais rápida os princípios defendidos pela intelectualidade brasileira. A escolha pelos centros políticos também pode ser compreendida na medida em que, geralmente, são nesses locais que as ideias mais circulam e são apropriadas, devido ao grande trânsito de pessoas de diferentes grupos sociais. Os estados que ficaram fora, já tinham suas instituições, em moldes parecidos aos das EAA's, que cumpriam esse papel.

Retornando ao decreto de criação das EAA's, observamos que a preocupação com as altas taxas de analfabetismo no Brasil foram consideradas na criação dessas escolas. Assim, o decreto estabelece em seu 8º artigo (BRASIL, 1909a) a obrigatoriedade para os aprendizes que não soubessem ler, escrever e contar, de frequentar esse curso, bem como o de desenho, que seriam oferecidos no período

noturno. A justificativa para esta determinação era a necessidade de conhecimentos mínimos para o exercício do ofício que aprenderiam nas oficinas. Num momento em que a alfabetização em massa foi defendida e difundida pela intelectualidade como uma arma para combater, na perspectiva destes, um dos principais problemas do país, as EAA's, além das escolas regulares, também foram locais de estratégia de levar ao maior número possível de pessoas os "benefícios" do alfabeto.

Quanto às oficinas, tendo cada EAA a possibilidade de ofertar um número máximo de cinco, o decreto de criação recomenda que as especialidades das indústrias locais, quando possível, fossem consultadas, a fim de atender às especificidades de cada estado. De acordo com Cunha (2000a), as oficinas instaladas nas EAA's tinham, em sua maioria, caráter mais artesanal do que industrial, sendo que quase todas as escolas contavam com as oficinas de alfaiataria, sapataria e marcenaria. Das poucas com caráter industrial, com o passar dos anos, algumas se extinguíram (ver tabela 8), assim Cunha (2000a) relata:

[...] poucas foram as oficinas destinadas ao ensino de ofícios propriamente industriais, de emprego generalizado como mecânica, tornearia e eletricidade. As oficinas de mecânica existentes em 1912 continuavam em número de três em 1926; das duas oficinas de tornearia existentes naquele ano, só restava uma neste; das três de eletricidade que havia em 1912, não sobrou nenhuma em 1926 (p. 71).

Dessas três oficinas de eletricidade, uma estava instalada na EAA-ES, sendo extinta em 1918. Além dessa, a EAA-ES contava também com as oficinas de alfaiataria, sapataria, carpintaria e marcenaria e ferraria e fundição.

Tabela 8 – Número de Oficinas nas EAA's, segundo especialidades nos anos de 1912, 1916, 1922 e 1926

Ano	Marcenaria	Carpintaria	Ferraria	Serralheria	Fundição	Funilaria	Mecânica	Sapataria	Selaria
1912	16	6	8	6	1	4	3	16	3
1916	16	5	8	8	2	3	3	17	4
1922	17	7	10	7	2	3	3	15	4
1926	17	7	8	11	2	4	3	15	3

Ano	Alfaiataria	Encadernação	Ourivesaria	Eletricidade	Tornearia	Escultura	Pintura decorativa	Modelagem	Metais
1912	14	4	1	3	2	2	1	-	-
1916	17	4	1	3	1	2	1	-	-
1922	17	5	1	1	1	1	1	-	1
1926	17	6	1	-	1	1	1	1	-

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1912-1926) (apud CUNHA, 2000a)

Dessa forma, observamos que mais uma vez os propósitos da Rede Federal de Educação Profissional se distanciam do caráter industrial pensado pelos idealizadores de uma escola capaz de auxiliar no desenvolvimento industrial do país. Porém, considerando que o decreto sugere que as demandas das indústrias locais fossem observadas na criação das oficinas e que na maioria dos estados o desenvolvimento industrial era incipiente, era previsível que as oficinas teriam um caráter artesanal. Instaladas nas capitais dos estados, as EAA's adequaram suas oficinas a necessidades de bens de consumo imediato, pois além de não terem uma indústria para atender, também não contavam com pessoal especializado para o ensino de determinados ofícios com caráter industrial. Para Cunha (2000a), a oferta de oficinas artesanais veio para amenizar o que ele chama de “efeitos negativos” da localização do sistema. Assim,

[...] se o dimensionamento do sistema e a localização das escolas de aprendizes artífices mostraram-se inadequados aos propósitos de incentivar a industrialização pela formação profissional sistemática da força de trabalho, a escolha dos ofícios a serem ensinados revelou um esforço de ajustamento aos mercados locais de trabalho, mais artesanais do que propriamente manufatureiros, atenuando os efeitos negativos do dimensionamento e da localização do sistema (p. 71/72).

Não conseguimos visualizar o que Cunha (2000a) chama de efeitos negativos da localização das EAA's. Reafirmamos que, na nossa concepção, a distribuição das escolas nos diversos estados do país, mesmo naqueles que ainda não vivenciavam

um desenvolvimento industrial, tiveram outras funcionalidades que não o incentivo à industrialização. As funcionalidades, reveladas na criação dessas escolas, estavam pautadas na disseminação de uma nova ordem, cujo objetivo da instituição era adestrar uma massa de trabalhadores, moldados na perspectiva do trabalho disciplinado e na manutenção da ordem.

Assim, a nosso ver, o caráter industrial das EAA's pensado pelos criadores das EAA's estava numa perspectiva futura de que, quando o desenvolvimento industrial alcançasse as diversas regiões do país, os ideais da nova ordem que se pretendia instituir já estariam disseminados pelo país, facilitando, dessa forma, a conformação dos trabalhadores às prerrogativas do mercado capitalista. Recordando que, nessa época, as inúmeras greves de operários comprometiam, na perspectiva da intelectualidade, o bom funcionamento do sistema. A projeto de formar uma mão de obra “ordeira” e “adaptada” ao mercado de trabalho era uma estratégia para que, no futuro, o país pudesse entrar nos “trilhos” em direção ao progresso.

Apesar de terem sido criadas em 1909, somente a partir de 1910 estas escolas foram inauguradas (Tabela 9). Ainda assim, no mesmo ano de criação, foram expedidos decretos procurando ampliar as medidas do documento de criação. Com o Decreto 7.649 de 11 de novembro de 1909 (BRASIL, 1909b), por exemplo, criaram-se vagas para professores noturnos e de desenho, revogando o artigo 9º do decreto anterior, segundo o qual estas aulas ficariam a cargo do diretor da escola. Também em 1909 foi expedido o Decreto n. 7.763 de 23 de dezembro (BRASIL, 1909c) que consolidou as disposições anteriores e anunciou algumas alterações consideradas, na perspectiva dos idealizadores, convenientes para atender aos propósitos das escolas. Dentre essas últimas, destacamos a possibilidade de instalação da EAA em outro município quando a capital não oferecesse edifício que tivesse condições de abrigar a escola, bem como a possibilidade de, caso algum estado já abrigasse estabelecimento similares às EAA's custeado pelo estado, o governo deixar de instalar a EAA revertendo para aquele estabelecimento essa verba. Foi essa a situação dos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Tabela 9 – Data de inauguração das EAA's nos diversos estados brasileiros

Estado	Data de Inauguração
Alagoas	21 de janeiro de 1910
Amazonas	1º de outubro de 1910
Bahia	02 de junho de 1910
Ceará	24 de maio de 1910
Espírito Santo	24 de fevereiro de 1910
Goiás	1º de janeiro de 1910
Maranhão	16 de janeiro de 1910
Mato Grosso	1º de janeiro de 1910
Minas Gerais	09 de setembro de 1910
Pará	1º de agosto de 1910
Paraíba	05 de janeiro de 1910
Paraná	16 de janeiro de 1910
Pernambuco	16 de fevereiro 1910
Piauí	1º de janeiro de 1910
Rio de Janeiro	23 de janeiro de 1910
Rio Grande do Norte	1º de janeiro de 1910
Santa Catarina	1º de setembro de 1910
São Paulo	24 de junho de 1910
Sergipe	1º de maio de 1911

Fonte: Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (BRASIL, 1911)

Nota: dados adaptados pela autora

Apesar dessas últimas alterações, no relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio, Dr. Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, referente ao ano de 1909 (BRASIL, 1910), foi destacado que a organização das EAA's não poderia ser considerada definitiva. Era necessário adotar um novo plano que pudesse atender às especificidades de cada estado em que a escola estivesse implantada, observando seu desenvolvimento industrial e as condições climáticas.

No próximo tópico, procuramos abordar os problemas recorrentes vivenciados pelas EAA's durante seu percurso histórico, bem como as ações gestadas no sentido de possibilitar que seus propósitos fossem alcançados.

3.1.2 Problemas recorrentes: dificuldades na formação da mão de obra nacional

Os diversos Ministros que estiveram à frente do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual estavam ligadas as EAA's, durante o período por nós estudado, foram unânimes, em seus relatórios, na exaltação dos fins a que as EAA's se destinavam. Se por um lado as suas funções sociais foram as principais referências de utilidade para essas escolas, por outro, não faltou aqueles que viam sua importância para o desenvolvimento industrial do país. De uma forma ou de outra, o que era fato entre esses Ministros, como diz o Ministro José Rufino Beserra Cavalcanti, era que sua “[...] utilidade ninguém ousa contestar” (BRASIL, 1914, p. 144).

Dessa forma, os Ministros dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, viam as EAA's como instrumento de regeneração dos “desvalidos da fortuna”, que tendo maior probabilidade de entrar para o mundo do crime e dos vícios, poderiam, por meio da aprendizagem de ofícios, adquirir hábitos que os tornariam cidadãos “úteis” à nação. Assim, para o Ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda (BRASIL, 1910), procurou-se, por meio da criação das EAA's,

“[...] não só impedir a tendencia do menor á ociosidade, despertando-lhe o amor pelo trabalho, mas tambem convertel-o em creatura util á sociedade, pelo aprendizado profissional, completado pelo ensino theorico escolar” (p. 135).

As palavras usadas pelo Ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda apresentam uma das preocupações que permeavam a intelectualidade do período, que viam a necessidade de “conversão” dos “desvalidos da fortuna” à nova ordem que se pretendia instituir. Uma vez que as experiências anteriores com os operários que se mostraram insatisfeitos com as “regras” do mercado capitalista, haviam demonstrado que, para que se mantivesse a ordem pretendida, era necessária a formação de uma mão de obra “ordeira” e “conformada”, a ideia de conversão era a mais apropriada às funcionalidades das EAA's.

Mesmo que as intencionalidades de fomento à indústria apropriada pelos criadores das EAA's nos discursos que antecederam sua criação tivessem sido

desconsideradas, de modo geral, é possível perceber vestígios desse discurso nos relatórios dos Ministros dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Assim, para o Ministro Pedro Toledo (BRASIL, 1913), já nos anos iniciais de funcionamento das EAA's, essas demonstravam resultados positivos. Para esse Ministro, ainda com dois anos de funcionamento, as EAA's “[...] conseguiram demonstrar a sua grande utilidade de, retirando da ociosidade e do vício um sem numero de menores, instruil-os e ensinal-os a trabalhar, concorrendo assim para o progresso e desenvolvimento industrial do paiz” (p. 267).

Na verdade, a nosso ver, a contribuição que as EAA's poderiam dar para o progresso e desenvolvimento industrial do país, na perspectiva da intelectualidade do período, era de, ao formar uma massa de trabalhadores “ordeiros” e “conformados”, diminuir as resistências para a implantação e manutenção da ordem pretendida. Nessa perspectiva, as EAA's atuariam na formação de uma mão de obra futura capaz de trabalhar mais e mais, sem com isso criar expectativas de um crescimento financeiro capaz de tirar-lhes da condição de “desfavorecidos da fortuna”. É o que fica claro nas palavras do Ministro Pedro Toledo (BRASIL, 1911b) que diz que “[...] aquelles que tiverem aproveitado o aprendizado dessas escolas, formarão uma classe de cidadãos que, sabendo **dignificar a pobreza**, irão prestar, certamente, serviços uteis á sua patria” (p. 311) (grifo nosso).

Dessa forma, fica claro que a perspectiva da intelectualidade não era promover a emancipação social dos “desvalidos da fortuna”, mas sim conformá-los nessa situação, acreditando que tinham um papel importante na sociedade, e que prestavam um serviço essencial para o progresso do país.

No entanto, durante o percurso histórico das EAA's, alguns problemas dificultaram a execução de suas funcionalidades, na perspectiva da intelectualidade. Mas, mesmo nos momentos de condições adversas, no relato das dificuldades por que passaram as EAA's, percebemos uma forte tendência em se destacar os “nobres” serviços que essas escolas prestavam nos lugares em que estavam instaladas. Desse modo, estiveram presentes entre as preocupações dos Ministros dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, entre outras, as condições impróprias dos prédios onde a maioria das EAA's estavam instaladas, a dificuldade em encontrar pessoal

preparado para ministrar aulas nas oficinas dessas escolas e as altas taxas de evasão dos aprendizes.

Apesar das EAA's serem uma iniciativa do Governo Nacional, e de, em seu decreto de criação, ficar claro que elas seriam subvencionadas pelo poder central, os diversos Ministros contavam com a colaboração dos governos estaduais e/ou municipais para manutenção dessas escolas. Os apelos constantes aos estados e/ou municípios, nos relatórios desses Ministros, revelam as dificuldades de manutenção das EAA's.

Julgo que não seria difícil conseguir que os Estados, diretamente interessados na resolução deste importante assunto, concorressem com a metade das despesas, a exemplo do que já se combinou com o Estado de S. Paulo (BRASIL, 1913, p. 249).

Seria de toda conveniência que os Estados se esforçassem por prestar esse único auxílio que lhes foi exigido pelo Governo Federal para a manutenção de instituições cuja utilidade ninguém ousa contestar (BRASIL, 1914, p. 144).

[...] aguardar ou que os Estados, à vista dos resultados que já vão dando essas Escolas, se resolvam atender ao apelo da União, ou que esta, mais desafogada, possa então construir edifícios apropriados (BRASIL, 1916, p. 111).

Continuam desatendidos, por parte de alguns governos estaduais, os constantes apelos aos mesmos feitos por este Ministério, quanto à cessão de prédios para a conveniente instalação desses estabelecimentos, concorrendo este fato para maior improficuidade e insuficiência dos resultados obtidos (BRASIL, 1920, p. 336-337).

Esses apelos referiam-se às péssimas condições dos edifícios em que estavam instaladas a maioria das EAA's. Muitos dos edifícios cedidos pelos estados não teriam condições nem de reforma, sendo que alguns eram alugados de proprietários particulares, impossibilitando, dessa forma, intervenções em sua estrutura (BRASIL, 1913). Consideradas essenciais por seus resultados positivos, mesmo em condições adversas, as EAA's não poderiam prescindir, de acordo com os Ministros, do apoio dos estados para que melhores resultados fossem alcançados.

Os apelos para a melhoria das EAA's são também dirigidos ao Congresso Nacional, a fim de que esse habilitasse o governo com os recursos necessários para a construção de edifícios apropriados (BRASIL, 1913). De todo modo, durante o período estudado, não houve grandes avanços com relação à destinação de edifícios apropriados para a instalação das EAA's. Seja por falta de recursos

federais, ou pela falta de “sensibilidade” dos governos estaduais e/ou municipais na colaboração com tão “nobre” instituição, a maioria das EAA’s permaneceram mal instaladas. Algumas reformas foram realizadas, outros prédios construídos, mas, não resolveram a situação geral das EAA’s.

Necessário recordar que, nesse período, o desenvolvimento dos diversos estados da federação era bastante diverso, enquanto alguns poucos gozavam de grande crescimento econômico, outros tinham dificuldade, nos momentos de crise, em manter até mesmo sua estrutura administrativa. São Paulo e Espírito Santo são exemplos, respectivamente, dessas duas situações polarizadas. O primeiro servia de exemplo para outros estados, na concepção dos Ministros, pois, concorriam com a metade das despesas necessárias para a manutenção de sua unidade da EAA, enquanto isso, como veremos no último tópico desse capítulo, o governo do Espírito Santo parecia querer “silenciar” a presença da EAA no estado.

Outra questão vivida pelas EAA’s no período estudado foi a dificuldade em encontrar pessoal habilitado para ministrar as aulas nas oficinas dessas escolas. Para o Ministro Pedro de Toledo (BRASIL, 1913), tal situação era reveladora do pouco que se havia feito até então no país em termos de ensino técnico industrial, o que, em sua concepção, dificultava “[...] colocar na direção das oficinas pessoal idôneo” (p. 249).

De acordo com Cunha (2000a), os professores que ministravam as aulas no curso primário não tinham a menor noção do que era preciso ensinar num curso profissionalizante. Por sua vez, os mestres de ofícios vinham direto das fábricas para as oficinas sem o menor conhecimento de base teórica. Dessa forma, o corpo docente das EAA’s era composto de pessoal despreparado tecnicamente, o que, na perspectiva dos Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio, dificultava as escolas para atender satisfatoriamente aos fins a que estavam destinadas.

Considerando que, por meio do ensino profissionalizante, buscava-se a formação de uma mão de obra moral e tecnicamente qualificada, era preciso, para trabalhar nas EAA’s, professores e mestres de oficinas formados nesses parâmetros. Assim, uma das medidas tomadas nesse sentido foi, em novo regulamento baixado pelo Decreto nº 13.064, de 12 de junho de 1918 (BRASIL, 1918), o estabelecimento de concurso de provas práticas para a contratação de professores, professores adjuntos, mestres

e contramestres. Além dessa determinação, esse mesmo Decreto estabeleceu o concurso de documentos de idoneidade moral e técnica para os diretores das EAA's, além da realização de reuniões entre os diretores de todas as EAA's, quando o Governo achasse conveniente, a fim de estudar meios para melhorar o rendimento dessas escolas.

Na busca por resolver a falta de pessoal habilitado para o ensino nas EAA's, bem como em outras instituições de ensino profissionalizante, surgiu a ideia da criação, de acordo com Cunha (2000a), de uma escola normal específica para a formação de professores para o ensino industrial. Em 1914, o Presidente da República Venceslau Brás, se atentava para essa questão e, em seu manifesto, ao falar sobre as escolas profissionais, sugere (apud CUNHA 2000a): “[...] funde a União pelo menos um instituto que se constitua um viveiro de professores para as novas escolas a que me referi” (p. 82).

Assim, em 1917, é criada a Escola Normal de Artes e Ofícios “Venceslau Brás” pela Prefeitura do Distrito Federal. Mais tarde, de acordo com Cunha (2000a), essa escola passou para a competência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, compondo, dessa forma, a Rede Federal de Educação Profissional.

Além dessas questões referentes aos prédios inapropriados em que as EAA's estavam instaladas e as dificuldades de encontrar pessoal habilitado para ministrar as aulas e oficinas dessas escolas, permearam as preocupações dos Ministros as altas taxas de evasão (Tabela 10) e o diminuto número de aprendizes que concluíam o curso (Tabela 11).

Tabela 10 – Taxa anual de evasão nas EAA's nos anos de 1913, 1914, 1916 e 1917

Estados	Ano			
	1913	1914	1916	1917
AL	18,5	9,9	33,7	55,6
AM	...	–	2,2	–
BA	15,0	34,3	17,7	20,6
CE	79,8	1,0	0,3	38,0
ES	15,7	21,8	34,2	24,0
GO	36,6	53,9	60,6	45,0
MA	9,9	26,6	55,4	35,8
MG	44,8	42,1	36,0	37,5
MT	20,3	42,8	27,5	32,0
PA	21,8	43,2	32,1	18,1
PB	10,9	0,4	–	0,5
PE	48,8	32,4	15,0	0,7
PI	27,6	51,8	49,6	50,0
PR	2,6	9,2	34,9	0,6
RJ	26,5	21,2	30,3	40,9
RN	39,1	29,1	23,6	39,8
SC	52,5	23,7	24,8	38,5
SE	0,7	20,7	30,7	17,9
SP	49,4	37,7	44,4	46,7

Fonte: Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio – 1913 a 1917

Tabela 11 – Taxa de conclusão de curso nas EAA's nos períodos 1913-1916, 1914-1917 e 1917-1920

Estados	Períodos		
	1913-1916	1914-1917	1917-1920
AL	8,2	1,8	1,2
AM	1,7	–	...
BA	4,7	3,9	3,4
CE	0,4	...	1,3
ES	3,1	0,7	...
GO	1,1	1,5	...
MA	2,4	2,5	...
MG	7,6	10,5	2,1
MT	2,7	2,0	...
PA	2,2	2,0	...
PB	1,5	...	2,2
PE	2,3	...	0,7
PI	1,6	3,0	–
PR	5,2	2,3	...
RJ	1,3	0,9	...
RN	4,1	4,1	2,4
SC	2,5	2,8	6,4
SE	5,3	3,4	...
SP	6,1	5,2	...
Média	3,4	2,7	1,0

Fonte: Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio - 1913-1916, 1914-1917, 1917-1920

Na perspectiva de amenizar essa questão, o Decreto nº 9.070 de 23 de outubro de 1911 amplia a idade máxima para matrícula nas oficinas, passando de 13 para 16 anos, dessa forma, poderiam solicitar matrícula, de acordo com o novo regulamento aprovado por esse Decreto, os menores com idade entre 10 e 16 anos. Também nesse decreto, ficou determinado o pagamento de diárias aos alunos e a organização de associações cooperativas e de mutualidade.

No que se refere às diárias para os alunos, ficou determinado que os alunos de 3º e 4º receberiam, respectivamente, diárias de 600 e 800 réis. Essa medida visava evitar o abandono do curso para trabalhar em empresas privadas, uma vez que já eram capazes de realizar algumas atividades. Aos alunos de 1º e 2º ano as diárias de 100 e 200 réis, respectivamente, sendo que este valor deveria exclusivamente ser destinado à Caixa de Mutualidade. Aos alunos de 3º e 4º ano, a contribuição era facultativa (BRASIL, 1912).

Essas associações cooperativas e de mutualidade eram compostas de sócios efetivos, protetores e honorários:

São sócios efetivos os alunos do primeiro e segundo ano e os de terceiro e do quarto ano que contribuírem para a Caixa de Mutualidade; protetores, os membros do corpo docente e administrativo da Escola que fizerem parte da diretoria, e honorários, as pessoas estranhas à Escola que fizerem donativos ou de qualquer outra forma concorrerem para o progresso da associação (BRASIL, 1912, p. 268).

Sendo suas finalidades:

[...]

- a) promover e auxiliar todas as medidas tendentes a facilitar a produção das oficinas e aumentar-lhes a renda, sem prejuízo do ensino;
- b) promover o aperfeiçoamento dos produtos;
- c) promover a defesa dos direitos e interesses dos sócios;
- d) desenvolver por todos os meios os pendores altruísticos dos sócios, estimulando-lhes os sentimentos de solidariedade humana;
- e) socorrer os sócios nos casos de acidentes e moléstias até seis meses em cada ano;
- f) prover as despesas de enterramento, modesto, mas decente, dos sócios que falecerem durante o período escolar; entregar aos sócios que completarem o curso da Escola um pecúlio em dinheiro, não excedente de 50% das contribuições feitas em todos os anos de curso escolar, e as ferramentas e utensílios indispensáveis para o seu ofício (BRASIL, 1912, p. 268-269).

Essas medidas, de modo geral, não foram capazes de reverter o quadro de evasão nas EAA's, permanecendo, na perspectiva dos Ministros, a necessidade de novas reformulações nos regulamentos dessas escolas. No caso da associação cooperativa e de mutualidade, durante o período estudado, estiveram diversas vezes sob a ameaça de extinção, comprometendo, de modo geral, suas funcionalidades.

O motivo para as altas taxas de evasão, observados nos relatórios dos Ministros, era o fato de que com alguns conhecimentos básicos, mesmo que não estivessem associados aos ofícios como o simples domínio do alfabeto, já possibilitavam aos aprendizes alguma colocação no mercado de trabalho. Desse modo, em troca de insignificantes salários, esses aprendizes abandonavam a escola e ingressavam cedo no mercado. Contribuía para isso, na perspectiva dos Ministros, o desconhecimento, por parte da família desses aprendizes, da importância de se concluir o curso e, com isso, conseguirem melhores colocações.

Assim, as caixas de mutualidade contribuiriam para que a escola se tornasse mais atraente, diminuindo o número de desistentes.

[...] [as caixas de mutualidade] vieram concorrer poderosamente para impedir que muitos deles, depois de obtida alguma aprendizagem, abandonassem prematuramente a Escola, afim de procurarem um salário, embora insignificante, nas oficinas particulares (BRASIL, 1913, p. 250).

Ainda assim, essas caixas de mutualidade não conseguiram cumprir satisfatoriamente os fins a que estavam destinadas, tanto que, no relatório do Ministro Idelfonso Simões Lopes referente ao ano de 1920, permanecia a evasão como um grande problema.

[...] Em vista da falta de interesse do proletariado, por uma educação técnica profissional propriamente dita, do que dá prova, bem patente, o fato, de se retirarem os alunos das escolas, logo após a conclusão dos dois primeiros anos do curso elementar (...), era preciso tornar o recinto da Escola mais atraente (BRASIL, 1921, p. 451).

Diante desses problemas vivenciados pelas EAA's, o Ministro Idelfonso Simões Lopes denuncia que essas escolas não estavam cumprindo o papel a que estavam destinadas, limitando suas atividades à alfabetização, o que, em sua concepção já era realizado pelas escolas regulares, não sendo necessário, dessa forma, manter todo um aparato complicado para esse fim.

Como empecilho para que as EAA's cumprissem o seu papel, esse Ministro denuncia a incapacidade de pais e alunos de perceberem a importância da necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos elementares adquiridos nos dois primeiros anos de curso. Julgando que, sabendo ler e escrever, e conhecendo as quatro operações, já os tornam habilitados para “ganhar” a vida, acabavam por abandonar o curso após a conclusão do 2º ano de estudos. E de acordo com o Ministro, de fato, ele está preparado:

[...] A escola cumpriu sua missão: arrancou mais um analfabeto da legião dos muitos mil de que se compõe infelizmente a grande maioria da população nacional e mesmo fez alguma coisa mais, deu ao aluno do curso preparatório ou elementar ou de adaptação (não importa a designação) noções vagas de alguns ofícios não técnicos (BRASIL, 1921, p. 458).

No entanto, esse não era o objetivo das EAA's. E é por iniciativa desse Ministro que pela primeira vez aparece a intenção de organização dos programas de ensino das EAA's a partir de uma base comum. Até então, esses programas eram definidos pelo diretor de cada EAA's, juntamente com os professores e mestres de oficinas, passando, posteriormente, pela aprovação do Ministro.

O Ministro Idelfonso Simões Lopes relata a necessidade de distinção entre a educação elementar preparatória (para os alunos que se matriculavam analfabetos) e o ensino técnico profissional:

[...] naquele ensino a aprendizagem manual deve ser um meio e não um fim e como tal basta, que o aluno nos dois anos de adaptação, pratique em ofícios não técnicos isto é, que não requeiram educação teórico-prática correlata, nem os complementos típicos das profissões técnicas, a saber: o desenho industrial e a tecnologia das profissões técnicas. Bastam pois aprendizagens ou antes trabalhos manuais (BRASIL, 1921).

E esse Ministro deu o primeiro passo para esta remodelação, ao criar, em 1920, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico. Como relata Nascimento (2007), a finalidade da comissão era tornar o ensino profissional mais eficiente. Estava, entre os objetivos da comissão, a criação de prédios escolares adequados, a substituição dos mestres que não estavam suficientemente capacitados para a função e a elaboração de bibliografias adequadas às necessidades das EAA's.

Dessa forma, no mesmo momento em que entra em cena a terceira geração da intelectualidade republicana apontada por Luca (1999), as EAA's são repensadas a

partir das novas ideias que entraram, então, em circulação. É o que abordaremos no próximo tópico.

3.1.3 Remodelação do ensino Profissional: perspectivas de formação geral do indivíduo

No momento em que é criado o Serviço de Remodelação do ensino Profissional Técnico, no campo educacional em geral as discussões se voltavam para a formação integral do indivíduo. Em oposição ao projeto de escola alfabetizadora disseminada nos anos anteriores, a terceira geração da intelectualidade traz como proposta a escola que seria capaz de formar o indivíduo integralmente. Assim, de acordo com Carvalho (2003), “técnicos” do campo educacional foram chamados para reformar os sistemas públicos de ensino a partir dessa nova concepção.

Nessa mesma perspectiva, as EAA's também foram revistas em suas funcionalidades e ações buscando dar nova organização para essas escolas. Como “técnico” para essa empreitada foi convidado o engenheiro João Luderitz, de acordo com Ribeiro (2005), para presidir a comissão responsável pela reorganização do ensino nas EAA's. Dessa forma, em 1922, faziam parte da comissão os seguintes auxiliares de inspeção: Lycerio A. Schreiner, engenheiro civil; Antônio H. Travassos Alves, inspetor secretário do Instituto Parobé; Paulino Diamico, mestre de artes gráficas; Tebyriçá de Oliveira, mestre de construção metálica e mecânica; Ladislau Stowincki, mestre de artes decorativas; Alcides Raupp, contra-mestre de trabalhos em metal; Luiz O. Santos, contra-mestre de artes gráficas; Francisco Pandolpho, contra-mestre de trabalhos em metal; Othelo Baptista, contra-mestre de trabalhos em madeira; e Cyrillo Fiume, contra-mestre de trabalhos em madeira (BRASIL, 1925).

O convite a João Lüderitz deveu-se a sua atuação frente ao Instituto Parobé¹⁷, onde, de acordo com Ribeiro (2005), conseguiu implantar, de maneira bem sucedida, o ensino industrial. Tendo viajado aos Estados Unidos e à Europa, a fim de visitar institutos congêneres e também contratar pessoal técnico e adquirir equipamentos, João Lüderitz procurou implantar no Instituto Parobé uma educação politécnica. De acordo com Ribeiro (2005), esse engenheiro sustentava a ideia de que, “[...] com a instrução profissional integral, o trabalhador era capaz de adquirir independência e segurança em relação às mudanças e crises no mercado de trabalho. A especialização contrapunha-se a esta autonomia e independência” (p. 218).

João Lüderitz, como relata Nascimento (2007), entendia que o principal motivo do mau funcionamento das EAA's era a falta de um currículo uniforme. Em sua opinião, associava-se a isso a excessiva liberdade dada aos diretores daquelas escolas, na maioria das vezes despreparados para a função. Com base nestas constatações, João Lüderitz apresentou, em 1923, o Projeto de Regulamento do Ensino Profissional Técnico em que oficializa uma proposta curricular baseada em uma nova maneira de fazer a aprendizagem dos ofícios.

Esse projeto não foi colocado em prática de imediato, pois, de acordo com o Ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida (BRASIL, 1923), as abruptas mudanças ocorridas no regime administrativo brasileiro no período, dificultou a realização das reformas projetadas. Assim, apenas em 1926, foi estabelecido um currículo padronizado para as EAA's, em consonância com as ideias defendidas pelo Serviço de Remodelação, e expressos na Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, promulgado pela portaria de 13 de novembro de 1926 (BRASIL, 1926).

Assim, ficou estabelecido um currículo para a aprendizagem nas oficinas, sendo que, nos dois primeiros anos, paralelo aos cursos primários e de desenho, seriam ensinados trabalhos manuais, bem como estágio pré-vocacional na prática de ofícios. E nos anos seguintes os aprendizes seriam direcionados para uma das nove seções (Tabela 12) criadas que abrangiam todas as profissões ofertadas pelas EAA's. Sendo que as aulas deveriam ser teóricas e práticas, com duração no

¹⁷ Fundado em 1906, o Instituto Técnico Profissional Parobé estava ligado à Escola de Engenharia de Porto Alegre – RS (RIBEIRO, 2005). A existência desse instituto no Rio Grande do Sul facultou a não criação de uma EAA nesse estado (CUNHA, 2000a).

mínimo de 50 minutos respeitando número mínimo de aulas por semana para cada disciplina (tabelas 13 e 14).

Tabela 12 – Seções de Trabalho oferecidas pelas EAA's após Remodelação

Seção	Ano	Estudos
Trabalhos de madeira	3º	Trabalhos de vime, empalhação, carpintaria e marcenaria
	4º	Beneficiamento mecânico de madeira e tornearia
	1º	Complementar – construção de madeira, em geral, de acordo com as indústrias locais
	2º	Complementar – Especialização
Trabalhos de Metal	3º	Lajotaria, forja e serralheria
	4º	Fundição e mecânica geral e de precisão
	1º	Prática de condução de máquinas e motores de eletrotécnica
	2º	Complementar – Especialização
Artes Decorativas	3º	Modelagem (incluindo entalhação) e pintura decorativa
	4º	Estucagem, entalhação e formação de ornatos em gesso e cimento
	1º	Complementar – Construção em alvenaria e cerâmica conforme as indústrias locais
	2º	Complementar – Especialização
Artes Gráficas	3º	Tipografia (composição manual e mecânica)
	4º	Impressão, encadernação e fotografia
	1º	Complementar – Fototécnica ou litografia
	2º	Complementar – Especialização
Artes Têxteis	3º	Fiação
	4º	Tecelagem
	1º	Complementar – Padronagem e tinturaria
	2º	Complementar – Especialização
Trabalhos de Couro	3º	Obras de correeiro
	4º	Trabalhos de curtume e selaria
	1º	Complementar – Obras artísticas e manufatura do couro
	2º	Complementar – Especialização
Fabrico de Calçados	3º	Sapataria comum
	4º	Manipulação de máquinas
	1º	Complementar – Fabrico mecânico de calçado
	2º	Complementar – Especialização
Feitura do Vestuário	3º	Costura à mão
	4º	Feitura e acabamento
	1º	Complementar – Moldes e cortes
	2º	Complementar – Especialização
Atividades Comerciais	3º	Dátilo-estinografia
	4º	Arte do reclamo e prática de contabilidade
	1º	Complementar – Escrituração mercantil e industrial
	2º	Complementar – Especialização

Fonte: Brasil, 1926

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 13 – Quantitativo das aulas semanais de acordo com as disciplinas

Ano	Disciplina	Aulas por semana
1º	Leitura e escrita	8
	Caligrafia	2
	Contas	6
	Lição das coisas	2
	Desenho e trabalhos manuais	15
	Ginástica e canto	3
2º	Leitura e escrita	6
	Contas	6
	Elementos de geometria	2
	Geografia e história pátria	2
	Caligrafia	2
	Instrução moral e cívica	1
	Lição das coisas	2
	Desenho e trabalhos manuais	16
	Ginástica e canto	3
3º	Português	3
	Aritmética	3
	Geometria	3
	Geografia e História pátria	2
	Lição das coisas	2
	Caligrafia	2
	Instrução moral e cívica	1
	Desenho ornamental e de escala	8
	Aprendizagem nas oficinas	18
	4º	Português
Aritmética		3
Geometria		3
Rudimentos de física		2
Instrução moral e cívica		1
Desenho ornamental e de escala		6
Desenho industrial e tecnologia		6
Aprendizagem nas oficinas		24

Fonte: Brasil, 1926

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 14 – Quantitativo de aulas semanais de acordo com as disciplinas para os dois anos complementares

Ano Complementar	Disciplina	Aulas por semana
1º	Escrituração de oficinas e correspondência	4
	Geometria aplicada e noções de álgebra e de trigonometria	4
	Física experimental e noções de química	4
	Noções de história natural	3
	Desenho industrial e tecnologia	9
	Aprendizagem nas oficinas	24
2º	Correspondência e escrituração de oficinas	3
	Álgebra e trigonometria elementar	2
	Noções de física e química aplicada	3
	Noções de mecânica	2
	História natural elementar	2
	Desenho industrial e tecnologia	9
	Aprendizagem nas oficinas	27

Fonte: Brasil, 1926

Nota: dados adaptados pela autora

Dessa forma, procurou-se estabelecer um currículo que abrangesse a formação integral do indivíduo. Chamamos a atenção para a obrigatoriedade do ensino de “geografia e história pátria” e “instrução moral e cívica”. Considerando que no momento em que se organizou o currículo das EAA’s a República era mais uma vez repensada pela intelectualidade, tais disciplinas seriam fundamentais para a disseminação da ordem pretendida.

Com relação à formação profissional, ficou clara a apropriação do modelo de escola implantado no Instituto Parobé por João Lüderitz, onde os quatro anos de curso objetivavam a formação geral dos aprendizes de acordo com a seção escolhida. Para aqueles que se interessasse por uma especialização em determinada área, era dada a oportunidade de complementação dos estudos em dois anos de curso complementar.

De qualquer forma, durante o período estudado, não houve grandes mudanças na organização das EAA’s. Permanecia a escola destinada aos menores com idade entre 10 e 16 anos, tendo preferência de matrícula os filhos dos “desfavorecidos da fortuna”. De qualquer modo, os projetos do Serviço de remodelação do Ensino

Profissionais deram início a transformações que as EAA's sofreriam a partir de então, definindo, finalmente, seu aspecto industrial no Governo Vargas.

Assim, observamos que durante seu percurso histórico, as EAA's foram um projeto para a modernidade em três momentos distintos: nos discursos que antecederam sua criação, quando a primeira geração da intelectualidade republicana pensou uma escola capaz de impulsionar o desenvolvimento industrial no país; no momento de sua criação, quando a segunda geração da intelectualidade, ao definir suas funcionalidades, buscou utilizá-la como estratégia de formação de uma mão de obra “ordeira” e “conformada”; e no momento de sua remodelação, quando a terceira geração da intelectualidade, ao repensar a República, buscou a formação integral do indivíduo, ampliando assim, seus dispositivos de controle e também repensando as EAA's.

No entanto, nesse movimento de pensar e repensar as EAA's, bem como a República, percebemos muitas continuidades com o passado com o qual se procurava romper. Assim, como relata Cunha (2000a), desde o período colonial, as iniciativas voltadas para o ensino de ofícios estavam pautadas em ideologias que defendiam essa tipologia de ensino para os trabalhadores livres, afim de:

[...] a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados (p. 4).

Acrescentamos a essas continuidades apontadas por Cunha (2000a), a destinação do ensino de ofício para os “desfavorecidos da fortuna”, que vem sendo prática comum desde os tempos coloniais.

3.2 A Escola de Aprendizes Artífices no Espírito Santo: tentativas de “apagamento”

As EAA's foram criadas em 1909 e a inauguração da EAA-ES aconteceu no ano de 1910. Tais fatos ocorreram durante o governo estadual do Presidente Jeronymo Monteiro. Porém, esse presidente em suas mensagens ao Congresso Estadual, bem como no relatório final de seu governo, em momento algum faz menção à referida instituição. Tal situação nos intriga ainda mais na medida em que Jeronymo Monteiro esteve presente em alguns momentos na instituição. Sua presença é relatada na inauguração da escola, na ocasião da visita do Presidente da República Nilo Peçanha e na visita do também Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca (ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES – ESPÍRITO SANTO, 1909-1923). Nesse sentido, nos chama a atenção a EAA-ES “não relatada”, o que nos leva a procurar identificar o sentido de tal silêncio.

Tal silêncio se configura, a nosso ver, como intencional, na medida em que a visita dos citados Presidentes da República ao estado do Espírito Santo é longamente relatada e glorificada nas mensagens e no relatório final do Presidente do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1910; 1911; 1913), porém, sem em momento algum referir-se à passagem dos mesmos pela EAA-ES, onde foram recebidos com solenidade, e com a presença de Jeronymo Monteiro. Percebemos um grande esforço desse Presidente do Estado, em suas mensagens e no seu relatório, no sentido de deixar claro que seus serviços prestados ao estado do Espírito Santo são percebidos pelos Presidentes da República de maneira bastante positiva, alvo de elogios e agradecimentos pelo grande esforço empregado para o progresso do estado, e consequentemente da nação. Dessa forma, podemos trabalhar com a hipótese de que a vaidade política do Presidente do Estado explicaria o silêncio com relação à EAA-ES, uma vez que tal empreendimento, não sendo uma iniciativa de seu governo, competiria com seus feitos, os quais o Presidente do Estado sempre fez questão de destacar e glorificar.

E ao pensarmos na possibilidade de que Jeronymo Monteiro não apreciava a modalidade de ensino ofertada na EAA-ES, constatamos que tal suposição não tem fundamento, pois, como um de seus últimos feitos no governo do estado, o

Presidente fez contribuição monetária para a instituição de um estabelecimento de ensino profissional em moldes semelhantes ao da EAA-ES:

[...] esse instituto, que deverá ser puramente profissional, dispondo de internato e externatos, não poderá ser fundado, certamente, com essa contribuição; entretanto, lançada a idéa, estou certo de que será bem acolhida e será levada avante pelo espirito nimamente caridoso dos meus compatriícios. Assim, em breve, poderemos ter um bello refugio humanitario para abrigar os nossos pequenos conterraneos, desfavorecidos da fortuna e para fazer delles cidadãos uteis á sociedade e á Patria (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 525/526).

Esta ideia não foi concretizada nem por Jeronymo Monteiro e nem pelos seus sucessores, mas, a necessidade de tal empreendimento no âmbito estadual continua presente nos discursos. E é dessa forma que Bernardino Monteiro, quando Presidente do Estado, discorre sobre essa necessidade: “[...] a escola profissional é o ambiente naturalmente indicado para retemperar a juventude, e já é tempo do Espírito Santo fixar o typo de seu operario” (ESPÍRITO SANTO, 1918, p. 69).

Nessa observação, Bernardino Monteiro parece ignorar a existência da EAA-ES, ou, não está seguro quanto ao profissional formado por esta instituição. É fato, como já vimos, que a EAA-ES, bem como suas congêneres em outros estados, não atendia às necessidades da indústria que se pretendia implantar, pois, suas atividades se limitavam ao ensino de atividades artesanais. Mas, também é fato que essa indústria estava longe de ser uma realidade no Espírito Santo.

Também o Presidente do Estado Nestor Gomes discursa sobre a necessidade de o estado implantar o ensino profissional, para, segundo ele, os menores pobres pudessem se encaminhar melhor na vida. Entretanto, fica a cargo deste Presidente a exceção quanto ao silêncio, que perdurou durante toda a Primeira República nos discursos dos governantes do estado, no que se refere à EAA-ES. Ao discorrer sobre a falta de apoio material do Presidente da República para com o estado do Espírito Santo, Nestor Gomes relata que as repartições federais nele instaladas necessitam urgentemente de reformas e funcionários, e que a única repartição federal em que os serviços são dignos de louvor é a EAA-ES. Mas, deixa claro que tal sucesso se deve aos seus funcionários, que são em sua maioria espírito-santenses. Assim diz o Presidente: “[...] a Escola Artifices, tão sómente, realiza os beneficios a que foi destinada, entregues todas, entretanto, a funcionarios dos mais distinctos e dos mais capazes” (ESPÍRITO SANTO, 1921, p. 9).

É preciso considerar que as EAA's eram instituições federais, e apesar dos apelos para que os governos estaduais e municipais contribuíssem para manutenção e desenvolvimento dessas instituições, a responsabilidade sobre elas era unicamente federal. Mas ainda assim esse silêncio do governo estadual nos chama a atenção, principalmente o governo de Jeronymo Monteiro. Se sobre os demais não é possível aferir com certa segurança os motivos que justificam tal silêncio, sobre o governo desse Presidente podemos ousar mais em nossas conclusões. Isso porque os documentos nos mostram a presença deste em diversas situações importantes na EAA-ES, como sua inauguração e na visita de dois Presidentes da República.

Dessa forma, a vaidade política, já mencionada desse Presidente do Estado, se evidencia à medida em que constatamos em seus relatórios, que ao relatar as visitas dos Presidentes da República, Jeronymo Monteiro faz questão de citar outras inaugurações realizadas na presença dos referidos, “esquecendo” da EAA-ES. No caso de Nilo Peçanha, é evidenciada a inauguração da linha férrea entre Matilde e Cachoeiro de Itapemirim (ESPÍRITO SANTO, 1910), e no caso do Marechal Hermes da Fonseca, a inauguração dos bondes elétricos (ESPÍRITO SANTO, 1913). Ambas inaugurações citadas foram empreendimentos do governo estadual, ficando clara a intenção de Jeronymo Monteiro de deixar em primeiro plano as realizações que estavam sob sua competência, em detrimento das demais. Outro fato que atesta o aspecto vaidoso de sua personalidade, é que o prédio em que estava instalada a EAA-ES, foi fornecido pelo seu governo, e, no entanto, tal doação não consta em nenhuma de suas mensagens e nem no seu detalhado relatório final. Tal doação só pode ser aferida no relatório de vistoria da EAA-ES de 1910, no qual o inspetor agrícola, encarregado para tal, relata que apesar das condições impróprias do prédio em que estava instalada a instituição, esse era um dos melhores da capital, tendo sido doado pelo Presidente do Estado (ESCOLA..., 1910c).

É preciso considerar que, de certa forma, é natural no meio político dar ênfase aos feitos próprios em detrimento daqueles realizados por outra esfera do poder. No entanto, a nosso ver, Jeronymo Monteiro parece ir além do simples jogo político entre esferas do poder. Sueth e outros (2009) sugerem que o Dr. José Francisco Monjardim, primeiro Diretor da EAA-ES, não foi escolhido para dirigir essa escola por Jeronymo Monteiro, prática comum em outros estados. De acordo com esses

pesquisadores, Dr. José Francisco Monjardim fazia parte de um grupo opositor ao Presidente do estado.

No período anterior a eleição de Jeronymo Monteiro, o estado do Espírito Santo vivenciava uma grande disputa política entre, de acordo com Suth e outros (2009), os jeromistas e os monizistas. O primeiro grupo tinha Jeronymo Monteiro como principal representante, e acabou eleito Presidente do Estado. O principal líder do segundo grupo era Moniz Freire, que já havia governado o estado por dois mandatos.

Nessa briga política, de acordo com Sueth e outros (2009), o Dr. José Francisco Monjardim era partidário dos monizistas, inimigos políticos de Jeronymo Monteiro. Dessa forma, percebemos que o silêncio em relação à EAA-ES por parte de desse Presidente do Estado era motivada por uma disputa interna de poder.

A despeito do silêncio do então Presidente do Estado, a EAA-ES fez parte do cenário espírito-santense construindo sua história que é estudada nesse trabalho. No próximo capítulo, procuramos revelar histórias da EAA-ES a partir do que ela produziu para se registrar.

CAPÍTULO 4 – A Escola de Aprendizes Artífices no Espírito Santo por si própria

Criada por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, que também criou outras 18 escolas congêneres, a EAA-ES foi inaugurada no dia 24 de fevereiro de 1910, num momento de grande otimismo no estado do Espírito Santo. Sendo o Presidente do Estado nesse momento o Sr. Jeronymo Monteiro, o estado passava por consideráveis transformações, principalmente sua capital, Vitória, tanto no que se refere à infraestrutura como às orientações políticas.

Considerado portador de uma personalidade vaidosa, como observa Pires (2006), Jeronymo Monteiro procurou dar nova face à capital do estado por meio do seu embelezamento e do aprimoramento de sua infraestrutura. Como já observado anteriormente, a vaidade política desse Presidente pôde ser constatada pela forma como ele se absteve de relatar a EAA-ES.

Verificado por outras formas, que não o discurso oficial desse Presidente, observamos que o primeiro prédio em que ficou instalada a EAA-ES foi doado por Jeronymo Monteiro (ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES – ESPÍRITO SANTO, 1909-1923). Em comum com a maioria das EAA's, essa escola funcionava em condições impróprias, uma vez que, como observa o Inspetor Agrícola João A. Tavares, o edifício cedido, apesar de ser um dos melhores da capital, era “acanhado” para os propósitos de tal instituição.

Esse primeiro edifício (Fotografia 2) estava localizado na Rua Presidente Pedreira nº 13, na região do Parque Moscoso. De acordo com Sueth e outros (2009), uma área nobre da cidade. Mais tarde, em 1917, a EAA-ES mudou para outro prédio (Fotografia 3), na mesma rua, nº 150, onde permaneceu até 1942.



Fotografia 2 – Primeiro prédio onde foi instalada a EAA-ES
 Fonte: Arquivo do Ifes (autoria desconhecida)



Fotografia 3 – Segundo prédio onde foi instalada a EAA-ES
 Fonte: Arquivo do Ifes (autoria desconhecida)

O primeiro Diretor da EAA-ES foi o Dr. José Francisco Monjardim, que permaneceu no cargo até o ano de 1932, compreendendo, dessa forma, todo o período por nós estudado. De acordo com Sueth e outros (2009), José Francisco Monjardim estudou Direito nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. Foi Deputado Federal por diversos mandatos e já havia exercido o cargo de Presidente do município de

Vitória. De acordo com esses pesquisadores, José Francisco Monjardim foi escolhido diretor da EAA-ES devido à influência política de sua família no estado, situação comum em outras unidades das EAA's pelo país, como observado por Cunha (2000a).

Mas, apesar da influência política de sua família, é preciso considerar, como apontado por Sueth e outros (2009), que José Francisco Monjardim fazia parte de um grupo político opositor ao então Presidente do Estado, Jeronymo Monteiro. Considerando que, apesar de estarem vinculadas ao Governo Federal, as EAA's em geral careciam de atenção da União podemos supor que a EAA-ES em seus anos iniciais, principalmente, ficou desprovida de atenção tanto no âmbito federal como no estadual.

Na verdade, essa era a realidade da maioria das EAA's no Brasil. Discorrendo sobre a EAA do Ceará, Madeira (1999) observa que as EAA's foram uma instituição pública apenas pela iniciativa de sua criação e regulamentação, fora isso, essas escolas eram mantidas na base do improvisado. Para essa pesquisadora “[...] não é tão difícil prever o futuro de uma instituição que não tinha orçamento definido para se manter e, além disso, contava com professores e mestres que, além de mal remunerados, eram desprovidos de uma formação adequada” (p. 124-125).

Considerando essas dificuldades enfrentadas pelas EAA's em geral, Isaltina Paoliello (ESCOLA TÉCNICA DE VITÓRIA, 1979) salienta o grande papel desempenhado por José Francisco Monjardim na função de Diretor da EAA-ES:

[...] seu trabalho merece nossa homenagem e reconhecimento, pois lutou numa época em que se ‘fazia ensino no escuro’, não havia definição do que ser ensinado... como ensinar... que professores contratar... E, assim, o trabalho do Dr. JOSÉ FRANCISCO MONJARDIM marcou profundamente a história de vida da nossa Escola, como exemplo de luta, de dinamismo e perseverança para os outros diretores que aqui vieram dar também a sua parcela para engrandecimento do Ensino Industrial Capixaba (p. 26/27).

Mas, a despeito das dificuldades, a EAA-ES esteve presente no cenário espírito-santense que vem sendo “redescoberta” por pesquisadores que se interessam por essa instituição. De nossa parte, procuramos contribuir com o que já vem sendo produzido. Nesse capítulo, buscamos revelar novas histórias a partir dos documentos produzidos pela EAA-ES e que foram preservados.

De acordo com Ciavatta (2007), os registros históricos das escolas em geral, na maioria das vezes, limitam-se a dados quantitativos como matrícula, frequência e aproveitamento. Com a EAA-ES a situação não é muito diferente, o que dificulta um pouco na reconstrução da memória da mesma, mas, não impede que busquemos nas linhas e entrelinhas, como diz a pesquisadora, “[...] a memória negada, mas não apagada” (p. 1). Dessa forma, dividimos este capítulo em duas partes, de acordo com o tipo de fonte, buscando outras histórias da EAA-ES nas matrículas e nas portarias.

4.1 A Escola de Aprendizes Artífices no Espírito Santo em matrículas

Foram preservados dois livros de matrículas da EAA-ES. O primeiro refere-se ao registro dos alunos matriculados nas oficinas ofertadas no período de 1913 a 1920, onde constam os seguintes dados: nome do aprendiz, idade, filiação, naturalidade (estado ou país), se frequenta o curso primário e/ou de desenho, ano do curso (1º, 2º 3º ou 4º), data da matrícula e observações.

O segundo traz o registro dos alunos matriculados nos Cursos Noturnos de Aperfeiçoamento no período de 1918 a 1930, com os seguintes dados: nome, idade, filiação, naturalidade (estado ou país), ano do curso (1º, 2º, 3º ou 4º), data da matrícula e observações.

Como na maioria das EAA's, as oficinas ofertadas pela EAA-ES não tinham caráter industrial. Com exceção da oficina de eletricidade, as demais tinham caráter artesanal, quais sejam, alfaiataria, sapataria, carpintaria e marcenaria e ferraria e fundição. Recordando que o Decreto de criação das EAA's (BRASIL, 1909) recomendava a observação, quando possível, das especificidades de cada estado nas demandas de mão de obra das indústrias locais, era previsível que no Espírito Santo as oficinas não poderiam ter um caráter industrial. Sendo o estado, no período de instalação das EAA's e por um longo tempo depois, caracterizado pela economia essencialmente agrícola, baseada na exportação do café, principalmente, não havia

necessidade de uma mão de obra especializada para a indústria. Além disso, os poucos estabelecimentos industriais com que contavam o estado, estavam instalados no Vale do Itapemirim, e não na região da capital onde a EAA-ES foi instalada. A exceção da oficina de eletricidade, a nosso ver, se justificou no fato de nesse período ter sido a capital do estado atendida com luz elétrica.

Assim, observando os livros de matrícula da EAA-ES, percebemos que a questão que afligia os Ministros dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, referente à evasão dos aprendizes, também pôde ser percebido nessa unidade da EAA. O volumoso e promissor número de matrículas (Tabela 15), se comparado a outras EAA's, logo se revelava diminuto com o grande número de desistências (Tabelas 16,17,18,19 e 20).

Tabela 15 – Número de aprendizes matriculados por ano nas Oficinas da EAA-ES (1913-1920)

Ano	Oficina					Total
	Carpintaria e Marcenaria	Alfaiataria	Ferraria e Fundição	Eletricidade	Sapataria	
1913	55	34	14	13	12	128
1914	53	25	11	8	6	103
1915	49	24	20	5	7	105
1916	45	21	23	3	9	101
1917	59	24	20	13	16	132
1918	58	16	22	1	21	118
1919	44	17	23	1	18	103
1920	36	15	20	-	11	82

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1913-1920)

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 16 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Carpintaria e Marcenaria da EAA-ES por anos do curso (1913 a 1920)

Ano	Ano do Curso				Total
	1º	2º	3º	4º	
1913	30	10	15	-	55
1914	28	13	11	1	53
1915	19	17	11	2	49
1916	22	12	6	5	45
1917	35	8	11	5	59
1918	37	9	6	6	58
1919	30	8	3	3	44
1920	24	7	2	3	36

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1913-1920)

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 17 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Alfaiataria da EAA-ES por ano do curso (1913 a 1920)

Ano	Ano do Curso				Total
	1º	2º	3º	4º	
1913	11	14	9	-	34
1914	11	9	1	4	25
1915	13	3	5	3	24
1916	12	5	-	4	21
1917	16	2	4	2	24
1918	10	5	1	-	16
1919	13	1	3	-	17
1920	8	5	1	1	15

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1913-1920)

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 18 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Ferraria e Fundição da EAA-ES por ano do curso (1913 a 1920)

Ano	Ano do Curso				Total
	1º	2º	3º	4º	
1913	10	-	4	-	14
1914	7	1	1	2	11
1915	8	5	4	3	20
1916	14	5	2	2	23
1917	10	3	5	2	20
1918	9	5	4	4	22
1919	12	2	5	4	23
1920	11	5	2	2	20

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1913-1920)

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 19 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Eletricidade da EAA-ES por ano do curso (1913 a 1920)

Ano	Ano do Curso				Total
	1º	2º	3º	4º	
1913	4	5	4	-	13
1914	4	2	2	-	8
1915	2	1	1	1	5
1916	2	-	-	1	3
1917	11	2	-	-	13
1918	1	-	-	-	1
1919	1	-	-	-	1
1920	-	-	-	-	-

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1913-1920)

Nota: dados adaptados pela autora

Tabela 20 – Número de aprendizes matriculados na Oficina de Sapataria da EAA-ES por ano do curso (1913 a 1920)

Ano	Ano do Curso				Total
	1º	2º	3º	4º	
1913	5	3	3	-	12
1914	2	2	2	-	6
1915	4	1	1	1	7
1916	5	2	-	2	9
1917	13	2	1	-	16
1918	17	2	1	1	21
1919	14	1	1	2	18
1920	8	2	-	1	11

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1913-1920)

Nota: dados adaptados pela autora

Assim, observamos que o número de alunos que concluíam o curso era muito distante daquele número que ingressavam. Tal situação também é observada nos cursos de aperfeiçoamento noturno (Tabela 21).

Tabela 21 – Número de alunos por ano do curso matriculados no Curso Noturno de Aperfeiçoamento da EAA-ES (1918 a 1930)

Ano	Ano do Curso				Total
	1º	2º	3º	4º	
1918	38	-	-	-	38
1919	64	-	-	-	64
1920	33	11	-	-	44
1921	29	5	4	-	38
1922	31	7	5	2	45
1925	26	13	3	-	42
1927	49	3	3	-	55
1928	51	6	1	-	58
1929	55	3	-	1	50
1930	42	7	-	1	50

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1918-1930)

Nota¹: dados adaptados pela autora

Nota²: nos anos de 1923, 1924, e 1926 não foram registrados os dados referente ao ano do curso em que o aluno foi matriculado

Os cursos noturnos de aperfeiçoamento que inicialmente eram destinados aos alunos matriculados nas oficinas, posteriormente, foram facultados à matrícula de outras pessoas, que não aprendizes da escola, bem como para maiores de 16 anos. Assim, indivíduos de outras faixas etárias (Tabela 22), que não entre 10 e 16 anos, frequentavam a EAA-ES.

Tabela 22 – Faixa etária dos alunos matriculados no Curso Noturno de Aperfeiçoamento da EAA-ES (1918 a 1930)

Ano	Menores de 18 anos	De 18 a 21 anos	Maiores de 21 anos	Total
1918	29	6	3	38
1919	42	15	7	64
1920	27	13	4	44
1921	28	8	2	38
1922	23	20	2	45
1923	37	18	6	61
1924	30	12	5	47
1925	20	19	3	42
1926	26	21	28	75
1927	24	18	13	55
1928	31	14	13	58
1929	17	21	21	59
1930	25	15	10	50

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1918-1930)

Nota: dados adaptados pela autora

Recordando que, nesse período, a segunda geração da intelectualidade republicana via o analfabetismo como um entrave para o progresso do país, as EAA's, e também a EAA-ES, foram locais de estratégia para alfabetizar a população. Considerando que os níveis de analfabetismo no Espírito Santo, bem como em todo o país tinham índices alarmantes, além de observarmos a procura de pessoas de outras faixas etárias pelo ensino primário, observamos, também, que a imensa maioria dos alunos que estavam matriculados nas oficinas frequentavam os cursos primário e de desenho (Tabela 23), sendo o primeiro para os que se matriculavam analfabetos, e o segundo para os que não tinham conhecimentos suficientes nessa disciplina.

Tabela 23 – Número de alunos matriculados nas oficinas da EAA-ES que frequentavam os cursos primário e/ou desenho (1913-1920)

Ano	Alunos Matriculados	Apenas Primário	Apenas Desenho	Ambos	Nenhum
1913	128	-	4	124	-
1914	103	-	-	103	-
1915	105	-	-	105	-
1916	101	-	-	101	-
1917	132	-	2	130	-
1918	118	-	-	118	-
1919	103	-	-	103	-
1920	82	-	-	82	-

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito santo) (1920)

Nota: dados adaptados pela autora

Assim, de acordo com os números observados, percebemos na EAA-ES, de maneira contundente, um dos problemas recorrentes nas EAA's que preocupavam os diversos Ministros que estiveram à frente do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio durante o período estudado. A EAA-ES não foi capaz, de maneira geral, de formar cidadãos “úteis à nação” na perspectiva da segunda geração da intelectualidade. Pode ter contribuído para, como disse o Ministro Idelfonso Simões Lopes (BRASIL, 1921, p. 458), “[...] arrancar mais um analfabeto da legião de muitos mil de que se compõe infelizmente a grande maioria da população nacional”. Porém, esse papel outras escolas já faziam, não sendo necessário todo o aparato complicado das EAA's para tal fim.

4.2 A Escola de Aprendizes Artífices no Espírito Santo em portarias

O Livro de Portarias da EAA-ES contém as portarias internas dos anos de 1911 a 1931 emitidas pelo Diretor dessa escola. Numeradas de maneira corrente entre os anos de 1911 a 1913, a partir de 1914 passaram a ser numeradas por ano, assim,

na tabela 24, apresentamos o número de portarias emitidas durante o período estudado.

Tabela 24 – Número de Portarias Internas emitidas pela EAA-ES durante o período de 1911 a 1930

Ano	Numeração	Número de Portarias
1911	1 a 7	7
1912	8 a 20	13
1913	21 a 29	9
1914	1 a 16	16
1915	1 a 16	16
1916	1 a 6	6
1917	1 a 8	8
1918	1 a 6	6
1919	1 a 12	12
1920	1 a 8	8
1921	1 a 18	18
1922	1 a 21	21
1923	1 a 10	10
1924	1 a 7	7
1925	1 a 3	3
1926	1 a 12	12
1927	1 a 3	3
1928	1 a 10	10
1929	1 a 5	5
1930	1 a 4	4

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito Santo), (1911-1931)

Nota: dados adaptados pela autora

As portarias expedidas pelo Diretor da EAA-ES, Dr. José Francisco Monjardim, durante o período estudado, são reveladoras de diversas situações vivenciadas por essa escola. Dessa forma, organizamos tais portarias de acordo com os assuntos discriminados na Tabela 25.

Tabela 25 – Principais assuntos das Portarias Internas emitidas pela EAA-ES entre os anos de 1911 a 1930

Assunto	Quantidade
Nomeação/ rescisão/ suspensão de servidores	60
Comunicados/determinações/recomendações/convocações	48
Concessão de férias ou licença	37
Eliminação de alunos	22
Premiação/homenagem alunos e/ou servidores	6
Outros	21

Fonte: Escola de Aprendizes Artífices (Espírito Santo), (1911-1931)

Nota: dados adaptados pela autora

Assim, no primeiro grupo, estão aquelas que se referem à nomeação, rescisão e suspensão de servidores. Emitidas, em sua maioria, para dar posse a algum novo servidor ou para rescisão de contrato, nos chamou a atenção algumas portarias que suspendiam servidores por insubordinação e/ou indisciplina. Tal situação é reveladora de que o regime disciplinar na EAA-ES se aplicava não somente aos alunos, como veremos mais adiante, mas também aos funcionários da escola. Nas referidas portarias não é possível identificar qual ato, ou atos, representaram naquele momento o que foi descrito como insubordinação e/ou indisciplina, mas nos dá uma ideia de que o regime praticado na EAA-ES era de manutenção da ordem instituída. Essas suspensões foram destinadas para porteiros e professores.

No segundo grupo estão os comunicados, as determinações, as recomendações e as convocações do Diretor da EAA-ES. Assim, podemos observar nesse grupo, as portarias referentes a alterações nos horários de aulas, agendamento dos exames finais dos alunos, reprodução de mensagens do Ministro, entre outros. Observamos ainda que, por meio de portarias, o Diretor da EAA-ES determinava a realização de eventos cívicos em homenagem a diversos momentos e/ou personagens republicanos. Assim, na portaria nº 12 de 12 de fevereiro de 1912:

[...] Victoria, 12 de fevereiro de 1912. O Director da Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Espírito Santo: Transmittindo, hoje, a todo o pessoal desta Escola, o telegrama hontem recebido do Sr. Secretario do Exmo Sr. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, de ordem de S. Ex^a, communicando o doloroso passamento do eminente Estadista Exmo. Sr. Baarão de Rio Branco, antes de mais nada deve communicar que, como brasileiro, e chefe de uma Repartição Federal, ao ter noticia de tão grande perda,

desde ante-homtem mandou içar a bandeira nacional em funeral, cerrando as portas da mesma Repartição. Agora cumpre-lhe determinar, em virtude das recommendações do Exmo. Sr. Ministro, que a bandeira se conserve acirrada em funeral durante o praso do luto decretado pelo Governo da Republica, e que sejam suspensos os trabalhos de expediente durante os dias de hoje e amanhã, por ser o do enterro do benemerito e inolvidavel patricio Sr. Barão do Rio Branco; que todos os funcçionarios desta Escola tomem luto e assim se conservem durante oito dias; e finalmente todo o pessoal, solidario com esta Directoria, se associe a todas as manifestações officiaes de pesar pela imensa perda que a nossa Patria acaba de sofrer. Taes são as ordens a transmittir, como Chefe desta Repartição Federal, significando a nossa solidariedade com o grande luto nacional; porem ainda esta Directoria confia que cidadãos brasileiros, como todos somos, sentindo-nos profundamente consternados – saiba cada qual expontaneamente render a tão sagrada memoria do *Primus inter pares* da nossa nacionalidade as mais significativas homenagens de saudade, de estima, de respeito e gratidão. O que cumpra-se (Assignado) O Director José F. Monjardim. A presente Portaria foi lida, perante todo o pessoal da Escola na Secretaria, e immediatamente todos os funcçionarios se revestiram de luto, conservando-se todas as portas cerradas, o pavilhão nacional em funeral, ficando suspenso o expediente, em memoria do extincto e inolvidavel Exmo. Sr. Barão do Rio Branco. Secretaria da Escola de Aprendizizes Artifices, em Victoria, 12 de Fevereiro de 1912. O Escriptuario, Benigno Soares Vidigal.

Nesse sentido, diversas outras portarias determinavam tais eventos cívicos, sempre procurando exaltar as “coisas” e/ou personagens republicanos. Recordando que as EAA's em geral foram, a nosso ver, um projeto para a modernidade, é interessante observar os artifícios utilizados pela intelectualidade para exaltar a República, buscando dessa forma, forjar uma representação do mundo social.

No terceiro grupo, referente à concessão de férias ou licença, nos chamou a atenção o número de licenças concedidas para tratamento de saúde, sendo que, das 22 portarias, 15 foram emitidas entre os anos de 1917 e 1922. O estado do Espírito Santo por diversas vezes esteve sob ameaça de algum tipo de epidemia, no entanto, sobre o período referido, não encontramos nos relatórios e mensagens dos Presidentes do estado, nenhuma situação de alarme quanto a surtos epidêmicos, apenas alguns casos pontuais. Poderíamos pressupor que, na busca por apresentar o estado em sua positividade, alguma suposta epidemia pode ter sido silenciada, no entanto, tal constatação exigiria uma pesquisa mais detalhada nesse sentido, e que não estava em nossos planos.

O quarto grupo estão as portarias que determinam a eliminação de aluno (s). Dois motivos levavam à eliminação dos alunos: ter mais de trinta faltas ou a indisciplina. O primeiro motivo eliminou diversos alunos, pois, como já abordado anteriormente, a evasão era um dos principais problemas vivenciados pelas EAA's em geral. Chamou a atenção a não observância do Diretor da EAA-ES à determinação do Ministro dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio que, por meio do Ofício nº 308, da seção industrial, de 31 de julho de 1918, de que doze alunos que haviam sido eliminados por mais de trinta faltas, perdessem apenas o ano e não a matrícula. Pode ser que o Diretor tenha acatado a determinação, e, não registrado no livro de portarias, não sendo possível, dessa forma, aferir se foi insubordinação ou esquecimento.

Quanto ao segundo motivo, Cunha (2000a) já havia relatado o fato de que os padrões disciplinares nas EAA's teriam sido bastante severos. No entanto, poucos foram os dados coletados que pudessem dar um panorama mais detalhado da situação. Na EAA-ES, a eliminação de aprendizes “para o bem da disciplina” foi atitude corrente. Assim, em uma mesma portaria, mais de um aprendiz era eliminado, como podemos observar na Portaria nº 7, de 17 de agosto de 1914:

[...] Victoria, 17 de Agosto de 1914. O Director da Escola de Aprendizes Artífices: Uzando das attribuições que lhe são conferidas por lei; Resolve excluir, a bem da disciplina da Escola, os aprendizes artífices Emygdio da Penha nº 62, do 1º anno, e Severiano Rodrigues dos Santos do 2º anno, nº 30, ambos da officina de Alfaiataria, visto tornasem-se incorrigiveis e serem de pessima conducta, e nenhum aproveitamento nas aulas e oficinas. Dê-se sciencia aos professores e adjuntos dos Cursos Primario e de Desenho e aomestre da officina de Alfaiataria. Publique-se. O que Cumpra-se. (Assignado) O Director, José F. Monjardim.

Na maioria das portarias não é possível identificar os reais motivos que levaram à eliminação do aluno, apenas é sempre relatado que a eliminação é “para o bem da disciplina”. Pinto (2006), ao relatar os motivos que levavam à expulsão de alunos da EAA-ES, ou antes disso uma suspensão, eram atitudes que, a seu ver, poderiam ser consideradas ingênuas, dessa forma,

[...] levar as sobras da comida do refeitório para casa dentro de uma lata, era motivo para suspensão de alunos. As lutas corporais entre alunos eram punidas com o mesmo rigor, mesmo que ocorressem no ambiente externo à escola. A reincidência em situações associadas à indisciplina era punida com a expulsão do aluno (p. 70).

Não conseguimos identificar a fonte da qual Pinto (2006) conseguiu tais informações. Nesse sentido, apresentamos suas colocações apenas como suposição do que poderia levar a eliminação ou suspensão dos aprendizes. Sobre o que podemos aferir, destacamos dois casos de eliminação, os quais, as portarias foram claras quanto aos motivos. Assim, a Portaria nº11 de 1923, além de eliminar dois aprendizes, relata que esses dois foram entregues à força policial, pois haviam furtado materiais e equipamentos das oficinas e vendidos a terceiro. Tal portaria relata que os bens suprimidos foram recuperados. Pelo mesmo motivo, furto de objetos de oficina, um aprendiz foi eliminado por meio da Portaria nº 1 de 1929, no entanto, não há informação se esse aprendiz também foi entregue à força policial.

De qualquer forma, o rígido tom disciplinar da EAA-ES pode ser observado na organização dos sinais para entrada e saída das aulas:

[...] Portaria nº 11. Victoria, 3 de setembro de 1914. O Director da Escola de Aprendizes Artífices no Estado do Espírito Santo, usando das attribuições que lhe são conferidas por Lei: E considerando que se torna necessario a bem da ordem e da disciplina dos trabalhos, regularizou os toques da Sineta desta Escola, determina que sejam observados os toques seguintes: Nº 1 – Chamada da officina de Carpintaria e Marcenaria. 1 toque; Nº 2 – Chamada da officina de Alfaiataria. 2 toques; Nº 3 – Chamada da officina de Ferraria e Fundição. 3 toques; Nº 4 – Chamada da officina de Electricidade. 4 toques; Nº 5 – Chamada da officina de Sapataria. 5 toques; Nº 6 – Abertura da Escola (as 10 horas). 4 toques pausados e o ponto final; Nº 7 – Recreio. 6 toques, de does em does, com pausa, e o ponto final; Nº 8 – Fim do Recreio. 3 toques pausados e o ponto final; Nº 9 – Aula de Desenho. 2 toques compassados, mais 2 compassados e o ponto final; Nº 10 – Formatura Geral. 7 toques accelerados e o ponto final; Nº 11 – Chamada Geral, de ordem do Director. 1 toque de pausa, como atenção 6 toques seguidos e compassado e o ponto final; Nº 12 – Chamada de anos no Curso Primario. 1 toque (pausa) e mais 2 toques; Nº 13 – Suspensão das officinas ás 4 horas. 9 toques seguidos accelerados e o ponto final; O que cumpra-se. Assignado O Director, José F. Monjardim

Da mesma forma que se procurava punir aqueles que não se adequavam à ordem disciplinar da EAA-ES, aqueles que se destacavam positivamente eram premiados. Assim, no quinto grupo reunimos as portarias que homenageavam e/ou premiavam, tanto aprendizes como funcionários, por feitos honrosos. Assim, na Portaria nº 13, de 19 de novembro de 1914, aproveitando-se de um momento cívico, resolve premiar alguns aprendizes com uma promoção:

[...] Portaria nº 13. Victoria 19 de Novembro de 1914. O Director da Escola de Aprendizizes Artífices do Estado do Espírito Santo: Uzando das attribuições que lhe são conferidas por lei; e Considerando que, em homenagem á inovidavel data que se consagra á Festa da Bandeira, e como estímulo aos alumnos devem ser premiados o merito, trabalho e o aproveitamento de cada um; Considerando que taes prêmios, são dignos os alumnos e aprendizizes artífices abaixo nomeados: Resolve estabelecendo uma gradação justa, promover: A sub contra-mestre: [...] de Alcantara Soares, Eugenio Campos Telles, Armando Moreira de Oliveira, José Romancio do Nascimento e Mario Passos Costa. A auxiliares: [...] Faria dos Santos, Luiz Manoel do Bonfim, Antonio Pinto dos Anjos, Gentil [...] Bittencourt, Brazilitar Francisco da Conceição, José Salles, Manuel Freire Wanzoller e Custodio Rodrigues Vieira, todos da officina de Carpintaria e Marcenaria – nº 1. A sub contra-Mestre: Egydio Mannato, Mauricio Pinto da Silva e José Gomes Piza, todos da officina de Alfaiataria nº 2. A contra-mestre: Valeriano Borges, - A sub contra-mestre: Hortilio Borges, - A auxiliares: João Pereira Porto, Antonio Barcellos de Oliveira, Pedro de Siqueira Patrocinio, Dorotheu Viciro Dantas e João de Deus Sousa. Todos da officina de Ferraria e Fundição. O que cumpra-se. O Director. (Assigando) José F. Monjardim.

No último grupo, estão incluídas portarias diversas referente a pagamento de diárias aos aprendizizes, regulamentação de ponto de funcionários, transferência de aprendizizes de officina, entre outros.

Enquanto parte de um projeto maior, a EAA-ES procurou, a seu modo, cumprir o papel a que estava destinada. Tendo vivenciado problemas semelhantes ao da maioria das EAA's, a EAA-ES foi presença na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, mesmo com a tentativa de “silenciamento” pelo governo do estado. Como gestor da EAA-ES, o Dr José Francisco Monjardim pareceu compartilhar dos ideais de modernidade da intelectualidade republicana e, dessa forma, procurou pautar suas ações na execução das funcionalidades das EAA's. Assim, concluímos nosso trabalho, certos de que alguma lacunas forma deixadas, enquanto outras preenchidas, e desse modo, passamos para nossas considerações finais, procurando resgatar as “histórias” aqui construídas e apontando para novas possibilidades de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo que iniciamos nossa pesquisa, a partir das leituras iniciais, foi possível pressupor que a Rede Federal de Educação Profissional foi um dentre outros projetos que estavam inseridos num propósito maior que foi a construção da nação brasileira a partir da ideia de modernidade corrente na época. Na busca de identificar quais representações de progresso, de trabalho e de educação apropriados pela intelectualidade que criaram as EAA's, representantes iniciais da Rede Federal de Educação Profissional, bem como as ações gestadas (práticas) a partir dessas representações apropriadas, identificamos um movimento, no sentido de se pensar e repensar tais categorias, que, por algumas vezes, tiveram alterações em suas apropriações. Assim, procurando entender esse movimento, nossas pesquisas nos levaram a Luca (1999) que, de maneira interessante, divide a intelectualidade da primeira República em três diferentes, mas não contrárias, de certa forma, gerações.

Assim, em nossas pesquisas sobre a Rede Federal de Educação profissional, observamos que a idealização, a criação e a remodelação das EAA's guardam significativa correspondência com os três momentos educacionais apontados por Carvalho, bem como, como já observado, com as três gerações da intelectualidade reveladas por Luca (1999).

Dessa forma, sem desconsiderar o pressuposto do qual partimos, identificamos em nossa pesquisa que a Rede Federal de Educação Profissional foi de fato um projeto dentre outros de construção da nação. No entanto, essa nação ao ser pensada e repensada pelas diferentes gerações da intelectualidade da chamada Primeira República, também pensou e repensou seus projetos para construção da nação. Assim, para a primeira geração da intelectualidade que idealizou a Rede Federal de Educação Profissional, as escolas que comporiam essa rede seriam um projeto de construção da nação a partir da ideia de que a formação de uma mão de obra qualificada propiciaria o desenvolvimento industrial do Brasil. A segunda geração, diante das questões vivenciadas, ao se apropriarem da escola pensada pela primeira, criou as EAA's procurando definir outras funcionalidades para essas escolas, buscando, dessa forma, disseminar uma nova ordem, cujo objetivo da

instituição era adestrar uma massa de trabalhadores moldados na perspectiva do trabalho disciplinado e da manutenção da ordem, configurando-se, assim, também, e em outros termos, como um projeto para modernidade. A terceira geração, incomodada com os rumos que a República tomava, influenciou na remodelação das EAA's, de modo que buscou-se a formação integral dos aprendizes artífices a partir de uma nova concepção de educação disseminada por essa terceira geração. Em comum às três gerações da intelectualidade republicana, vemos a ideia de que o Brasil, como sugere Leite (2003), estava “desajustado”, mas, destinado a um futuro glorioso.

Assim, com relação à Rede Federal de Educação Profissional, trazemos como contribuição ao crescente elenco de produções sobre as EAA's, a compreensão de que as intencionalidades dessa rede foram pensadas pela primeira geração de intelectuais republicanos, teve suas funcionalidades definidas pela segunda e foi repensada pela terceira geração que influenciou a remodelação dessa rede.

No que se refere à EAA-ES, observamos em nossa pesquisa que, de modo geral, elas apresentaram as mesmas dificuldades na execução de suas funcionalidades que as suas congêneres: falta de pessoal capacitado para atuar nas oficinas, prédio inapropriado, grande evasão dos aprendizes e dificuldade de apropriação pela população dos benefícios da instituição na perspectiva da intelectualidade do período. Como novidade, apontamos a tentativa de “apagamento” dessa por parte do governo do estado do Espírito Santo.

Entendemos que nossa pesquisa não esgota as “histórias” da EAA-ES. O considerável número de documentos resgatados para nosso trabalho não foram suficientemente explorados, deixando, dessa forma, material para futuras e ricas pesquisas. Além disso, é preciso considerar que a chamada Primeira república é um período de grande complexidade e diversidade histórica que também podem ser reveladas por meio do estudo das EAA's. Assim como a pesquisa da EAA-ES pode revelar histórias do estado do Espírito Santo nesse período.

Dessa forma, o recorte cronológico de nossa pesquisa, 1909 a 1930, apesar de reduzido quando comparado a outras pesquisas sobre a EAA-ES, revelou-se demasiado extenso considerando a riqueza dos fatos que envolvem esse período. Assim, a intenção é continuar nesse caminho, buscando em período mais reduzido

outras histórias da EAA-ES, para, posteriormente, buscar o entendimento das representações de progresso, de educação e de trabalho foram apropriadas pela intelectualidade da Era Vargas e as ações gestadas a partir dessas representações.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna 2006.
- AZEVEDO, André. Rodrigues Alves: a legitimação política pelo progresso material. In: PRADO, Maria Emilia (Org.). **Intelectuais e ação política**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 123-140.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org) **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. P. 23-79.
- BASTOS, Péricles Antônio Barra. **Escola de Aprendizes Artífices do Pará, 1909 - 1942: um estudo histórico**. 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.
- BOURDIEU, Pierre; CHATIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Ensaio Geral, 3). Tradução de: Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen.
- BRANDÃO, Marisa. Da Arte do Ofício à Ciência da Indústria: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da Educação Profissional. In: **Boletim Técnico do SENAC**, RJ, v.25, n.3, set/dez., 1999, p. 17 a 29.
- BUFFA, Ester. O público e o privado na educação brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.53-67
- CARVALHO, Marta Maria C. de. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e boteco**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difusão Editorial S. A. 2002. Tradução de: Maria Manuela Galhardo.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção Ensaio Geral). Tradução de: Cristina Antunes.
- CHARTIER, Roger. Aula Inaugural do Collège de France. In: ROCHA, João César de Castro (org.). **A força das representações: história e ficção**. Chapecó, SC: Argos, 2011a. p. 249-285. (Coleção Grandes Temas, 13). Tradução de: Pedro Armando de Almeida Magalhães.
- CHARTIER, Roger. O passado no presente: ficção, história e memória. In: ROCHA, João César de Castro (org.). **A força das representações: história e ficção**. Chapecó, SC: Argos, 2011b. p. 95-123. (Coleção Grandes Temas, 13). Tradução de: Pedro Armando de Almeida Magalhães.

CHARTIER, Roger. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: ROCHA, João César de Castro (org.). **A força das representações: história e ficção**. Chapecó, SC: Argos, 2011c. p. 21-53. (Coleção Grandes Temas, 13). Tradução de: Pedro Armando de Almeida Magalhães.

CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide S. da. **Celso Suckow da Fonseca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.acervo.epsjv.fiocruz.br/beb/textocompleto/010097>> Acesso em: 15 dez. 2012.

CIAVATTA, Maria. Arquivos da memória do trabalho e da educação - centros de memória e formação integrada para não apagar o futuro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo07/Maria%20Ciavatta%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

CORDEIRO, D.; COSTA, E. A. P. **Jovens Pobres e a Educação Profissional no Contexto Histórico Brasileiro**. Trabalho Necessário, Universidade Federal Fluminense, Ano 4, nº 4, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalho-necessario/TN04%20CORDEIRO,%20D.%20COSTA,%20E..pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CUNHA, Luiz. Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: Flacso, 2000a.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 89-107 maio/ago. 2000b. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf> Acesso em: 15 jan. 2012.

D'ANGELO, Márcia. **Caminhos para o advento da Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo (1910-1930)**: um projeto das elites para uma sociedade assalariada. 2000. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O Visgo Eteviriano**. Vitória, [s.n.], 1979.

FARIA FILHO, Luciano M. de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-150.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos Excluídos: a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba (1910-1940)**. João Pessoa (PB): sem editora, 2002. FONSECA. Celso Suckow da. **História do ensino profissional no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

GOMES, Luiz Cláudio G. **Imagens não Cotidianas: Escola de Aprendizizes Artífices de Campos (1910-1942)**. 2004. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 519-550.

GURGEL, Rita Diana de F. **A Escola de Aprendizes Artífices de Natal**: república, trabalho e educação (1909-1942). Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 347-370.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KUNZE, Nádia C. **A Escola de Aprendizes e Artífices de Mato Grosso (1909-1941)**. Cuiabá: CEFETMT, 2006. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, 2005.

LEITE, Juçara Luzia. “O Desengano Republicano”. In: **Cadernos Cinemaes**. Vitória, nov. 2003. Disponível em: www.maes.es.gov.br/cinemaes. Acesso em: 15 mar. 2012.

LESSA, José Silva. CEFET-BA – **Uma resenha histórica**: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica. Salvador: CCS/CEFET-BA, 2002.

LIMA, Marcelo. **Memória e Imagens do IFES**: cronologia, digitalização e transcrição das principais fontes historiográficas da EAAES ao CEFETES. Vitória, autor, 2011. Material coletado durante a tese de doutoramento pela UFF (Lima, 2004), 1 CD-ROM

LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo necessário para a formação profissional**: do modelo correcional-assistencialista das Escolas de Aprendizes e Artífices ao modelo tecnológico-fragmentário do CEFET do Espírito Santo. 2004. 293f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

LOBO, Lília F. **Os Infames da História**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUCA, Tanea R. de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: editora da UNESP, 1999.

MADEIRA, Maria das Graças de L. **Recompondo Memórias da Educação**: a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (1910-1918). Fortaleza: Gráfica do CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 1999.

- MENEZES, Lená M. de. Germano Hasslocher e Maurício de Lacerda: vozes dissonantes contra os arbítrios da expulsão. PRADO, Maria Emilia (Org.). **Intelectuais e ação política**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 211-239.
- MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOURA, Esmeralda B. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 6. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. p. 259-288
- NASCIMENTO, Osvaldo V. do. **Cem Anos de Ensino Profissional no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2007.
- NUNES, Clarice. (Des) Encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 371-398.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 9ª reimpr. da 5 ed de 1994 São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PANDINI, Sílvia. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná**: “viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928). 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- PATRÍCIO, Solange. **Educação para o trabalho**: a Escola de Aprendizes Artífices em Sergipe (1911-1930). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- PEREIRA, Bernadeth Maria. **A Escola de Aprendizes e Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET-MG, na voz de seus alunos pioneiros**. 2008. 381 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2008.
- PINTO, Antônio Henrique. **Educação Matemática para o Trabalho**: práticas escolares na Escola Técnica de Vitória (1960-1990). 2006. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual Paulista, Campinas, 2006.
- PIRES, Maria da Conceição F. Vitória do século XX: modernidade e modernização na construção da capital capixaba. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, n. 14, jan./jun. 2006.
- PRADO, Maria Emilia (Org.). **Intelectuais e ação política**. Rio de Janeiro: Revan, 2011a.
- PRADO, Maria Emilia. Alberto Torres e a responsabilidade do Estado na construção da nação. In: PRADO, Maria Emilia (Org.). **Intelectuais e ação política**. Rio de Janeiro: Revan, 2011b. p. 187-210.
- RIBEIRO, Maria Alice R. O Ensino Industrial: memória e História. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 209-227

RODRIGUES, Antônio Gerardo et al (Org.). **Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí: 90 anos de Ensino Profissionalizante**. Teresina: EdUFPI, 2002.

RODRIGUES, José. **Celso Suckow da Fonseca e sua “História do ensino industrial no Brasil”**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 4, p. 46-74, jul./dez. 2002.

SALIM, Maria Alayde A. A Política educacional no Espírito Santo na Primeira República: algumas reflexões sobre as Reformas Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1909) e Atílio Vivacqua (1928). In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória. VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil, 2011.

Samba enredo que homenageia o Ifes é escolhido. **Notícias do Ifes**, Vitória- ES, 14 set. 2009. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br/noticias/694-samba-enredo-que-homenageia-o-ifes-e-escolhido>>. Acesso em: 10 dez 2012.

SANTOS, Marco Antonio C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. p. 210-230.

SCHUELER, Alessandra F. M., MAGALDI, Ana Maria B. de M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectiva de pesquisa. **Revista Tempo** (UFF), Rio de Janeiro, nº 26, p. 32-45, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Ed. FGV, 1996. p. 231-269.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **A Escola de Aprendiz e Artífices do Amazonas. Os caminhos de sua implantação e consolidação: 1909-1942**. 2002. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval et AL. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006 (Coleção Educação Contemporânea)

SUETH, José Candido R. et al. **A Trajetória de 100 anos dos Eternos Titãs: da Escola de Aprendiz e Artífices ao Instituto Federal**. Vitória, ES: IFES, 2009.

VEIGA, Cynthia G. Educação estética para o povo. In: LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 399-422.

VEIGA, Cynthia G. História da Educação Social: um campo de investigação para a história da educação. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Ufes, 2011. 1 CD-ROM

VEIGA, Cynthia G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

VIDAL, Diana G. Escola Nova e processo educativo. In LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 497-517.

Fontes:

BRASIL. Decreto n.º 1.606, de 29 de dezembro de 1906. **“Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negocios da Agricultura, Indústria e Commercio**. 1906. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=59358>>. Acesso em 26 mar. 2012.

BRASIL. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. **“Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino primário e gratuito”**. 1909a. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/dec ret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 dez. 2011.

BRASIL. Decreto n.º 13.064, de 12 de Junho de 1918. **“Dá novo regulamento ás escolas de aprendizizes artífices”**. 1918. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/dec ret/1910-1919/decreto-13064-12-junho-1918-499074-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 fev. 2011.

BRASIL. Decreto n.º 7.649, de 11 de Novembro de 1909. **“Crea nas Escolas de Aprendizizes Artífices, a que se refere o decreto n. 7.566, de 23 de setembro ultimo, os logares de professores dos cursos primarios nocturnos e de desenho e da outras providencias”**. 1909b. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/dec ret/1900-1909/decreto-7649-11-novembro-1909-525418-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 fev. 2011

BRASIL. Decreto n.º 7.763, de 23 de Dezembro de 1909. **“Altera os decretos ns 7.566 e 7.649, de 23 de setembro e 11 de novembro ultimos, referentes á criação de escolas de aprendizizes artífices, nas capitaes dos Estados, e á nomeação de professores para os respectivos cursos noturnos - primario e de desenho”**. 1909c. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/dec ret/1900-1909/decreto-7763-23-dezembro-1909-525420-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 fev. 2011.

BRASIL. Decreto n.º 9.070, de 25 de Outubro de 1911. **“Dá novo regulamento ás escolas de aprendizizes artífices”**. 1911a. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/dec ret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda. Anos de 1909-1910.** Rio de Janeiro: Oficinas da Directoria Geral de Estatística. v. 1. 1910. p. 135-136. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2000/000001.html>>. Acesso em 01 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro Toledo. Anos de 1910-1911.** Rio de Janeiro: Oficinas da Directoria Geral de Estatística. v. 1. 1911b. p. 311-312. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2001/000001.html>>. Acesso em 01 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro Toledo. Anos de 1911-1912.** Rio de Janeiro: Imprensa nacional. v. 1. 1912. p. 267-270; 274-275. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2002/000001.html>>. Acesso em 28 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro Toledo. Anos de 1912-1913.** Rio de Janeiro: Imprensa nacional. v. 1. 1913. p. 249-250; 256. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000001.html>>. Acesso em 28 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira. Ano de 1913.** Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. v. 1. 1914. p. 144;151. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2005/000001.html>>. Acesso em 01 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti. Ano de 1916.** Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística. v. 1. 1916. p. 111-112; 117. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2007/000001.html>>. Acesso em 28 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes. Ano de 1920.** Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas-Boas & C. 1921. p. 451-462; 466. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2017/000001.html>>. Acesso em 29 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Ano de 1922.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1925. p. 139-143; 150. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000001.html>>. Acesso em 29 fev. 2012.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (Espírito Santo). Direção. **Livro da Ata de Inauguração da Escola de Aprendizes Artífices no Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 1910-1923.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (Espírito Santo). Direção. **Livro de Registro de Portarias**. Vitória: [s.n.], 1911-1931.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (Espírito Santo). Direção. **Livro Matrícula nas Oficinas**. Vitória: [s.n.], 1913-1920.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (Espírito Santo). Direção. **Livro de Matrícula nos Cursos Noturnos de Aperfeiçoamento**. Vitória: [s.n.], 1918-1930

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (Espírito Santo). Direção. **Livro de Exames**. Vitória: [s.n.], 1910-1917.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (Espírito Santo). Direção. **Livro de Exames**. Vitória: [s.n.], 1918-1924.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Discurso pronunciado pelo Exmo Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte**. Vitória: Typ. do Estado, 1892. Disponível em:
<http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1892_jose_de_mello_carvalho_muniz_freire.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo lida ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de instalação a 16 de setembro de 1893**. Vitória: Typ. do Estado do Espírito Santo, 1893. Disponível em:
<http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1893_set_16_jose_de_mello_carvalho_muniz_freire.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem lida pelo Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo na Instalação do Congresso Legislativo**. Vitória: Typ. do Estado do Espírito Santo, 1894. Disponível em:
<http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1894_Jose_de_Mello_Carvalho_Muniz_Freire.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na Instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895**. Vitória: Typ. do Estado do Espírito Santo, 1895. Disponível em:
<http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1895_set_17_Jose_de_Mello_Carvalho_Muniz_Freire.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Relatório apresentado pelo Exmo Snr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire ao passar o governo ao Exmo Snr. Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896**. Rio de Janeiro: Typographia Lenzager, 1896a. Disponível em:
<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u156/000001.html>>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1896-1897: Neves). **Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do congresso legislativo em 22 de setembro de 1896.** Vitória: Typographia do Estado, 1896b. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1896_set_22_Graciano_Santos_Neves.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1896-1897: Neves). **Mensagem do Exm. Sr. Vice-Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do congresso legislativo em 15 de setembro de 1897, juntamente com o Relatório do Exm. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves.** Vitória: Typographia do Estado, 1897. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1897_set_15_Graciano_Santos_Neves.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1898-1900: Vasconcellos). **Mensagem lida pelo Exm. Sr. José Marcellino P. de Vasconcellos, Presidente do Estado do Espírito Santo na instalação do Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1898.** Vitória: Papelaria e Typographia de A. Moreira Dantas, 1898. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1898_set_07_Jose_Marcelino_Vasconcelos.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1909-1912: Monteiro). **Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo.** Vitória: [s.n.], 1913a. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u158/>>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1909-1912: Monteiro). **Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo.** Vitória: [s.n.], 1913.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo a abertura da 1ª Sessão ordinária da 8ª Legislatura pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza.** Vitória: Papelaria e Typographia Pimenta e Comp., 1913b. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1913_out_22_Marcondes_Alves_Souza.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo a abertura da 2ª Sessão ordinária da 8ª Legislatura pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza em 15 de outubro de 1914.** Vitória: Papelaria e Typographia Popular, 1914. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1914_out_15_Marcondes_Alves_Souza.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na abertura da 3ª Sessão ordinária da 8ª Legislatura pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza em 8 de setembro de 1915.** Vitória: Typographia do Diário da Manhã, 1915a. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1915_set_08_Marcondes_Alves_Souza.pdf >. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem Especial enviada pelo Presidente do Estado Marcondes de Souza ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 18 de setembro de 1915.** Vitória: Typographia do Diário da Manhã, 1915b. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1915_set_18_Marcondes_Alves_Souza.pdf >. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Relatorio sobre os Negocios do Estado no Período Governamental de 1912 a 1916 apresentado ao Congresso Legislativo do Estado no dia 22 de Maio de 1916 pelo Exmo. Snr. Coronel Marcondes Alves de Souza.** Vitória: Typographia do Diário da Manhã, 1916a. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u161/> >. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 12 de outubro de 1916 pelo Presidente do Estado Dr. Bernardino de Souza Monteiro.** Vitória: Sociedade de Artes Graphicas, 1916b. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1916_out_12_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf >. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 2ª Sessão ordinária da 9ª Legislatura.** Vitória: [s.n.], 1917. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1917_set_13_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf >. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado do Espírito Santo Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 3ª Sessão ordinária da 9ª Legislatura.** Vitória: [s.n.], 1918. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1918_out_16_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf >. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado do Espírito Santo Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 1ª Sessão ordinária da 10ª Legislatura.** Vitória: [s.n.], 1919. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1919_out_12_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf >. Acesso em 11 abr. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). **Relatório apresentado pelo Dr. Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado, de sua gestão no quadriênio de 23 de maio de 1916 a 23 de maio de 1920 ao passar o Governo do Espírito Santo ao seu sucessor, Exmo. Snr. Coronel Nestor Gomes.** Vitória: [s.n.], 1920a. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u163/>>. Acesso em 21 mai. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1920-1924: Gomes). **Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 7 de novembro de 1920.** Vitória: Typ. Do Diário da Manhã, 1920. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u164/index.html>>. Acesso em 21 mai. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1920-1924: Gomes). **Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 31 de outubro de 1921.** Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1921. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1921_out_21_Nestor_Gomes.pdf>. Acesso em 21 mai. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1920-1924: Gomes). **Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 7 de setembro de 1922.** Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1922. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1922_set_07_Nestor_Gomes.pdf>. Acesso em 21 mai. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1920-1924: Gomes). **Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 3 de maio de 1923.** Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1923. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1923_mai_03_Nestor_Gomes.pdf>. Acesso em 21 mai. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1920-1924: Gomes). **Mensagem do Estado do Espírito Santo, Presidente Nestor Gomes, em 23 de maio de 1924.** In: **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo.** Sessão Ordinária 1924. P. 63-115. Vitória: [s.n.], 1924. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1924_mai_23_Nestor_Gomes.pdf>. Acesso em 21 mai. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1924-1928: Avidos). **Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, ao Congresso Legislativo, na 1ª Sessão ordinária da 12ª Legislatura, em 4 de maio de 1925.** Vitória: [s.n.], 1925. Disponível em < http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1925_mai_04_Florentino_Avidos.pdf>. Acesso em 13 jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1924-1928: Avidos). **Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo, na 2ª Sessão ordinária da 12ª Legislatura.** Vitória: [s.n.], 1926. Disponível em <
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1926_abr_15_Florentino_Avidos.pdf>. Acesso em 13 jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1924-1928: Avidos). **Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo, na 3ª Sessão ordinária da 12ª Legislatura.** Vitória: [s.n.], 1927. Disponível em <
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1927_abr_30_Florentino_Avidos.pdf>. Acesso em 13 jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1924-1928: Avidos). **Mensagem Final apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quatrienio de 1924 - 1928.** Vitória: [s.n.], 1928. Disponível em <
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1928_jun_15_Florentino_Avidos.pdf>. Acesso em 13 jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1928-1930: Aguiar). **Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo e lida na abertura da 1ª sessão ordinária da 13ª Legislatura.** Vitória: [s.n.], 1928. Disponível em <
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1928_set_01_Aristeu_Borges_Aguiar.pdf>. Acesso em 13 jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1928-1930: Aguiar). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª sessão ordinária da 13ª Legislatura, em 7 de setembro de 1929, pelo Doutor Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo.** Vitória: [s.n.], 1929. Disponível em <
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1929_set_07_Aristeu_Borges_Aguiar.pdf>. Acesso em 13 jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1928-1930: Aguiar). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª sessão ordinária da 13ª Legislatura, em 22 de setembro de 1930, pelo Doutor Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo.** Vitória: [s.n.], 1930. Disponível em <
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1930_set_22_Aristeu_Borges_Aguiar.pdf>. Acesso em 13 jun. 2012.

APÊNDICE

TRANSCRIÇÃO DO LIVRO DA ATA DE INAUGURAÇÃO DA EAA-ES

Apesar de em seu Termo de Abertura constar que neste livro seria registrada apenas a Ata de Inauguração da EAA-ES (1910), também foram registrados, além dessa ata, outros documentos. São eles: Ata da visita do Presidente da República Nilo Peçanha (1910); Relatório de Vistoria (1910); Ata de encerramento das aulas e oficinas e inauguração de exposição de artefatos (1910); Termo de visita do Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca (1911); Ata de encerramento das aulas e oficinas e inauguração de exposição de artefatos (1911); Ata de encerramento das aulas e oficinas e inauguração de exposição de artefatos (1913); Ata de encerramento das aulas e oficinas (1914); Ata da inauguração de exposição de artefatos (1914); e a Ata de comemoração ao feriado de 2 de julho de 1923 (Centenário do fim da luta pela independência do Estado da Bahia).

Termo de Abertura:

Servirá este livro unicamente para registro da acta de inauguração solenne da Escola de Aprendizes Artífices deste Estado, devendo ser recolhido ao archivo da mesma Escola. Victoria, 23 de fevereiro de 2010.

O Director

Ata de Inauguração:

Acta

Aos vinte quatro dias do mez de Fevereiro de mil novecentos e dez, presentes, á uma hora da tarde, em o predio numero treze da rua Presidente Pedreira desta Cidade de Victoria, Capital do Estado do Espírito Santo, os Exmos Senrs. Drs. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado, José Francisco Monjardim,

Director da Escola de Aprendizizes Artifices, Presidente do Congresso Legislativo e varios outros Deputados Estadoaes, Prefeito e Presidente do Conselho Municipal da Capital, Secretario do Governo, Chefe de Policia, Director do Serviço Sanitário, Deputados Federaes, Commandante e Officiais da 7ª Companhia Isolada e do Corpo Militar da Policia Estadual, Delegado Fiscal do Thesouro Federal, Inspector da Alfandega, Director de Finanças do Estado, Procurador Geral do Estado e Procurador da Republica, Magistrados e funcionarios públicos, grande numero de cavalheiros e Exmas Senhoras teve logar á Cerimonia de Inauguração official da Escola de Aprendizizes Artifices do Estado. Percorridas pelas auctoridades acima mencionadas e mais pessoas presentes as diversas salas do edificio onde se acham installadas as escola primaria e de desenho e as diversas officinas de Marcenaria, Carpintaria, Sapataria, Ferraria e Eletricidade, passaram ao salão Nobre da Escola, onde, usando da palavra o Dr. José Monjardim, agradeceo ao Exmo. Senr. Presidente do Estado, mais auctoridades e aos mais presentes o brilhante concurso de suas presenças a esta Cerimonia, salientou os serviços que o [?] estabelecimento se destina a prestar no Estado, referindo-se em termos elogiosos ao concurso efficaz e precioso que para sua fundação prestou o illustre administrador espirito-santense, a quem, ao terminar, ergue calorosa saudação, extensiva ao Congresso Estadoal, na pessôa do seo Presidente Exmo Senr. Julio Leite. Convidado a declarar inaugurada a Escola, servio-se da palavra o Exmo. Senr. Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado, que por seo turno agradeceo ao Dr. Director do Estabelecimento a distincção que lhe conferio chamando-o a fazer sua inauguração official, e após desenvolver largas considerações sobre a utilidade da Escola, tendo para com o seo diretor palavras de conceitos os mais desvanecedores, externou os seus votos, sinceros e ardorosos, pela prosperidade do Instituto, que declara, de resto, official e definitivamente inaugurado, sendo as ultimas palavras da auctoridade superior do Estado cobertas de ruidosos aplausos e calorosas ovações. Ultimada assim a cerimonia, fui em [?][?], convidado, na qualidade de 2º Secretário do Congresso, a lavrar a presente acta, que vae por todos assignadas.

Ata da Visita de Nilo Peçanha:

Acta da honrosa visita do Exmo. Senr. Dr. Presidente da República, Dr. Nilo Peçanha á Escola de Aprendizizes Artifices.

Em 28 de junho de 1910

Assignaturas:

Aos 28 de junho de 1910, ás 10 horas do dia, a Escola de Aprendizizes Artifices do Estado do Espirito Santo, estabelecida nesta Capital, teve a distincta honra de receber as visitas dos Exmos Senr. Dr. Nilo Peçanha, [?] Chefe da Nação, Dr. Francisco Sá, Ministro da Viação, Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado, Autoridades [?] geraes, representantes da imprensa, de diversas classes sociaes e mais dignos cavalheiros, que subscrevem a presente acta. E, para constar, eu Benigno Soares [?], Escripturnário da Escola de Aprendizizes Artifices, lavrei a presente acta.

Vistoria:

Chegando no dia 20, pelas 6 ½ horas da tarde, na manhã de 21 foi meu primeiro cuidado visitar esta Escola, não pelo pensamento que [?] de reprehender qualquer falta, que desabonasse a sua direcção, antes, ao contrario, [?] que mais agradavel fosse minha impressão, pois, a sua intelligente e carinhosa administração prodigalizava pelo operoso e patriotico Senr. Dr. José Monjardim, já havia repercutido, lá, fóra das fronteiras déste [?] Estado da confederação Brasileira, da maneira mais honrosa á S. S^a., e confesso, ceu favor, a impressão, assim de surpresa, excedeu á minha expectativa em todas as manifestações de uma direcção –intelligente, honesta, operosa e carinhosa, sendo para lastimar-se-que a bella concepção do benemerito Presidente da Republica o Exmo Senr. Dr. Nilo Peçanha, [?] com tanta clarividencia do seu operoso Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, vantajosamente [?] pelo Senr. Dr. José Monjardim e um digno e competentissimo auxiliares, esteja (?) crucificado pelo acanhamento do edificio onde fora installada a Escola. Não importa ate [?] reparo [?] censura ao não [?] benemerito e estadista o Exmo Senr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro – D. D. Presidente do Estado do Espirito Santo, ao contrario, S. E. tendo de subordinar-se ás contingencias da sua capital, [?] assim contribuiu com um dos melhores dos seus edificios.

Cumpre-se, também, observar que, sendo a matricula actual de 168 alumnos, essa tendência á aumentar-ce, estando matricullados e frequentando assiduamente o curso primario de lettras 164 meninos, é bom de ver-ce que, mesmo ques estes meninos tiveram uma educação domestica esmerada, o que infelizmente não ce verifica, esse número elevado excede ás forças de qualquer organismo de [?] e infringe as boas regras pedagogicas ; portanto, é de esperar-ce e [?] neste sentido, fazer um apello nos provados zêlos e [?] do Exmo Senr. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio para que, opportunamente, ce digne de dotar esta utilissima instituição com uma Professora Adjunta.

Victoria, 23 de setembro de 1910.

O Inspector Agrícola do 6º Districto, João A. Tavares.

Ata de encerramento das aulas e inauguração de exposição:

Acta do encerramento das aulas e oficinas da Escola de Aprendizizes Artífices do Estado do Espírito Santo, e de inauguração da exposição de artefactos confeccionados pelos alunos da mesma Escola.

Aos vinte quatro dias do mez de Dezembro de mil novecentos e déz, a uma hora da tarde, no edificio á rua Presidente Pedreira nº 13, onde se acha installada nesta Capital a Escola de Aprendizizes Artífices do Estado, presentes os Exmos. Senrs. Dr Ubaldo Ramallete, representando o Exmo. Senr Presidente do Estado, o Exmo Senr Coronel João Antonio Tavares, Inspector Agrícola do 6º Districto, Chefe Policia Ajudante de Ordem da Exma Presidencia, Officiaes do Corpo Policial, Commandante do Corpo de Policia, Dr. Juiz Federal, Consul da Italia, Deputados Estaduaes, Representantes da Imprensa, Ministro da Corte Justiça e official da 1ª Companhia isolada, diversos cidadãos e muitas Exmas. Familias, o Exmo Senr. Dr. José Francisco Monjardim, Director da Escola, depois de fazer minuciosa resenha sobre os factos e o desenvolvimento da Escola durante o anno convidou o Exmo. Senr. Representante do Exmo. Senr. Presidente do Estado para assumir a presidencia da sessão, pronunciando eloquente discurso, e terminou convidando o Exmo Senr. Coronel João Antonio Tavares, Inspector Agrícola, afim de fazer o encerramento solene dos trabalhos da Escola, e inaugurar a exposição dos artefactos trabalhados pelos alunos das diversas officinas.

Acceitou o convite, pelo Exmo. Senr. Inspector Agrícola, este assumio a presidencia da sessão e, proferindo entusiastica oração, declarou encerrados os trabalhos dos cursos e officinas da Escola, e inaugurada a exposição dos artefactos, passando a ser [?][?] respectiva comissão, o julgamento dos referidos trabalhos e distribuição dos premios conforme determina a lei.

Fallou ainda o Exmo. Senr. Dr. Director da Escola, saudando os Exmos Senrs. Drs. Nilo Peçanha e Rodolpho Miranda e levantando o brinde de honra ao Exmo Senr. Marechal Hermes, Presidente da Republica. Em seguida foi servida um copo d'agua a todos os convidados presentes, e distribuído presentes de festas aos alunos.

E para constar, eu, Benigno Soares Vidigal, Escripturnario lavrei a presente acta, a qual depois de ser lida foi assignada por todos.

Visita Presidente Hermes da Fonseca:

Termo de Visita

Aos vinte um dias do mez de julho do anno de 1911, ás dez e meio horas do dia, a Escola de Aprendizes Artifices recebeu extraordinária honra das visitas dos Exmos. Senrs. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Presidente da Republica, Doutor José Joaquim Seabra, Ministro da Viação e Obras Publicas, acompanhados do Exmo. Senr. Dr. Jeronymo de Sousa Monteiro, Presidente do Estado, do Representante do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, dos Chefes e Officiaes da Casa Militar, do Exmo. Senr. Presidente da Republica, Senadores e Deputados do Congresso Nacional, autoridades, jornalistas e representantes de diversas classes sociaes. Recebidos eminentes visitantes á porta da entrada principal do edificio da Escola, pelo Exmo. Sr. Dr. Director José Francisco Monjardim, e todo pessoal, foram conduzidos até o salão de honra. Ahi, após pequeno descanso, o Exmo. Senr. Dr. José Monjardim, empunhando uma taça de champagne e bem assim todos os presentes, fez entusiastica saudação ao Exmo. Sr. Presidente da Republica, congratulando-se com a Escola pela segunda visita que tem a honra de receber do Chefe da nação; e, antes de terminar o seu discurso, pediu permissão ao Exmo. Sr. Presidente da Republica a fim de fazer a inauguração do retrato de S. Ex^a no salão de honra desta Escola, comemorando-se assim, e de forma tão solene, a honrosa visita de S. Ex^a. Em seguida does alunnos da Escola, correctamente uniformizados, descerraram as cortinas de sêda, de cores verde e amarella, que cobriam o retrato, que foi saudado com grande salva de palmas. Usando da palavra, o Exmo. Sr. Marechal Hermes agradeceu a justa prova de apreço que recebeu nesta Escola, saudando o seu Director, pessoal e alunnos e salientando as vantagens do ensino profissional. Fallou, por ultimo, o Dr. Gama Cerqueira Junior, Representante do Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, pondo em destaque a utilidade das escolas de Aprendises Artifices e saudando o Governo da Republica, na pessoa do Marechal Hermes. Terminada esta solennidade o Exmo. Sr. Presidente da republica, Ministros da Viação e todos os demais visitantes percorreram todas as officinas e dependencias da Escola, examinando as machinas, materiaes, e artefatos, e ao retirarem-se manifestaram ao Dr. Director as suas agradáveis impressões. Não foi possivel lavrar-se uma acta da visita e inauguração do retrato, porque o Chefe da nação teve urgência de retirar-se afim de comparecer a outros actos solenes. E para constar, mandou o Dr. Director lavrar este termo por mim, Benigno Soares Vidigal, Escripturário, que o fiz e assigno.

Ata de encerramento de aulas:

Acta do encerramento das aulas e oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do estado do Espírito Santo e da inauguração anual dos artefactos confeccionados pelos Aprendizes.

Aos vinte tres dias do mez de Dezembro de mil novecentos e onze, ás 2 horas da tarde, no edificio da Escola de Aprendizes Artífices deste Estado, presentes o Exmo. Senhor Dr. Bernanrdino Alves, representante do Exmo. Senhor Doutor Presidente do Estado, Doutor Arthur Torres Junior, Inspector Agricola, Coronel Manoel de Azevedo Sarmiento, Deputado Estadual Amancio Pereira, Professor Normalista Manoel Rodrigues Pereira, [?] Barreto da Silva, [?][?] de Vasconcellos, Heraclito Pereira, Doutor [?] dos Prazeres, representando o jornal Commercio do Espírito Santo, Luiz [?] Santos e Alfredo Augusto Seabra de Mello, Representando o Senhor Dr. Delegado Fiscal do Thesouro Nacional neste Estado, todos convidados pelo Senhor Director da Escola, este usando da palavra declarou que por tinha a honra de representar o Exmo. Senhor Doutor Pedro de Toledo, [?] Ministro da Agricultura, por delegação de S. Ex^a, e nesse sentido usava da palavra para dar começo á solennidade do encerramento das aulas e oficinas da Escola. Em seguida mandou o Escripturário, abaixo assignado proceder a leitura do telegrama do Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, encarregando o mesmo Senhor Doutor Director representar S Ex^a na presente solennidade, e bem assim a leitura da acta de classificação dos aprendizes nas oficinas, de conformidade com as provas de frequência, conducta e aproveitamento a que foram submetidos. Findo essas formalidades convidou o Exmo. Sr. Dr. José Bernardino Alves Junior, representante do exmo. Senhor Doutor Presidente do Estado a fazer o encerramento da Escola, e inauguração das exposição dos artefactos apresentados pelos alumnos. Em seguida usando da palavra o Exmo. Senhor Dr. José Bernardino Alves Junior representante do Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, agradeceo ao Exmo. Sr. Dr. Director dando por encerrado o anno lectivo. Usou ainda da palavra o Exmo Dr. Director agradecendo ao Exmo. Dr. [?] dos [?], representante do jornal Commercio do Espírito Santo, sendo por este, em eloquente discurso agradecido ao Exmo Sr. Dr. Director. Tendo ainda usado da palavra o Exmo. Sr. Dr. Arthur Torres Junior, Inspector Agricola enaltecendo o ensino profissional, E em seguida procedeu-se o julgamento dos artefactos confeccionados pelos alumnos; sendo franqueado a todos os presentes esse acto. Terminada essa cerimonia, o Exmo. Sr. Doutor Director agradeceu as autoridades e representante da Imprensa e mais pessoas presentes a seu brilhante concurso, offerecendo em regozijo uma taça de champagne, e aos alumnos e professores lanch, com a arvore do Natal, trocando-se comoventes e entusiasticas saudações. E, por nada mais ter a constar, lavrei, eu Benjamim Soares Vidigal, Escripturário, a presente acta que será assignada por outros presentes.

Ata de encerramento de período escolar:

Acta de encerramento do periodo escolar de 1913 e da 4ª exposição anual de artefactos da Escola de Aprendizizes Artifices do Estado do Espirito Santo.

Aos vinte e quatro dias do mez de Dezembro de 1913, a 1 hora da tarde, no edificio da Escola de Aprendizizes Artifices deste Estado, presentes o Exmo. Sr. Dr. Washington Pessoas, representando o Exmo Sr. Cel. Presidente do Estado, Capitão Hortencio Coutinho, ajudante de ordens de S. Exª o Sr. Presidente do Estado, Dr. Arthur Torres, Inspector Agricola, Cel Francisco Barboza, representante do Diário da Manhã, Professor Francisco Loureiro, Director do Grupo Escolar Gomes Cardim, Sr. Armando Guimarães, Dr. Carlos Francisco Gonçalves, Presidente da Corte de Justiça, Adolpho Galvão representante do Jornal “[?]” Dr. José Horacio Costa Advogado, [?], digo Tenete do Corpo de Policia, Americo do Couto Teixeira, Eugenio Sousa, [?] de Miranda Franco, 2º Tenente do Corpo de Policia, Paulo Malta, Dª Edith da Fonseca Silva Guimarães, professora, Dª Hortencia Araujo Mello, Senhorita Izilda Monjardim, Vicente Mannato, Francisco Daiello, João José [?], Juvenal José da Rosa, José Giesen, Amaro Borges de Sant’-Anna, todos convidados pelo Exmo. Sr. Dr. Director da Escola; este uzando da palavra, declarou que ia ser conjunta a 4ª exposição dos artefactos [?],[?][?] direcção, fazendo longa exposição referente ao ensino profissional e a utilidade dele e concluiu convidando o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado para ocupar a Presidencia da Exposição dos trabalhos confeccionados nesta Escola, e este usando da palavra agradeceu o convite feito para presidir a inauguração dos produtos da Escola e o encerramento de seus trabalhos, brindando o Director da Escola pelo seu grande resultado, declarando S. Exª encerrado os trabalhos escolares. Usou ainda da palavra o Exmo. Sr. Dr. José Monjardim, Director da Escola, agradecendo o comparecimento dos Exmos. Srs. Drs Carlos Gonçalves, Presidente da Corte de Justiça e ao Dr. Arthur Torres, Inspector Agricola e a todas as pessoas presentes bem como [?] da a Imprensa, representada pelo [?] Cel Francisco Barboza, uzou também da palavra o Sr. Adolpho Galvão, fazendo clara e justa [?] do merecimento elevado da arte e o seu esforço. E, por nada mais [?] a tratar, lavrei esta acta, a qual vae por todos assignada, e eu, Benigno Soares Vidigal, Secretário a subscrevo.

Ata de encerramento de Trabalhos:

Acta de encerramento dos trabalhos dos Cursos e oficinas da Escola de Aprendizizes Artifices no Estado do Espirito Santo.

Aos vinte quatro dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos e quatorze, ás quatorze horas do dia, na sala dos Cursos da Escola de Aprendizizes Artifices deste Estado, presentes o Exmo. Sr. Dr. Director, Mestres das oficinas, professores, Contra-Mestre, Corpo de alumnos, funcionarios e pessoas [?], declarou o referido Sr. Dr. Director, que, havendo terminado hoje os exames das oficinas de Electricidade e Sapataria, de conformidade com o programma estabelecido, por serem as ultimas, lhe cumpria declarar encerrado o período escolar do anno que está a findar. Passou então o Exmo Sr. Dr> Director a historiar todos os serviços feitos durante o anno lectivo dirigindo o eloquente appello e palavras de incitamento a todos os funcionários e alumnos para que continuem a desenvolver os maiores esforços em beneficio da Escola, porque só assim poderão ser exemplares Chefes de famílias, excelentes cidadãos e dignos obreiros do progresso e da prosperidade da Patria. Terminado o seu discurso, concedeu a palavra a quem quisesse della usar; e pedindo a palavra, o Sr. Benigno Vidigal pronunciou significativa oração, enaltecendo os resultados dos exames e o adiantamento dos alumnos, salientando que tão excelentes provas compensavam os esforços de dedicação do Exmo Sr. Dr. Director e dos seus dignos auxiliares. Em seguida o Exmo Sr. Dr. Director depois de agradecer aquella saudação, declarou encerrado o período escolar, convidou todos os presentes para a festa que terá lugar amanhã as 13 horas, tendo por fim a inauguração solene de artefactos, festa de Natal e distribuição de premios aos alumnos. Composta do Escripturnario, o Mestre Vicente Mannato e mais sete alumnos da Escola convidou o Sr. Presidente do Estado e Imprensa para assistir as mesmas festas. E por nada haver mais a constar, eu, Benigno Soares Vidigal, Escripturnario, lavrei a presente acta que vae por todos assignadas e por mim subscrita.

Ata de inauguração de exposição:

Acta da inauguração da quinta exposição anual dos artefactos das oficinas da Escola de Aprendizizes Artifices do Estado do Espirito Santo.

Aos vinte cinco dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos e quatorze, às treze horas, no salão onde funcționam os Cursos desta Escola, sendo ahi presentes, o Exmo Sr. Coronel arcondes Alves de Souza, Prezidente do Estado, Dr. Carlos Xavier, Secretario Geral da Presidencia, presente também o Exmo. Sr. Dr. José Monjardim, Director da Escola, Senhoritas Hortencia de Araujo Mello, Izilda Monjardim, Stella Monjardim e Lucilla Mello, [?] João José Cabos, Vicente Mannato, José Giesem, Juvenal José da Rosa, Amaro Borges de Sant'Anna, Francisco Daiello, Capitão Nilo Barreto, representante do Diario da manhã, Antonio Daiello; uzou da palavra o Exmo. Sr. Dr. José Monjardim, expondo os trabalhos feitos pelas officinas da Escola, e conckuiu enaltecendo a administração honroza do Exmo Sr. Coronel Marcondes Alves de Souza, digno Prezidente do Estado; uzou tambem da palavra o Exmo. Sr. Dr. Carlos Xavier, Secretario Geral da Presidencia, em nome de S. Ex.^a. O Exmo Sr. Coronel Prezidente, as [?] de agradecimento que fez o Exmo Sr. Dr. José Monjardim, Director da Escola; ainda a uzou da palavra o Exmo. S. Director fazendo outras ponderações referentes a Escola de Aprendizizes Artifices deste Estado, e conclui fazendo o presente de bonito movel, significativa lembrança da sua vizita por S. Ex.^a feita hoje a esta Escola, S. Ex.^a. O Sr. Prezidente do Estado agradeceu a oferta. Compareceram ainda os Ss. Amon Bastos, Aramndo Guimarães, Coronel José Olympio de Abreu, Prezidente do Governo Municipal de Itabapoana, Pedro de Oliveira Coutinho, Vivaldo Mattos e a Exma S.^a. D.^a. Edith da Fonseca Silva Guimarães, Professora do Curso primário da Escola. E por nada mais haver a tratar eu, Benigno Soares Vidigal, Escripuario desta Escola lavrei a presente acta que vae assignada por todas as pessoas presentes. O Sr. Dr. Director da Escola, ofereceu tambem por si, e por todos os companheiros da Escola um artefacto da officina de Marcenaria como significativa lembrança em homenagem ao Illustrado e Distincto Dr. Carlos Xavier. E por nada mais haver a constar, eu, Benigno Soares Vidigal Escripuario, lavrei a presente acta que vae assignada por todas as pessoas presentes.

Ata de sessão solene:

Acta da sessão solenne, commemorativa do feriado de 2 de julho de 1923.

Aos dois de julho de mil novecentos e vinte tres, nesta Cidade de Victoria, Capital do Estado do Espirito Santo, ás 14 horas, na sala das aulas do Curso primario da Escola de Aprendizizes Artifices, realizou-se a commemoração solenne da data de 2 de julho de 1823, Centenario do feito da terminação das lutas pela independencia do glorioso Estado da Bahia, commemoração que foi recommendada em telegramma, datado de 30 de junho ultimo e transmittido pelo Directorio Geral de Industria e

Commercio. A hora e no lugar designados, presentes o Sr. Director da Escola Dr. José Francisco Monjardim, e mais funcionarios, Benigno Soares Vidigal, Julio Pinto de Almeida Brandão, Luiz [?][?], Vicente Monnato, Francisco Daiello, Juvenal José da Rosa, José Giesen, Amaro Borges de Sant'Anna, Luiz de Miranda Barcellos, Euclides Có e Victorio Có, bem como o corpo de alumnos de todas as officinas, e honrada mais a assistencia com a presença do Sr. Capitão Herminio de Hollanda Cavalcante, autoridade policial nesta Capital, Major Tolentim, digo Clementino Gonçalves dos Santos representante do "Diario da manhã", o Sr. José Albino Fernandes, 1º Sargento do Exercito Alvaro Gonçalves Guimarães Machado, instructor do Tiro de Guerra 43, Sens. José Perira de Barros, Valdelem Gonçalves dos Santos e Luiz Tavares da Silva, todos estes presentes, o Sr. Dr. José Monjardim, assumindo a presidencia da sessão, declarou solennemente aberta. De pé, todos, foi cantado pelos alumnos em côro o Hynno Nacional. Em seguida o mesmo Sr. Dr. José Monjardim, como Director da Escola, fez uma conferencia historica alusiva aos acontecimentos que tiveram por epilogo o dia 2 de julho de 1823. Pedindo e obtendo licença o alumno do primeiro anno, Raulino Alves Carvalhosa, leo um discurso analogo a referida data. Por ultimo o Sr. Major Clementino Gonçalves annunciou uma substantiva peça oratoria alusiva aos feitos da independencia da Bahia. Todos os discursos forão calorosamente applaudidos por mais de palmas e vivas. Encerrou-se a festa litteraria as dezesseis (16) horas, sendo entoado o Hynno da Bandeira. O edificio da Escola, completamente embandeirado e adornado, com a bandeira Nacional içada na frente da Escola e nos barracões das officinas, este se franqueado ao publico perante o dia. Estiveram presentes, e em seus [?] todos os funcionarios da Escola, excepto as professoras, dellas justificando a sua falta a professora Primaria. Forão erguidos vivas, unanimemente applaudidos á Nação Brasileira, ao Governo Federal, ao 2 de julho ao Estado da Bahia e outros. Encerrada a sessão com todo respeito e solennidade, eu, Benigno Soares Vidigal, escripturario da Escola, lavrei a presente acta que depois de ser lida e achada conforme foi assignada por todos funcionarios e cavalheiros presentes, e por mim subscripta.